

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Verenice Zanchi

**ROTEIROS DE TURISMO RURAL NA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E
TAQUARI – RS**

Santa Cruz do Sul
2013

Verenice Zanchi

**ROTEIROS DE TURISMO RURAL NA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E
TAQUARI – RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Elisabeta Etges

Co-orientadora: Profa. Dra. Erica Karnopp

Santa Cruz do Sul

2013

Verenice Zanchi

**ROTEIROS DE TURISMO RURAL NA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E
TAQUARI – RS**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dra. Virginia Elisabeta Etges

Professora Orientadora

Dra. Erica Karnopp

Professora Co-orientadora

Dra. Cidonea Machado Deponti

Professora Examinadora - Unisc

Dra. Carlise Porto Schneider Rudnicki

Professora Examinadora - UFRGS

Santa Cruz do Sul

2013

A minha família.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não se concretizaria sem o apoio da minha família, dos professores, dos amigos, dos colegas de trabalho e mestrado. Agradeço, primeiramente, a Deus, companheiro das horas frias e solitárias. Em especial, agradeço às minhas orientadoras, Dra. Virginia Elisabeta Etges e Dra. Erica Karnopp, que aceitaram o desafio de me orientar e souberam me conduzir durante esses dois anos de trabalho. Agradeço à Dra. Carlise Porto Schneider Rudnicki e à Dra. Cidonea Machado Deponti, que atenderam prontamente ao convite para a banca. Agradeço à minha mãe, incansável incentivadora; ao meu pai, que me ensinou a nunca desistir e ter força para seguir em frente; ao Chico, meu amor, companheiro e crítico fiel; à Mariana, pela inestimável amizade; aos colegas de trabalho, neste momento representados pelo Nelson Lima (in memoriam), Matheus e Cássio, pelo apoio e compreensão; aos colegas de mestrado, em especial à Silda, Clarissa e Bruna, com quem dividi as mesmas angústias; a todos os familiares e amigos que compreenderam a minha ausência.

Também agradeço à CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de estudos.

Não sabendo que era impossível ele foi lá e fez.

(Lao Tsé)

RESUMO

Esta pesquisa analisa a dinamização da atividade turística na Região dos Vales do Rio Pardo e Taquari, no Rio Grande do Sul, a partir da implementação de roteiros de turismo rural. A escolha pelo turismo, como opção de diversificação e geração de renda da propriedade rural, tem se mostrado cada vez mais presente no contexto da agricultura familiar e das políticas públicas que visam o desenvolvimento dessa região. Os roteiros analisados apresentam empreendimentos típicos de agricultura familiar, ao lado de outros, focados em atividades de comércio e/ou agroindústria. A pesquisa aborda o potencial econômico do turismo rural na região, descreve o processo de sua formação, o papel da imigração europeia e da diversificação de atividades no meio rural. De caráter qualitativo, apoiou-se na abordagem dialética, visando compreender o papel do território na formação dos roteiros de turismo rural e seu papel na promoção do desenvolvimento regional. Com base na análise dos dados coletados, constatou-se que há aumento de renda nos empreendimentos participantes dos roteiros de turismo rural na Região dos Vales.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, território, turismo rural.

ABSTRACT

This research analyzes the promotion of tourism in the region of Rio Pardo and Taquari Valleys, in the Rio Grande do Sul state, on the implementation of rural tourism itineraries. The choice of tourism as an option for diversification and income generation, in rural properties, has been increasingly present in the context of family farming and public policies seeking for the development of this region. The touristic guides analyzed, present typical family farming enterprises, alongside others, focused on trading activities and/or agribusiness. The research addresses the economic potential of rural tourism in the region, describes the process of its formation, the role of European immigration and the diversification of activities in rural areas. Qualitative, leaned on dialectical approach, this study aims to understand the role of territory in the formation of rural tourism roadmaps and its role in promoting regional development. Based on analysis of the data collected, it was found that there is an increase in income of the enterprises which participate on rural sightseeing tours in the Região dos Vales area.

Keywords: Regional development, territory, rural tourism.

LISTAS DE FIGURAS

1	Regiões Funcionais de Planejamento.....	17
2	Regionalização do Turismo.....	51
3	Regiões, Rotas e Roteiros Turísticas.....	57
4	Regiões e microrregiões turísticas do Rio Grande do Sul.....	59
5	Ocupação do Território Gaúcho.....	63
6	Divisão Municipal – 1809.....	68
7	Macrozoneamento Ambiental.....	70
8	Densidade demográfica por COREDE – 2010.....	72
9	Regiões dos COREDEs.....	73
10	Produção de fumo por COREDE.....	76

LISTAS DE FOTOGRAFIAS

1	Casa das Cucas Gressler.....	87
2	Salão Waechter.....	88
3	Igreja Nossa Senhora da Glória e Igreja Evangélica de Sinimbu.....	88
4	Igreja Evangélica de Alto Linha Santa Cruz e Pousada Camponesa.....	89
5	Aqueduto e casarão da propriedade.....	91
6	Engenho de Serra e Moinho Colonial, Museu Rural e Ponte Pênsil.....	91
7	Escola do Chimarrão.....	92
8	Casarão Ramilelli e Capela La Consolata.....	93
9	Convento São Boaventura, Cactário Horst e Recanto do Avestruz.....	94
10	Lagoa da Harmonia, Engenho Quatro Ventos e Vividiana Pedras.....	95
11	Ervateira Ximango e Museu do pão.....	96
12	Igreja Matriz São Pedro e Casa típica Italiana.....	97

LISTAS DE GRÁFICO E MAPAS

Gráfico 1 – Representatividade da atividade no roteiro.....	104
Mapa 1 – Região Funcional 2 e divisão por COREDEs.....	84
Mapa 2 – COREDE Vale do Rio Pardo e ilustração das Rotas analisadas na região.....	108
Mapa 3 – COREDE Vale do Taquari e ilustração das Rotas analisadas na região.....	109
Mapa 4 – Localização do COREDE Vale do Rio Pardo, população Rural e Urbana.....	114
Mapa 5 – Localização do COREDE do Vale do Taquari, população Rural e Urbana.....	115

LISTAS DE QUADROS

1	Circulação do dinheiro na economia.....	45
2	Roteiros de Turismo Rural nos Vales do Rio Pardo e Taquari – RS.....	85
3	Roteiros de turismo rural da região.....	86
4	Composição da renda na propriedade, por categoria.....	103
5	Dados por município do Vale do Rio Pardo.....	110
6	Dados por município do Vale do Taquari.....	111

LISTAS DE TABELAS

1	População Rural e Urbana.....	75
2	Indicadores Econômicos e Sociais.....	77
3	Ocupação dos empreendedores.....	105

LISTAS DE ABREVIATURAS

AMTURVALES	Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales
ASTURCAMP	Associação de Turismo Rural do Campestre
ATURDEC	Associação de Turística Regional Delícias da Colônia
ATURVARP	Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
COREDEs	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMT	Organização Mundial do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNMT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAG	Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	O TURISMO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	22
2.1	Desenvolvimento Regional.....	23
2.2	A dimensão territorial do desenvolvimento regional.....	30
2.3	Turismo e desenvolvimento regional.....	35
3	O TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA.....	41
3.1	O turismo rural no Brasil.....	47
3.2	O turismo rural no Rio Grande do Sul.....	54
4	A FORMAÇÃO DA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E TAQUARI.....	61
4.1	A imigração europeia e a formação da pequena propriedade rural.....	62
4.2	A diversificação das atividades no meio rural.....	79
5	O TURISMO RURAL NA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E TAQUARI – RS.....	82
5.1	O processo de implantação e caracterização dos roteiros de turismo rural na Região dos Vales.....	85
5.2	O turismo rural como potencialidade de geração de renda e qualidade de vida no meio rural da Região dos Vales.....	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS.....	122
	ANEXO A – Roteiro de entrevista – Empreendedores.....	132
	ANEXO B – Roteiro de entrevista – Entidades (AMTURVALES E ATURVARP)..	133

1 INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação refere-se à contribuição dos roteiros de turismo rural na dinamização da atividade turística da região dos Vales do Rio Pardo e Taquari, no Rio Grande do Sul, no período de 1998 até 2011. Essa região é formada, principalmente, por pequenas propriedades, que foram impactadas pelos avanços e retrocessos ocorridos durante o desenvolvimento das regiões rurais no país. Essas oscilações deixaram grande parte dos agricultores familiares à mercê dos interesses do capital mundial. Posteriormente, a globalização trouxe consigo outros efeitos negativos, tais como: o abandono e a marginalização, decorrentes da concentração de recursos direcionados, principalmente, aos grandes produtores rurais.

O interesse por esse tema foi motivado pela vivência da pesquisadora, descendente de agricultores familiares, que, após diversas tentativas de permanecer no campo, foram absorvidos como mão de obra na indústria leiteira e coureiro-calçadista, no município de Teutônia, no Rio Grande do Sul, colonizado por imigrantes alemães.

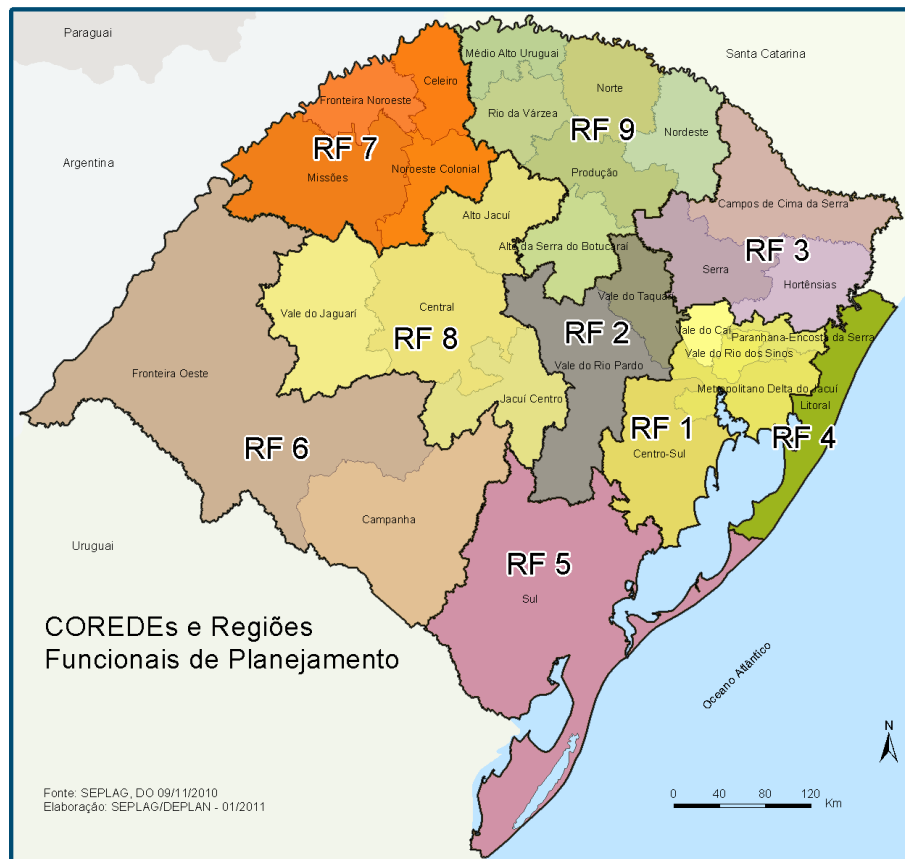
No Brasil, o turismo rural tem avançado ao longo das últimas duas décadas, inspirado, sobretudo, nas experiências europeias. Trata-se de uma das modalidades de turismo que tem recebido frequente destaque, tanto por parte das famílias rurais – como complemento de renda – quanto por parte de pessoas que vivem nos centros urbanos, que buscam o contato com a natureza. Outro aspecto que pode surgir a partir da implantação do turismo em áreas rurais diz respeito a mudanças na qualidade de vida dos moradores, tais como: a reativação do sentimento de pertencimento e, a permanência das famílias no campo.

Pode-se dizer que a atividade turística está em expansão, uma vez que pesquisas recentes do Ministério do Turismo revelam que o fluxo de turistas no Rio Grande do Sul cresceu em média 9% entre os anos de 2000 e 2010 (FGV, 2012). Arelada a esse crescimento está a demanda por regiões com forte apelo paisagístico, histórico e cultural, encontradas, principalmente, em áreas rurais, nas quais o visitante busca recompor-se, redescobrir valores, costumes e a interação com os moradores (ALVES, 2002).

A escolha da região dos Vales do Taquari e Rio Pardo para a realização da pesquisa justifica-se em razão das similitudes históricas, sociais e culturais, que remontam à época da colonização, bem como a contiguidade territorial entre os

Vales. Também em virtude das impossibilidades técnica, financeira e de tempo para efetuar um estudo abrangendo todas as regiões turísticas do Rio Grande do Sul. Para tanto, nos referenciamos no recorte territorial proposto pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transporte – RUMOS 2015, no qual o estado foi dividido em nove Regiões Funcionais de Planejamento, sendo o objeto de estudo a região funcional dois (RF 2), conforme podemos visualizar na figura 1. Essa região abrange os Vales do Rio Pardo e Taquari, localizados no centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul. Os vales reúnem 59 municípios, em uma área de 18.076,8 km², na qual vivem 745.864 habitantes (FEE, 2010).

Figura 1 – Regiões Funcionais de Planejamento



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul, 2011.

Afora os 59 municípios dos Vales do Rio Pardo e Taquari, incluímos o de Itapuca, mesmo não fazendo parte da RF 2, mas sim da RF 9, uma vez que participa da Rota da Erva Mate. Doravante, nosso objeto de estudo abrange 60 municípios, dos quais destacamos 20, que integram os roteiros de turismo rural da região: Anta

Gorda, Arvorezinha, Candelária, Colinas, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Nova Bréscia, Putinga, Relvado, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Sobradinho, Teutônia, Venâncio Aires e Westfália. Os roteiros de turismo rural, formados pelos municípios destacados são: Rota Germânica do Rio Pardo, Roteiro Caminhos da Imigração, Rota Caminho dos Tropeiros, Rota do Chimarrão, Rota dos Casarões, Roteiro Delícias da Colônia, Rota Germânica de Teutônia e Rota da Erva Mate. Diante disso, verificamos que 33% dos municípios da presente pesquisa estão envolvidos com o turismo da região. Há que se destacar que dentre os 20 municípios, movimentados pelos oito roteiros presentes nos Vales do Rio Pardo e Taquari, estão os dois maiores – Santa Cruz do Sul e Lajeado –, considerados municípios polo de suas respectivas regiões.

É oportuno acrescentar que a atividade turística nessa região tem características peculiares, ligadas à agricultura familiar e ao saber fazer transmitido de geração em geração. Essa herança cultural é proveniente, principalmente, dos imigrantes alemães e italianos que colonizaram os vales no século XIX. Seus descendentes preservam os traços culturais que se refletem nos costumes, na arquitetura, na gastronomia e no artesanato. Assim, criou-se um patrimônio imaterial, que reforça o potencial turístico, uma vez que a região também é geograficamente peculiar, ou seja, recortada por vales e rios. Tais características colocam o turismo rural na esfera das atividades com potencial de promover o desenvolvimento regional.

A implantação do turismo na região em estudo é relativamente recente se considerarmos que o roteiro mais antigo – a Rota Germânica do Rio Pardo, inaugurado em 1988 – tem menos de 15 anos. Já os dois mais novos – a Rota Caminho dos Tropeiros e a Rota da Erva Mate – têm menos de cinco anos, enquanto que os outros cinco têm entre 10 e 12 anos de implementação. Cabe pontuar que a atividade turística, inicialmente, não substitui a agrícola, mas surge como alternativa de renda complementar e ocorre de forma integrada com outra(s) atividade(s).

Considerando que pesquisar é a atividade científica através da qual buscamos compreender a realidade, torna-se evidente que essa realidade não se desvenda na superfície, ou seja, não é o que aparenta à primeira vista. “É um fenômeno de aproximações sucessivas e nunca esgotado” (DEMO, 1985, p.23).

Minayo (1993, p.23) considera a pesquisa como:

atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Sendo o método a alma da teoria, ele é utilizado como caminho e instrumento para investigar a realidade. Porém, a metodologia é mais que técnica, é a mescla entre as concepções teóricas da abordagem, relacionando-se com a teoria, a realidade empírica, os pensamentos sobre a realidade e a criatividade do pesquisador (MINAYO, 2010).

Portanto, para compreender os conflitos e contradições que permeiam o campo científico, nos apropriamos do método de abordagem dialética, posto que pesquisar significa procurar respostas para as indagações propostas. A abordagem dialética une, “[...] a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2010, p. 24).

Por esse ângulo, chegamos à compreensão de que cada sociedade existente se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular. Da mesma forma, vive o presente fortemente marcado pelo seu passado e, com as mesmas determinações, constrói seu futuro, em uma dialética constante entre o que está dado e seu protagonismo (MINAYO, 2010). Assim, a fonte primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos (MINAYO E SANCHES, 2007).

Nesse contexto, por meio da pesquisa qualitativa, entendemos que há uma relação provisória, dinâmica e repleta de especificidades entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números. Sendo ela descritiva, o processo e seu significado são os focos principais de abordagem (MINAYO E SANCHES, 2007).

Desse modo, para atingirmos os objetivos, utilizamos a pesquisa qualitativa, com o uso das seguintes técnicas: entrevista semiestruturada, combinando perguntas fechadas e abertas e entrevista em profundidade, na qual o entrevistado foi convidado a falar livremente. Além da busca de dados secundários junto a bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da

Fundação de Economia e Estatística – FEE, também buscamos aprofundar a reflexão sobre o tema a partir de fontes bibliográficas, especialmente em livros, artigos científicos, teses e dissertações sobre o tema.

Na realização do levantamento bibliográfico, encontramos alguns estudos realizados na região, os quais analisam especificamente um único roteiro. Constatamos, assim, a falta de pesquisas acerca de correlações que demonstrem as repercussões dos roteiros no cotidiano dos empreendedores, das comunidades e da região onde estão inseridos. Seja examinando o processo de implementação e caracterização destes no meio rural, seja investigando seu potencial de geração de renda e qualidade de vida. Portanto, com a presente pesquisa, buscamos contribuir para a compreensão da relação entre a realidade social, econômica e cultural vivida pelos agricultores familiares da região e o desenvolvimento do turismo rural.

À vista disso, buscamos identificar os roteiros, a começar pelos dados da Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul – SETUR – RS, da Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo – ATURVARP e da Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales – AMTURVALES. Também a seleção dos empreendedores entrevistados foi feita com base nas informações obtidas junto às turismólogas responsáveis pelas associações de turismo existentes nos dois vales – ATURVARP e AMTURVALES –, tendo como objetivo geral analisar a dinamização da atividade turística na região dos Vales a partir da implementação de roteiros de turismo rural.

Para alcançar tal compreensão, caracterizamos o processo de constituição dos roteiros de turismo rural, investigamos a potencialidade de geração de renda a partir da atividade turística realizada pelos empreendedores rurais participantes dos roteiros e analisamos o processo de territorialização destes roteiros na região. Cabe destacar que roteiros são “vias de circulação selecionadas pelo trânsito turístico de veículos e de pedestres, em seus deslocamentos para visitar os atrativos turísticos [...]” (BOULLÓN, 2002, p. 209).

Assim sendo, a dissertação foi dividida em sete capítulos. Na introdução apresentamos e problematizamos o objeto de estudo. No segundo capítulo, abordamos a discussão sobre desenvolvimento e desenvolvimento regional, conforme proposto por Amartya Sen (2000) e Sérgio Boisier (1996, 1998), respectivamente, e suas mais diversas compreensões, desde seu conceito inicialmente atrelado ao Produto Nacional Bruto – PNB até chegarmos ao

desenvolvimento para as pessoas, ou seja, no desenvolvimento como liberdade. Após essa discussão, apresentamos os conceitos de território, tal como o de território usado, difundido por Milton Santos (1996), e a relação entre o território e o desenvolvimento, a partir do referencial oferecido por Milton Santos (1997; 2000), Sandra Lencione (2001), Sérgio Boisier (1996; 1998) e Virginia Etges (2001, 2005). E, por fim, a relação entre o turismo e o desenvolvimento regional, conforme apresentado por Roberto C. Boullón (1990; 2002) e Mario Carlos Beni (2006; 2011).

O terceiro capítulo expõe a inserção do turismo no contexto econômico do desenvolvimento, em que medida se caracteriza como atividade geradora de renda e quais são seus efeitos na economia. Apresentamos, também, o crescimento do turismo rural no Brasil, no Rio Grande do Sul e na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari.

O quarto capítulo descreve o processo de formação da região dos vales a partir da imigração europeia e como esses fatores influenciaram na formação da pequena propriedade rural, que caracteriza o meio rural da região. Além disso, discorre sobre como a diversificação da propriedade, através do turismo, contribui econômica e socialmente na promoção do desenvolvimento regional.

O quinto capítulo apresenta a metodologia de pesquisa utilizada, o diagnóstico e a análise dos resultados. Isso a partir da investigação do processo de implantação e caracterização dos roteiros de turismo rural, do potencial de geração de renda e de qualidade de vida no meio rural da região dos vales e, por fim, a disposição dos roteiros no território.

No sexto capítulo, enfim, são discutidos os resultados, considerando a necessidade de responder às questões da dissertação e atender aos objetivos definidos no início da pesquisa.

2 O TURISMO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O turismo vem ganhando destaque no cenário do desenvolvimento regional, isso porque ele aparece como uma alternativa de enfrentamento às adversidades econômicas, principalmente entre os agricultores familiares. Essas dificuldades são resultantes do processo de mecanização da produção, mais precisamente da Política de Crédito Agrícola brasileira das décadas de 1970 e 1980, a qual estava direcionada a atender médios e grandes produtores. Conforme Schneider (1999) e Silva (2000), os impactos negativos dessas políticas podem ser encontrados em muitos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, Souza e Elesbão (2008) apontam que a globalização tem efeitos negativos no meio rural, tais como: abandono e marginalização, os quais são derivados da concentração de recursos que são dirigidos por interesses financeiros e empresariais. Tais aspectos afetam uma grande parcela da população, especialmente no meio rural, mais especificamente os agricultores familiares.

Schneider (2003a, p. 29) caracteriza como agricultores familiares, indivíduos e famílias que residem no espaço rural e são proprietários de pequenos lotes de terra. Para o autor:

[...] a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva.

Por outro lado, Schneider (2011) aponta que, após as décadas de 1970 e 1980, importantes questões vêm sendo pensadas, em termos de estratégias, grau de autonomia dos agricultores e relações de poder, as quais, por sua vez, estão imersas nas relações estabelecidas entre cooperativas, empresas, instituições e agricultores.

Na área do turismo, na década de 1990, foi promovido um debate entre governo, iniciativa privada, academia e sociedade, do qual resultaram profundas mudanças nas políticas públicas do setor. Após esse debate, foi criado o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, com o objetivo de melhorar o produto turístico em âmbito municipal (BENI, 2006).

Nesse contexto de mudanças da década de 1990, o turismo foi introduzido na Região dos Vales do Rio Pardo e Taquari com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da região, ajudando a reduzir o impacto das novas articulações do

trabalho, que, por sua vez, criaram desemprego, êxodo e despovoamento das áreas rurais. Assim, o turismo rural surge para os empreendedores como mais uma possibilidade de trabalho e renda.

2.1 Desenvolvimento Regional

O debate sobre desenvolvimento abrange uma diversidade de compreensões que, em alguns casos, beiram a controvérsia. Por isso, recorreremos à literatura, que esclarece que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos. Isso porque o primeiro trata da esfera econômica e o segundo agrega a este aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, entre outros.

Portanto, debater os diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento e ao desenvolvimento regional se justifica na medida em que se pretende compreender a influência da atividade turística e de seus atores.

Assim, ao lançarmos o olhar sobre alguns conceitos de desenvolvimento, temos uma visão restrita, pois estão associados ao crescimento econômico. O que se confirma, haja vista que o conceito mais difundido e conhecido está atrelado diretamente a fatores econômicos, ou seja, a indicadores como “[...] produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico e modernização social” (SEN, 2000, p. 17), os quais dizem respeito a uma visão mais restrita de desenvolvimento. Também para Beni (2002, p. 70), “o fenômeno turístico explica aspectos da economia nacional e demonstra que transcende o PNB”.

Sen (2000, p. 10) ainda considera que o crescimento econômico é muito importante e traz benefícios sociais, porém, outros fatores como o acesso a serviços de educação, saúde e liberdade de expressão também precisam ser considerados. Isso porque “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”.

Brose (2001, p.11) segue confirmando a tendência de mudança do conceito ao afirmar que,

quando falamos de *desenvolvimento*, não estamos falando do conceito de desenvolvimento econômico, como era utilizado nos anos 60 e 70, hoje mais adequadamente denominado de *crescimento econômico*. A nossa experiência, e a de outros países também, já deixou claro, ao longo dos

últimos 50 anos que desenvolvimento, entendido como melhoria da qualidade de vida, é muito mais do que mero crescimento econômico.

Já Boisier (1996) analisa o desenvolvimento por duas perspectivas. Uma, macro, na qual as tendências econômicas e políticas mundiais impactam na geografia política como a conhecemos, ocasionando mudanças que tendem a desconfigurar o conceito conhecido de Estado nacional. Nesse contexto, as estruturas tendem a se tornar *supranacionais* (como os organismos da União Europeia), nos quais territórios e municípios passam a ter vida e a serem atores numa competição internacional pelo capital. E uma, micro, na qual o sucesso do indivíduo se torna dependente do meio em que ele vive, podendo este contexto levá-lo à decisão de migrar.

Sen (2000, p.10) introduz outro aspecto – a visão de um cenário antagônico no processo de desenvolvimento atual –, quando pondera que vivemos em um mundo de opulências sem precedentes e, ao mesmo tempo, de privações e opressões extraordinárias. Assim, para o autor, “a expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, com o principal fim e principal meio do desenvolvimento”.

Boisier (1998, p. 10) entende que “[...] *comprender que el crecimiento es condición necesaria, pero nunca suficiente, del desarrollo; que el crecimiento progresivo puede coexistir con un desarrollo regresivo [...]*”.

Nessa perspectiva, para Sen (2002), os atores estão ativamente envolvidos na configuração de seu próprio destino, e não apenas esperando passivamente que programas governamentais de desenvolvimento os beneficiem. Dessa liberdade ainda faz parte o processo de participação democrático, no qual os atores, na condição de “agentes”, participam de debates políticos e decidem onde as verbas serão alocadas.

Portanto, Sen (2002) defende que se trata não só de eliminar a pobreza, ou seja, de dar às pessoas a oportunidade de saciar a fome e ter acesso à saúde, mas também de dar-lhes liberdade para fazer suas escolhas, participar de decisões públicas e sociais. O autor destaca o empoderamento do ator, o qual cria nele o sentimento de pertencimento e este, por conseguinte, desperta a vontade de melhorar o lugar em que vive, o que faz com que ele tome decisões que geram desenvolvimento.

Veiga (2001, p.104), afirma que o desenvolvimento corresponde à ampliação das possibilidades de escolha:

“[...] das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – *last but not least* – liberdade”.

Sen (2000, p. 25) traz à cena cinco tipos de liberdades: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora. Para o autor “cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa”. Essas liberdades são os meios primordiais do desenvolvimento e cada uma delas tem um sentido, qual seja:

liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais.

Nesse contexto, o fortalecimento das regiões, as quais “[...] surgem como *novos atores na competição internacional por capital, tecnologia e mercados*” (BOISIER, 1996, p. 114) é percebido concomitantemente com o fortalecimento dos estados nacionais.

Assim,

o conceito de região como quase-Estado é, então uma espécie de lembrete da necessidade de impor uma visão política do desenvolvimento regional. Como a acumulação de poder político é inseparável de questões relacionadas à estrutura social da região e com a forma de funcionamento da sociedade, chega-se à importante conclusão de que são os assuntos de politicologia e sociologia os de maior importância na hora de se intervir a favor do desenvolvimento. Essa proposição contrasta com as visões economicistas do passado. (BOISIER, 1996, p. 124).

Sen (2000, p. 26) ainda pondera que diferentes tipos de liberdades podem fortalecer umas às outras e que sua “concepção da economia e do processo de desenvolvimento centrada na liberdade” é, em grande medida, uma visão orientada para o agente”. Todavia, ver o desenvolvimento a partir dessa perspectiva tem implicações sobre os modos e os meios de promovê-lo. Nesse sentido, o autor destaca que a visão de desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas não está desvinculada do processo de crescimento econômico e de acumulação de capital físico e humano, que seu alcance e abrangência vão muito além dessas variáveis.

No Brasil, o desenvolvimento apresenta duas fases: uma anterior e outra a partir de 1960. Na primeira não havia uma estratégia de desenvolvimento e as regiões brasileiras não mantinham ligações. Ocorria apenas a integração das áreas

produtoras aos fluxos mundiais de comércio. Na segunda, o mercado nacional passou a contar com políticas de desenvolvimento regional, que visavam, num primeiro momento, estimular a industrialização e posteriormente reduzir conflitos fundiários no Nordeste e colonizar as fronteiras, o que também garantia uma ocupação geopolítica (ACSELRAD, 2008).

Posteriormente, “os setores produtivos no Brasil, na década de 90, foram alta e abruptamente expostos à competição internacional, em um contexto de grandes transformações tecnológicas e organizacionais” (BRANDÃO, 2004, p. 68).

Nesse sentido, segundo Sen (2000), a falta de ênfase na educação elementar e na assistência básica são as causas da lenta criação de oportunidades sociais, ou seja, ergueram-se novas barreiras para o desenvolvimento brasileiro.

Para Boisier (1996, p. 113), o desenvolvimento regional é um “processo em curso com três cenários independentes e de recente configuração: há um cenário *contextual*, um cenário *estratégico* e um novo cenário *político*”. E esse novo cenário, segundo o autor, é decorrente, por um lado, do processo de *abertura externa*, que é econômico e impelido pela força da *globalização* e, por outro, do processo de *abertura interna*, que é político e impulsionado pela força da descentralização. Ainda para o autor, nesse novo cenário, a abertura interna tem como objetivo proporcionar à população condições de “equidade”, distribuindo os lucros da abertura externa e de “participação”, outorgando à população o papel de agente na definição de opções políticas de cada território.

Brandão (2004, p. 63) destaca o viés econômico do desenvolvimento. Segundo o autor:

nos anos 50 e 60, o debate sobre o desenvolvimento regional e urbano recebeu influência direta de todas as correntes principais das chamadas teorias do desenvolvimento econômico. Ou seja, ocorre uma transposição, muitas vezes direta, do debate internacional e nacional para a escala regional.

Já a partir dos anos 1970, o desenvolvimento regional ganhou novo enfoque, passando a ser visto de dentro para fora, ou seja, endógeno. Para o autor, trata-se de “[...] uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias” (BENKO, 1999, p. 288). Haja vista que a promoção do desenvolvimento apenas pelo viés econômico, não deu conta de evitar a miséria, o desemprego e a falta de dignidade de muitos (MÜLLER, 2002).

Para Boisier (1999, p. 310):

os modelos reais de desenvolvimento regional ou territorial, em sentido mais amplo, foram construídos de acordo com três processos: (1) a regionalização dos países; (2) a descentralização dos sistemas de decisão públicos e privados; (3) o próprio desenvolvimento das regiões, supostamente descentralizado por definição. Pode-se dizer que o primeiro desses processos fracassou por completo; o segundo ainda não se configurou e a cultura centralizadora ainda domina a vida na América Latina; e o terceiro ainda é raramente adotado.

Nos anos 1990, “a globalização veio reforçar a tendência à ‘especialização’ das regiões” e, na mesma época, “o Estado abandonou sua ação como indutor do desenvolvimento” (ACSELRAD, 2008, p. 33).

Nesse contexto,

[...] no âmbito de uma crescente globalização, marco no qual os Estados nacionais tendem a reconfigurar-se com menos autonomia, os territórios organizados, regiões, estados, municípios e cidades, aparecem como novos atores na disputa pelo capital internacional, por tecnologia e nichos de mercado (BOISIER, 1998, p. 6).

Boisier (1996) acrescenta que a velocidade, a flexibilidade, a maleabilidade, a cultura, a resiliência e a complexidade sistêmica são algumas das características imprescindíveis ao sucesso do desenvolvimento de uma região, e que elas maximizam as possibilidades de ganhar o jogo da competição internacional por capital. Tais características ajudam, respectivamente, a: aproveitar oportunidades; oferecer uma ampla gama de respostas aos requisitos do contexto; moldar a própria estrutura, adequando-a às formas mutantes do meio; facilitar a introdução de aspectos diferenciados nos mercados tendentes à homogeneização; reconstruir a estrutura quando danificada por elementos exógenos e adequar o território ao comércio internacional.

Todavia, após as mudanças da divisão social do trabalho da década de 1990, é pertinente considerar que “[...] houve perda de dinamismo econômico de algumas *especializações regionais*, o que reduziu potenciais localizados de empuxe e arraste inter-setorial e de desenvolvimento regional [...]” (BRANDÃO, 2004, p. 66).

Assim,

com mais e mais frequência se observa que regiões, cuja constelação de recursos naturais e humanos, se poderia prever, mediante uma condução adequada, o surgimento de um vigoroso processo de desenvolvimento, de ampliação de oportunidades, da liberdade, de opções, de justiça, e de crescente ética nas relações inter-pessoais e também em relação ao meio ambiente, seguem sem se desenvolver, com ou sem crescimento econômico (BOISIER, 1998, p. 7).

Todavia, em termos de gestão do desenvolvimento regional, existem desafios a enfrentar, tanto políticos quanto de dominação das regiões mais fracas por outras mais fortes, os quais “se traduzem em freios ao crescimento econômico regional” (BOISIER, 1996, p. 123). Ainda para o autor, essas relações derivam do poder político. Assim, para que uma região dê um salto para o desenvolvimento, é preciso que ela rompa os elos da dominação e, para tanto, é preciso “*acumular poder político*”.

Nesse contexto,

[...] quando a crise abala o domínio macroeconômico dos Estados nacionais, [...], quando, numa palavra, a “hierarquia” recua, então volta com toda a força a aglomeração, essa antecâmara do mercado, essa arena para o mercado. [...] A “atmosfera” se materializa em outros modos de regulação no seio da sociedade civil: a família, a “lealdade” entre empresários e assalariados, o papel das coletividades locais [...] numa palavra, a “comunidade” (necessariamente pequena!) (BENKO, 1999, p. 60).

Para o desenvolvimento de fato acontecer, a região precisa potencializar sua “capacidade de negociação regional para obter, primeiro a radicação do capital e segundo, o melhor ajustamento possível dessa radicação com os delineamentos estratégicos regionais” (BOISIER, 1996, p. 130).

Já Benko (1999) aponta que o sucesso e o crescimento de regiões se devem, principalmente, a sua dinâmica interna, ou seja, estão relacionados a fatores endógenos. O autor ainda exemplifica sua convicção com o caso da Itália, mais especificamente com as pesquisas de Carlo Trigilia e Sebastiano Brusco sobre a “Terceira Itália”, onde as características sociais e a reciprocidade formaram as bases do desenvolvimento daquela região.

Benko (1999, p. 70) assevera que só poderão existir certos tipos de regiões que ganham se souberem se desenvolver internamente, ou seja, a região precisa desenvolver suas potencialidades para ter a oportunidade de participar e ganhar a competição internacional pelo capital. Por esse prisma, o autor vê a economia global como um “[...] mosaico de sistemas de produção regionais especializados” e mais interiormente, que em cada região existe outro sistema específico de acordos e trocas.

Nesse sentido, o Ministério da Integração, no projeto Diretrizes para formulação de políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território Brasileiro (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2005, p. 1), destaca que “[...] as forças locais e regionais buscam explorar capacidades endógenas potenciais para superar

situações de atraso ou estagnação econômica e perda de coesão social [...]” isso em termos de foco na competitividade da região.

Afirma, ainda, que “as reduções das desigualdades de renda no território não necessariamente resultam em redução das desigualdades pessoal e funcional da renda dentro de cada região” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2005, p. 2).

Boisier (1996, p. 131) introduz um viés sociológico quando fala da animação social, uma das novas funções dos governos regionais, que trata da sinergia e da informação. Para o autor

a animação, enquanto função catalizadora do governo regional, adquire mais e mais importância à medida que é reconhecida a importância da *sinergia* como fundamento do desenvolvimento regional endógeno e, sobretudo, como base da *capacidade local e regional de inovação*: peça-chave do desenvolvimento contemporâneo.

Inovação que representa um modo de organizar os recursos endógenos, usando estratégias de diversificação e geração de sinergias internas e externas. Assim,

o grande desafio é construir simultaneamente, e dar unidade, aos seguintes pares (por vezes antagônicos): eficiência/equidade; especialização/diversificação produtivas; crescer/redistribuir renda e riqueza, entre outros. Isto é, construir permanentemente integração e coesão produtiva, social, política, cultural, econômica e territorial. (BRANDÃO, 2004, p. 71).

Nesse contexto, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, manifesta sua preocupação com o desenvolvimento regional, e institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de Fevereiro de 2007, o qual em suas disposições gerais, decreta que:

a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR tem como objetivo a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional [...]. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007, p.1).

O decreto aponta as seguintes estratégias para a redução das desigualdades regionais:

I) estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas; II) articular ações que, no seu conjunto promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007, p. 1).

E mais, que “as estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade e competitividade econômica”.

Boisier (1996) defende que o desenvolvimento de um território organizado depende da existência, interação e articulação de seis elementos – atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno, dos quais depende o sucesso ou o fracasso da região.

Para Brandão (2004, p. 70) o desenvolvimento é um processo resultante de variadas e complexas interações sociais, e que:

esse processo deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando a sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos.

Nesse contexto de valorização do turismo como possível gerador de renda, qualidade de vida e bem-estar, introduzimos a discussão sobre a dimensão territorial do desenvolvimento.

2.2 A dimensão territorial do desenvolvimento regional

No contexto do desenvolvimento regional, a relação com o território ocorre na medida em que a sociedade molda esse lugar de acordo com suas necessidades e insere nele suas características, fazendo despertar em seus agentes o sentimento de pertencimento. Assim, o território no qual o turismo está inserido pode ser de extrema importância para o desenvolvimento regional, principalmente porque, para alcançar seu objetivo central – atrair o turista –, apropria-se da identidade cultural e dos bens materiais e imateriais dos atores locais.

Assim, a compreensão do conceito de território deve sua importância ao fato de ser entendido como espaço usado e apropriado por esses atores, no qual sociedade e natureza coexistem, ou seja, os elementos do social e do natural são inseparáveis.

A evolução do conceito de território na história permeia diversas ciências, todavia advém das ciências naturais, que se iniciaram na geografia e passam por uma série de debates. Essas discussões evoluem até chegar à concepção mais aceita atualmente: uma visão geográfica totalizadora, que considera o espaço geográfico como território usado, apropriado, moldado pelos atores no qual as identidades regionais se destacam (LENCIONE, 2001).

O resgate desse conceito pela geografia ocorre no âmbito da repolitização do temário da disciplina subjacente ao movimento de renovação do

pensamento geográfico a partir dos anos 1960, com base numa orientação metodológica marxista que propõe uma reflexão essencialmente econômica e política, e resulta numa concepção que qualifica o território pelo seu uso social (CAZELLA, BONNAL E MALUF, 2009, p. 27).

Ainda para os autores, “o território teria em sua gênese um movimento de expansão e conquista de espaços, o que o localiza também num lugar importante no universo de preocupações da geografia política e da geopolítica” (CAZELLA, BONNAL E MALUF, 2009, p. 27).

Na visão de Abramovay (1998), o território surge, “[...] como resultado da uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço [...] e por isso denominado como um processo de construção social”.

Santos (2000, p. 104) destaca que o “*território usado* [...] é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas relações humanas”. O que, por esse ponto de vista, “[...] permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo sócio territorial”. Ainda para o autor:

o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo.

Por assim dizer, de um lado se revela a estrutura global da sociedade e do outro a complexidade do seu uso. Essa perspectiva leva em conta todos os atores e considera que cada um é um agente que se apropria, que usa o território de forma complexa e diferenciada.

E é nesse território, envolvido por relações de poder, processos produtivos, evidenciações culturais, que o desenvolvimento acontece (ETGES, 2005).

Boisier (1998, p. 6) traz à cena outro elemento – o entorno territorial – e aponta que o mesmo é fator chave do desenvolvimento e que “[...] *la calidad del territorio determina el desarrollo de las estructuras sociales pertinentes en cada escala*”.

E é nesse contexto, que “[...] *la globalización como un fenómeno amplio y sistémico, producirá, por sí mismo una variedad de impactos y efectos territoriales en cada país*” (BOISIER, 1998, p. 17).

No mesmo sentido Casella, Bonnal e Maluf (2009) destacam que:

no transcurso da última década, a noção de território assumiu importância destacada nos discursos dos gestores de políticas públicas de numerosos países, inclusive no Brasil. No que diz respeito à agricultura e ao meio rural, o território aparece cada vez mais como uma entrada programática, inovadora e privilegiada para renovar a concepção do desenvolvimento rural. Mas, apesar da adoção generalizada do conceito, observa-se uma dificuldade dos acadêmicos, dos profissionais do setor e dos próprios

gestores de políticas públicas na definição rigorosa do conceito de território e, conseqüentemente, dos instrumentos de intervenção pública (CAZELLA, BONNAL E MALUF, 2009, p. 25).

Boisier (1998, p. 7) chama a atenção para um assunto de essencial importância do ponto de vista da ação: o conhecimento. Todavia,

[...] el proceso de transpasar la responsabilidad de gobernar, de "arriba abajo", capacidad que, como se dijo, ahora casi se confunde con la capacidad para fomentar el desarrollo, se está llevando a cabo sin mediar una creación de conocimiento pertinente, como si el proceso de gobierno a escala sub-nacional fuese un proceso de gobierno "en chico", como si el desarrollo fuese un fenómeno (matemáticamente) contínuo en el territorio, como si no se produjesen câmbios estructurales cualitativos incorporados en el cambio cuantitativo de escala. La "fractalidad", por así decirlo, no se aplica a la gestión del desarrollo.

Neste sentido, o autor assevera que:

Información y conocimiento, son, desde este punto de vista, elementos clave del desarrollo territorial. La asociatividad y el poder político colectivo, otros dos elementos también cruciales del desarrollo en cualquier territorio. (BOISIER, 1998, p. 7).

Assim sendo, o território incorpora diferentes aspectos, tais como: a ação de diferentes atores e a questão do jogo de poder entre eles. E mais, consiste de uma trama de relações sociais, em que os atores locais criam laços que geram o sentimento de pertencimento.

O território revela, ainda, a questão da identidade que está sendo construída, refeita e como ela colabora com a promoção do desenvolvimento regional. A identidade dos territórios é a soma do espaço usado pelos atores regionais mais os processos histórico, cultural, econômico, político e ambiental, ou seja, o capital social. Há ainda que considerar que estes fatores interligados formam as particularidades existentes em cada região (FELIPPI, 2011).

Nesse sentido é importante para o território manter sua identidade, sua cultura e sua produção própria. Isso porque a identidade cultural se revela uma potencialidade do lugar, que paralelamente colabora com o processo de desenvolvimento.

Esses atores locais, ao desenvolverem a noção de pertencimento, tornam-se agentes que se apropriam, que usam o território e, neste contexto, a natureza e o meio natural não são mais vistos como meros recursos (SANTOS, 1997).

Nesse meio, Pecqueur (2009) introduz a importância de valorizar o que está no território, da economia baseada nele, ou seja, agregar valor ao produto em função do território em que ele é feito, a consciência ecológica e a responsabilidade social.

O autor afirma que é preciso ir além da visão do senso comum, que busca os melhores territórios, sem preocupação com a horizontalidade do processo.

O território é a profunda interação entre estar na base da superfície do planeta e a forma como o homem se coloca ali, se apropria, usa e produz. Essa perspectiva de território gera compromisso com essa superfície. O território é um espaço em constante processo de transformação, um campo de forças, de contradição entre o vertical¹ e o horizontal², entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos (ETGES, 2001).

Por conseguinte:

para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. [...] com o olhar voltado para dentro do território, identificando e fomentando as suas reais potencialidades, e a partir daí projetá-lo para fora, para o contexto do mundo globalizado (ETGES, 2001, p. 363).

Santos (1997) aponta que “as regiões são o suporte e a condição das relações globais que de outra forma não se realizariam” (SANTOS, 1997, p.196) e que o processo de homogeneização, decorrente da globalização, trouxe à tona as diferenças regionais. Para Santos (1997), isso é tão evidente que emergem movimentos regionalistas com força política, que negam o nacional. Ainda segundo o autor, cria-se daí identidades regionais que constroem o sentido de pertencimento, e, com isso, abrem-se múltiplas possibilidades de recortar a superfície terrestre. Dentro dessa concepção, e de acordo com Santos (1997), fortalecer as regiões é uma das formas de frear o lado perverso da globalização.

Segundo Boisier (1998, p. 12),

[...] cada una de las nuevas regiones que se consoliden a futuro (y algunas de ellas podrían coincidir por completo con las actuales) requiere un conocimiento específico que le permita maximizar su potencial de crecimiento y desarrollo [...].

Nesse sentido, para entender como o desenvolvimento ocorre, é preciso olhar cada região com suas particularidades e conhecer profundamente suas relações. Isso porque, as regiões se estruturam de acordo com as relações de poder e a formação econômica, social e cultural (BOISIER, 1996; 1998; 1999; 2003). O

¹ Para Santos (1997), as verticalidades sugerem que existem pontos no espaço, que separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade.

² As horizontalidades, por sua vez sugerem que existem segmentos formados a partir de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região (SANTOS, 1997).

desenvolvimento regional, atualmente, tem, cada vez mais, recebido atenção e destaque, tanto da academia quanto da gestão pública.

Nesse contexto:

o Estado deve voltar-se para dentro do seu território, visualizar suas potencialidades e promovê-las, enquanto expressões de conteúdo histórico e cultural de gerações que, de forma multicultural e interétnica, construíram um território único e por isso extremamente valioso (ETGES, 2001, p. 362).

Ainda, a busca por melhores territórios, nascida do capitalismo, gera novas configurações territoriais, “[...] marcadas pela fragmentação, pela diversidade, pela fluidez e pela mobilidade” (ETGES, 2005, p. 51) e é nesse contexto que o desenvolvimento regional se desenvolve.

Todavia,

[...] uma região, para que exista de fato, [...] tem que ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressam no âmbito do cultural, do econômico e do político, que permitam vislumbrar desafios comuns à comunidade envolvida. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e devidamente passiva, em outra, organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento (ETGES, 2001, p. 362).

Boisier (1998, p. 16) também aponta seis fatores de desenvolvimento: “a) recursos (materiales, humanos, cognitivos e psicosociales); b) actores (individuales, corporativos y colectivos); c) instituciones; d) procedimientos (de carácter societal); e) cultura”, que são importantes devido à articulação entre eles, e não a sua existência em si.

Essa nova conceituação de território passa a importar-se com a sustentabilidade e a qualidade de vida, atreladas ao conceito de desenvolvimento regional. De acordo com Boisier (1996), tudo o que compõe o território é importante para o desenvolvimento, desde o menor ao maior, do município à região. O autor conclui dizendo que:

no hay receta posible para alcanzar el desarrollo de un territorio dado. El desarrollo tiene mucho de heurístico, de descubrimiento permanente, de rizo, de creación de futuro recogiendo lo valioso del pasado, pero sin la pretensión de construir un futuro como una extrapolación del pasado. (BOISIER, 1998, p. 11).

Nesse contexto, o desenvolvimento de uma região passa pela capacidade do local de trabalhar suas potencialidades de dentro para fora, ou seja, de maneira

endógena. E é nesse meio que o turismo vem crescendo, trazendo novas possibilidades de geração de emprego e renda.

2.3 Turismo e desenvolvimento regional

A atividade turística tem, cada vez mais, recebido destaque nos debates sobre as novas abordagens de desenvolvimento. Isso porque, tem estado presente nos projetos de desenvolvimento regionais, estaduais e federais.

O turismo nasce da busca das pessoas por novas alternativas de lazer, que procuram o alívio do stress da vida moderna que, por sua vez, é decorrente da modernização econômica, da aceleração do processo de urbanização e das transformações do processo produtivo (SILVA, 2000; BARRETO, 2001; BENI, 2002; ZINGONI, 2002, SCHNEIDER, 1999, 2011; SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Por isso, a contribuição econômica e social do turismo no desenvolvimento de uma região é reconhecida por órgãos do governo e pela academia (MOLINA, 1997; BARRETO, 2001; BENI, 2002, 2006; TRIGO, 2006; FUNK, 2008; FEGER, 2010; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011; SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL, 2010, 2012).

Cabe destacar a definição adotada pela Organização Mundial do Turismo – OMT, em 1994, que norteia o trabalho dos organismos oficiais do mundo todo:

o turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p.38).

Para a OMT, o turismo é uma prática social que ganhou força nos países desenvolvidos na década de 1950, devido ao aumento do poder econômico e ao tempo livre ou lazer (OMT, 2001, p.53).

Nesse mesmo sentido, Barretto (2001, p. 9) aponta que o conceito de turismo passou por inúmeras redefinições desde sua primeira definição, datada de 1911, quando o economista austríaco, Hermann von Schullern zu Schattenhofen, escreveu que:

[...] turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado.

A autora ressalta que o tempo de permanência e o caráter não lucrativo são elementos presentes em todas as definições de turismo ao longo da história. Mas afirma que um terceiro elemento, considerado importante pela autora, passa ao largo da definição de diversos outros autores, ou seja, “[...] a procura do prazer por parte dos turistas” (BARRETTO, 2001, p.13).

Nesse sentido, a autora pontua que:

o turismo é uma atividade em que a pessoa procura prazer por livre e espontânea vontade. Portanto a categoria *livre escolha* deve ser incluída como fundamental no estudo do turismo (BARRETTO, 2001, p.13).

Também Boullón (2002, p. 37), após análise, aponta que o turismo pertence ao setor terciário e que o mesmo “[...] é consequência de um fenômeno social cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos sistemas de transporte”.

Molina (1997, p.30) acrescenta ao conceito de turismo elementos imateriais. Para o autor, “[...] *el turismo contribuye al rescate y la conservación de usos y costumbres locales, de manifestaciones folclóricas y artesanales*”, “*recupera y conserva valores y hechos de carácter histórico*”. Os bens imateriais, por seu nível de atratividade, excentricidade ou singularidade, são considerados pelos turistas quando da escolha do destino. Nesse sentido, ao abrir a porteira da propriedade, o agricultor passa por um processo de troca cultural. Essa integração é percebida por ele e reforça o pertencimento ao local em que vive. O indivíduo se sente parte da sociedade, inserido e valorizado pela comunidade. Nesse momento é possível observar os bens imateriais que a atividade turística proporciona.

Conforme Boullón (2002, p. 37):

em torno das viagens feitas como uma das formas de aproveitar o tempo livre, gerou-se um importante número de atividades, que, como muitas outras, não foram previamente programadas. Sua existência deve-se a um movimento espontâneo em que a iniciativa privada, primeiro, e o poder público, depois, foram resolvendo as necessidades dos viajantes, ao incorporar um número cada vez maior de serviços destinados a aumentar o conforto do turista e multiplicar suas oportunidades de lazer. Assim, ao redor do turismo foi-se formando uma trama de relações que caracterizam seu funcionamento.

Barretto (2001, p. 14) ainda expõe outro elemento essencial – toda a preparação envolvida –, que traz consigo uma série de subdivisões. O autor exemplifica:

um recurso natural como, por exemplo, as Cataratas do Iguaçu, há um século, sem nada, não representaria um recurso turístico propriamente, pois poucos aventureiros ousariam ir lá, através da selva. Para que os turistas

frequentem o local, é necessária uma preparação prévia: tem-se que construir caminhos, alojamentos com água potável e luz, mercados, farmácias; é preciso criar uma série de comodidades que permitam que as pessoas saiam de casa sem risco de vida e com algum conforto.

Portanto, “o turismo é um fenômeno social complexo e diversificado” e, como tal, apresenta-se em diversos setores que “[...] podem ser classificados por diferentes critérios” (BARRETTO, 2001, p.17). Para uma maior compreensão das diversas possibilidades de subdivisão e classificação englobadas pelo turismo, apresentamos alguns tipos de turismo: a) por sua natureza (turismo emissivo ou receptivo); b) conforme a nacionalidade do turista (nacional ou estrangeiro); c) de acordo com o volume (de minoria ou de massa); d) quanto à composição social (de classe privilegiada, média ou popular); e) de acordo com a autonomia (livre ou dirigido); f) dependendo da duração (excursionista, de fim de semana, de férias ou de tempo indeterminado); g) quanto à frequência (regular – anual, mensal, de férias, e feriados etc. – ou esporádico); h) conforme o alojamento (hoteleiro ou extra hoteleiro); i) quanto ao objetivo/motivação (descanso, lazer, cura, desportivo, gastronômico, religioso, profissional ou de evento), cultural (aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem); j) pelo modo de viajar (coletivo ou particular); k) conforme o meio de transporte: rodoviário, aéreo, ferroviário ou aquático, ou as combinações possíveis; l) pelo âmbito geográfico: de litoral, rural, de montanha, urbano, ou suas combinações. E complementa afirmando que:

de acordo com a permanência, pode ser *estável* ou *itinerante*. Se o turista fixa-se no destino, será *estável*; se ele passa mais tempo viajando, visitando vários núcleos, será *itinerante*. Uma viagem define-se pela soma de deslocamento mais permanência ($V = d + p$), quando $d > p$ o turismo é *itinerante*, quando $p > d$, é *estável*; e quando são iguais, precisa-se analisar o caso. O turista *estável* utiliza mais equipamentos no local; o *itinerante*, mais transporte, equipamentos de estrada e infraestrutura de acesso (BARRETTO, 2001, p. 22).

Segundo Beni (2002, p. 35), o turista ou excursionista é o

[...] visitante temporário que permanece pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade da viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudos, religião e esporte), negócio, família, missões e conferência (BENI, 2002, p. 35).

Porém, o turismo não se limita às atividades realizadas pelos turistas ou excursionistas, mas também pela população local que também o consome.

Beni (2002, p. 38) aponta que os bens turísticos podem ser:

1. *materiais* (monumentos, museus, galerias de arte, praias e outros) e *imateriais* (clima, paisagem e outros); 2. *imóveis* (terrenos, casas, hotéis,

museus, galerias e outros) e *móveis* (produtos gastronômicos, artísticos e artesanais); 3. *duráveis* ou *perecíveis* (artesanais ou produtos gastronômicos); 4. *de consumo* (bens que satisfazem diretamente as necessidades dos turistas) e *de capital* (os que são utilizados para a produção de outros bens); 5. *básicos, complementares e interdependentes*; 6. *naturais ou artificiais*.

Indo além, percebemos que, entender como o turismo surge, amplia o conhecimento acerca da teoria do espaço turístico. Que, segundo Boullón (2002, p. 79), “[...] é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos [...]”

Nas palavras de Beni (2002, p. 18):

a atividade do Turismo surge em razão da existência prévia do fenômeno turístico, que é um processo cuja ocorrência exige a interação simultânea de vários sistemas com atuações que se somam para levar ao efeito final. O Turismo, portanto, como resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos.

Já para Cooper (2001), o turismo depende do movimento das pessoas entre os lugares e também de sua estada neles, ou seja, para que o turismo exista, os turistas precisam se deslocar e permanecer por um tempo mínimo. Nesse contexto, os turistas buscam novas opções de recreação. Assim surge e cresce a demanda por férias e passeios em regiões com paisagens surpreendentes, e locais onde a cultura e a história se mantêm preservadas, ou seja, o turista contemporâneo tem buscado a harmonia e o equilíbrio, que também são encontrados nas atividades do meio rural. Em síntese, o turismo privilegia um turismo mais responsável, um contato mais íntimo com a natureza e com a cultura local.

Beni (2002, p. 37) lança mais luz sobre o conceito de turismo e o processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço, quando diz que:

neste processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios.

Cruz (2003) ressalta que vivemos em um momento histórico que valoriza os recursos naturais e culturais, muito devido à globalização que massifica gostos e tendências.

Boullón (1990, p. 9) aponta que, historicamente, o crescimento do turismo no contexto mundial “[...] se acentuó a partir da la década de 1930 y aún más después de la Segunda Guerra Mundial”. Destaca ainda que “*en América Latina, los trabajos*

más serios em esta área se iniciaron pocos años antes de la década de los años 70".

Outro fator apontado por Boullón (1990), é que cada atividade, de acordo com suas características, tem sua localização nas áreas mais favoráveis do espaço terrestre, ou seja, a atividade ocorre onde lhe é mais propício. Assim, a existência do espaço turístico está condicionada à presença de atrativos turísticos, ou seja, “todo o lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los” (BENI, 2002, p. 297).

E assim, sempre que alguém decide viajar para um lugar turístico,

[...] genera un conjunto de necesidades de transporte, alojamiento, alimentación, visitas al lugar, distracciones, esparcimiento deportes o compras, cuya satisfacción da origen a una serie de construcciones que adoptan las características requeridas para la prestación de los servicios correspondientes (BOULLÓN, 1990, p. 21).

Diante desse contexto, ao analisarmos do ponto de vista econômico, o turismo amplia a renda da família rural e, ao olharmos com enfoque social, veremos que essa renda possibilita outras melhorias na vida, as quais podem gerar o resgate do sentimento de pertencimento destas famílias. O turismo promove, ainda, o encontro de diferentes culturas devido às interações de pessoas com diferentes culturas e hábitos. Assim, de acordo com os autores (MOLINA, 1997; BARRETTO, 2001; BENI, 2002, 2006), o turismo apresenta benefícios materiais e imateriais à comunidade na qual está inserido.

Beni (2002, p. 39), em sua definição, destaca algumas características. Para o autor:

[...] o turismo é um eficiente meio para: 1. promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais; 2. abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região; [...]; 4. desenvolver a criatividade em vários campos; 5. promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas.

Os dados da OMT, utilizados no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012 – 2015, confirmam o crescimento percebido quando apontam que o fluxo turístico internacional apresentou crescimento de 6,5% em 2010 e 4,4% em 2011, isso com relação às chegadas internacionais de turistas. Outro fator positivo é a influência direta no fluxo de viagens domésticas.

Ainda segundo o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012 – 2015, o fluxo turístico no Brasil cresceu 14,3% de 2010 para 2011 e os

gastos dos turistas estrangeiros cresceram 14% no mesmo período. E mais, “o Rio Grande do Sul representa atualmente a quarta maior economia do Brasil, contribuindo com 6.7% para o Produto Interno Bruto - PIB nacional [...]” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL: 2012 – 2015, 2012, p. 23).

Também, a OMT considera que “[...] o turismo representa um enorme potencial de desenvolvimento [...]” (OMT, 2001, p. 37). Nesse sentido, a atividade turística surge como alternativa de geração de renda, porque injeta maior volume de dinheiro no comércio, colaborando, assim, com o desenvolvimento regional, através do aumento dos ganhos dos empreendedores. Esse fenômeno também ocorre no meio rural, porém, primeiramente, com o intuito de complementar a renda (BENI, 2002).

Segundo Silva (2000, p. 257):

planejado e organizado, o turismo rural pode converter-se num elemento dinamizador de desenvolvimento local e regional, permitindo a diversificação da economia, a ocupação da mão-de-obra local, o fomento ao espírito empresário e o incentivo ao desenvolvimento comunitário através de ações comunitárias e até atenuar o êxodo rural.

Portanto, o turismo, em um contexto de desenvolvimento regional, gera a circulação de divisas entre uma região e outra menos favorecida (BENI, 2002). Para Boullón (1990), um dos problemas enfrentados pelo turismo regional é o pensamento de certos governantes, principalmente os prefeitos, os quais abdicam de políticas públicas governamentais à medida em que estas ultrapassam as fronteiras territoriais de seus municípios. Para Boullón (1990), outro problema que está relacionado aos organismos públicos, enfrentado pelo turismo, diz respeito à carência de conhecimento sistemático sobre o tema, que ocorre devido ao número reduzido de técnicos. Um terceiro, típico dos países em desenvolvimento, diz respeito ao baixo investimento em promoção e obras de infraestrutura.

Uma visão otimista quando diz que:

no século XXII, o turismo será um campo de ações importantes e desafiadoras. No século XXI ele já surge como atividade de primeira grandeza. Mesmo com as novas dificuldades e problemas regionais e globais o turismo crescerá (TRIGO apud BENI, 2006, p. 11).

É nesse contexto de valorização do meio rural, das potencialidades do lugar a partir do território, visando o desenvolvimento da região, que o turismo surge para o agricultor familiar como uma atividade econômica complementar.

3 O TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

O turismo rural aparece no contexto econômico do desenvolvimento regional como alternativa de complemento da renda, possibilitando que o agricultor familiar³ permaneça com sua atividade-fim. É uma opção à agropecuária tradicional, que não consegue manter o nível necessário de empregos no meio rural (SCHNEIDER, 2000; SILVA, 1999; SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Além do potencial econômico, o turismo caracteriza-se pela facilidade de criar postos de trabalho devido à diversidade de atividades ligadas a ele no meio rural. Dentre elas estão a industrialização de alimentos caseiros (tais como: pães, bolos,ucas, roscas, entre outros), os restaurantes de comidas típicas, o artesanato, os passeios, as trilhas para caminhadas ecológicas (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Outro fator diz respeito à necessidade das regiões se organizarem de forma endógena contra a tentativa de homogeneização (SANTOS, 2000). O potencial de desenvolvimento endógeno do turismo rural também é afirmado por Silva, Vilarinho e Dale (1998).

Segundo Campanhola e Silva (2000), o desenvolvimento regional é uma das alternativas mais viáveis para se enfrentar os desafios da globalização. Isso porque a globalização reforça o local, estimulando a organização comunitária. Ou seja, com o global distante do local, este se reestrutura socialmente para se fortalecer e para se viabilizar economicamente, buscando sua independência e atendendo a seus próprios interesses.

E é nesse meio que surge o turismo como atividade diretamente relacionada com aspectos ambientais e especificidades inerentes a cada local e como possibilidade de incremento da renda familiar, contribuindo com a proteção do meio ambiente e com a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural. Todavia, para ser um dinamizador do desenvolvimento local, “o turismo tem que considerar o potencial da comunidade envolvida e as diversidades geográficas, culturais e ambientais das áreas rurais” (CAMPANHOLA E SILVA, 2000).

Assim, segundo Barretto (2001, p. 71), “o turismo é uma atividade que tem uma relação dialética com a sociedade”. Isso porque, por um lado, trata-se de uma atividade que gera riqueza e, por outro, proporciona interação social.

³ Os roteiros são rurais, mas nem todos os empreendedores participantes são agricultores familiares. Trataremos no capítulo 5.

Propositalmente a economia foi a primeira disciplina a estudar o turismo. Haja vista sua importância, os economistas brasileiros, na década de 1980, defendiam que o turismo deveria ser um ramo desta ciência.

De acordo com Balderramas (2000, p. 7),

o turismo rural é conhecido como atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola pecuária à atividade turística, surge como alternativa para proprietários rurais na atual crise financeira fundiária, atrelada a falta de incentivos ao homem do campo.

Nesse sentido, Antunes (2006) afirma que o turismo representa uma possibilidade de geração de renda para municípios e regiões. Cria novos postos de trabalho, estabelece intercâmbio sociocultural, propiciando a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais das regiões turísticas.

Para Brambatti (2002, p. 8), “no sentido econômico, o turismo rural oferece uma alternativa de geração de trabalho e renda”. Beni (2002, p. 428) aponta para um panorama internacional e nacionalmente positivo, no qual

[...] experiências já consolidadas em vários países, e também no Brasil, consubstanciadas no desenvolvimento de uma oferta de serviços de lazer e hospedagem em propriedades rurais produtivas, mediante a introdução do turismo rural como alternativa de aumento da renda, de agregação de valor à terra e de meio de fixação de trabalhadores rurais no campo.

Nesse contexto, no qual novas perspectivas como a diversificação das atividades internas e externas na propriedade são fundamentais para a apropriação dos ganhos, o turismo aparece no rol das novas atividades, e

[...] hoje já vem sendo reconhecido como uma importante alternativa para a manutenção das famílias no campo. Esta atividade vem crescendo continuamente e se destacando na discussão sobre as novas estratégias de desenvolvimento e desenvolvimento rural (SOUZA e ELESBÃO, 2008, p. 4).

Almeida e Riedl (1998, p. 5) apontavam, em 1998, que “cerca de 11% da população economicamente ativa em nível mundial encontra-se ocupada em atividades ligadas ao turismo [...]”.

Para Souza e Elesbão (2008, p. 4), as comunidades que adotam o turismo rural como opção de complemento de renda podem ter nele um elemento importante no sentido de promover melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida. Ainda segundo os autores, “[...] o desenvolvimento rural passa pela melhoria na qualidade de vida das famílias rurais, que pode ocorrer através de um aumento em sua renda, o que conseqüentemente pode implicar em mais conforto [...]”.

Nesse sentido, o turismo rural é considerado atividade dinamizadora – econômica, social, cultural e ambientalmente – de determinado território. Por isso,

o turismo rural na agricultura familiar tem se caracterizado por ser uma atividade que permite a adoção de estratégias capazes de diversificar o sistema de produção implementado pelas famílias rurais, proporcionando complementaridade às demais atividades da unidade de produção (CALCANHOTTO, CASTRO e ROSA, 2010, p. 1).

De acordo com Molina (1997, p. 13), o sistema turístico apresenta alguns objetivos que devemos considerar, que são: *a) contribuir a la evolución de los individuos y grupos humanos; b) promover el crecimiento y desarrollo económico y social; c) proporcionar descanso y diversión.*

Isso porque,

o turismo rural possibilita a valorização da produção primária original, gera empregos, valoriza o trabalho do homem do campo, agrega valor à cultura e à identidade do homem rural, revitaliza o patrimônio arquitetônico e cultural, gera alternativas de desenvolvimento psico-social de mulheres, jovens e idosos, resgata as raízes rurais, insere mulheres e jovens no mercado de trabalho, socializa as mulheres rurais, etc (LUNARDI E SOUZA, 2010, p. 6).

Molina (1997, p. 29) também aponta algumas vantagens geradas a partir da implantação do turismo:

1. Genera divisas que contribuyen a cubrir el déficit en la balanza de pagos [...]. 2. Crea empleos por lo que permite incorporar a la vida económica a individuos desempleados, [...]. 3. Crea empleos con una inversión comparativamente inferior a la requerida en otros sectores de la economía [...]. 4. Contribuye al desarrollo regional [...]. 5. Aprovecha recursos renovables [...]. 6. Contribuye al rescate y la conservación de usos y costumbres locales, de manifestaciones folklóricas y artesanales, etcétera. 7. En conjunto con otra actividad económica, puede actuar como fuerza motriz para impulsar el desarrollo regional. 8. En los países en donde los desplazamientos por turismo interno son importantes, se promueve una mayor identificación entre los nacionales. 9. Favorece una rápida distribución geográfica del ingreso. 10. Tiene un efecto multiplicador significativo en el conjunto de la economía nacional. 11. Recupera y conserva valores y hechos de carácter histórico.

O turismo apresenta, ainda, alguns efeitos gerados com sua renda, os quais se multiplicam na economia:

1. Aumento de urbanização; 2. Incremento das indústrias associadas: indústria de meios de transporte, indústria alimentar, indústria de *souvenirs*, indústria de bens de capital para fornecedores de serviços turísticos; 3. Incremento da demanda de mão-de-obra para serviços turísticos; 4. Incremento da indústria da construção e da demanda da mão-de-obra receptiva; 5. Aumento da demanda dos produtos locais desde hortifrutigranjeiros até artesanato; 6. Incremento da entrada de divisas para equilíbrio da balança comercial; 7. Maior arrecadação de impostos e de taxas (BARRETTO, 2001, p. 72).

Também Schneider e Fialho (2000) apontam que o turismo beneficia a comunidade local, com a realização de obras de melhoria da infraestrutura, a criação de mercado para produtos agrícolas e a valorização das características naturais e culturais. Ressalta, ainda, que o turismo em algumas localidades pode dinamizar a

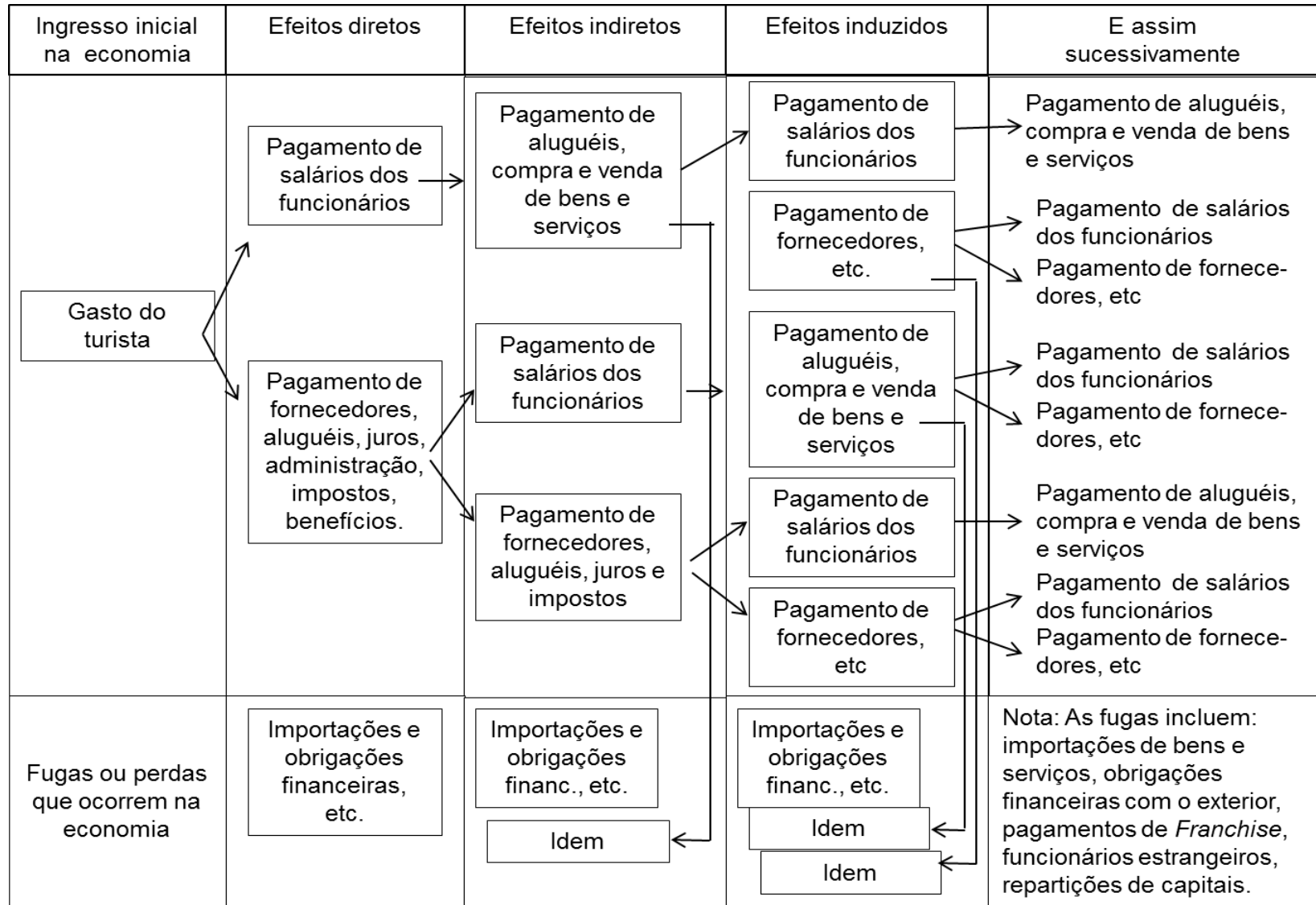
economia. Os autores destacam a importância do planejamento e do ordenamento para que a comunidade não sofra danos e impactos, tais como: a descaracterização da cultura, o excesso de fluxo de pessoas, o aumento da violência e o uso de drogas e o aumento do custo de vida da população que vive no local.

A criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos como saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso às telecomunicações, a recuperação de áreas degradadas, a conservação de parques e reservas é destacada por Silva, Vilarinho e Dale (1998).

O quadro 1 – Circulação do dinheiro na economia – mostra o efeito multiplicador do dinheiro proveniente do turismo (ACERENZA, 1991, p. 104). São efeitos econômicos diretos e indiretos, produzidos pela sucessão de despesas que se originam no gasto do turista. Os ganhos diretos desse efeito multiplicador são os empreendimentos que recebem o turista, por exemplo, pousadas, restaurantes, artesãos, agências de turismo receptivo, entre outros. Já os bancos, supermercados e clínicas, são exemplos da circulação indireta do dinheiro.

Fica evidente que o turismo é bom tanto para o turista, que encontra harmonia e equilíbrio interior, refazendo suas energias, quanto para a comunidade rural, que busca desenvolvimento econômico, social e humano.

Quadro 1 – Circulação do dinheiro na economia



Contudo, é preciso considerar que esse turista é exigente, porque alimenta

[...] grandes expectativas em relação àquilo que deveria receber, já que “partir de férias” é um acontecimento dotado de particular significado. As pessoas procuram o *extraordinário*, de modo que serão extremamente críticas em relação aos serviços proporcionados que pareçam solapar essa qualidade (URRY, 2001, p. 63).

No Brasil, recentes investimentos em projetos de turismo rural procuram beneficiar regiões ora abandonadas pelas políticas públicas e também por seus moradores, que migraram do campo para as cidades devido ao abandono e a degradação. Tais projetos visam o resgate e a preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e cultural, bem como a qualificação dos envolvidos (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL: 2012 – 2015).

O desenvolvimento das famílias rurais passa a depender não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da capacidade de atrair outras atividades econômicas. O conhecimento local é, dessa forma, um dos principais recursos utilizados na formatação do produto turístico rural. Para Caporal e Costabeber (2001, p. 46), “o conhecimento dos agricultores era tido como algo obsoleto e eles mesmos eram vistos como atrasados e responsáveis pelo atraso da sociedade”.
 Todavia, é preciso considerar que

[...] a evolução dos homens e mulheres que praticam a agricultura, os quais, ao longo de suas histórias e mediante processos de tentativa e erro, adaptaram-se e adaptaram as condições mais adequadas para produzir nos seus diferentes ambientes sociais e biofísicos. Portanto, é preciso reconhecer que entre os agricultores e suas famílias existe um saber, um conjunto de conhecimentos que, embora não sendo de natureza científica, é tão importante quanto os nossos saberes (CAPORAL e COSTABEBER, 2001, p. 46).

Abramovay (2009) lembra que o meio rural ainda não revelou à sociedade seus potenciais, percebidos quando vistos como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados. O autor aponta, ainda, para uma demanda crescente por novos produtos e serviços do meio rural, gerada pelo crescimento urbano.

Segundo Beni (2002, p. 70), um

[...] enfoque econômico ortodoxo do turismo considera que seus benefícios, para o conjunto da sociedade, são bens e serviços por ele produzidos, diretamente, porque a sociedade consome, ou indiretamente, porque elevam o poder de compra, o padrão econômico e o nível de vida.

Beni (2011, p. 165) apresenta dados do governo, mais especificamente da Conta Satélite do Turismo, que indicam que o turismo

[...] contribuiu diretamente com, pelo menos, 6,8% do PIB brasileiro em 2008. Considerando-se que o consumo turístico no interior do país foi 2,3 vezes superior ao produto turístico, pode-se admitir como sendo este o valor

do multiplicador do turismo brasileiro. É importante ressaltar que, apesar de estratégico para o equilíbrio das contas, o turismo registra suas maiores contribuições no mercado doméstico: o consumo interno revela-se quase dez vezes superior ao de viagens ao exterior.

Considerando os dados quantitativos, o autor acredita que,

em função do dinamismo apresentado pela atividade, em números de visitantes, o Brasil vem lentamente ascendendo na escala do mercado turístico. Em números de chegadas de turistas, a participação brasileira no total mundial evoluiu de 0,15%, em 1970, para 0,54%, em 1987, chegando a 0,7% em 2005. Com essa participação, o Brasil se inseriu no bloco dos países cujo receptivo situa-se entre 4 e 5 milhões de turistas, e se posicionou imediatamente após o grupo dos 20 mais importantes países receptores (BENI, 2011, p. 166).

O autor aponta que o turismo “[...] gera emprego e proporciona rendas e, em determinadas ocasiões, pode ser o setor propulsor da economia” (BENI, 2002, p.72). Todavia, o campo de análise do turismo vai além do enfoque econômico, chegando à satisfação das pessoas envolvidas com o produto turístico, tanto de quem o produz quanto de quem o consome (BENI, 2002, p.71).

O turismo rural, segundo Lunardi e Souza (2010), pode ser considerado como um processo que possibilita a reprodução social, econômica e cultural desses agricultores. Os benefícios imateriais do turismo são reforçados por Souza e Elesbão (2008, p. 4) quando afirmam que: “o turismo pode ser um elemento importante no sentido de provocar algumas melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida para as famílias e comunidades que o adotam”. Nesse contexto, a atividade turística se insere no meio rural como um marco para a conservação da natureza e a preservação dos valores culturais (SILVA, 2000).

Assim, participar de um roteiro de turismo rural pode ser considerado uma alternativa de diversificação de atividades, ou seja, de complemento da renda da pequena propriedade rural, quando bem organizado e com a participação efetiva dos agricultores.

3.1 O turismo rural no Brasil

No contexto brasileiro, o setor turístico cresce de forma surpreendente e vem aumentando sua participação no PIB e na geração de emprego. “Hoje, ele se destaca como o quinto principal produto na geração de divisas em moeda estrangeira para o Brasil [...]” (BENI, 2011).

Conforme estudo realizado pelo IBGE e o IPEA, o setor cresceu 76% de 2000 a 2005 e gerou 900 mil empregos no mesmo período. Em 2006, o turismo totalizou mais de 5,7 milhões de postos de trabalho ocupados e somou mais de R\$ 31,3 bilhões em salários e outras remunerações. As atividades turísticas tiveram participação de 7,1% (R\$ 149,6 bilhões) no total do valor da produção gerada pelo setor de serviços. O Brasil segue uma tendência mundial que tem apresentado crescimento significativo no setor.

Contudo, é somente a partir da década de 1990 que se iniciaram, no Brasil, discussões e pesquisas em torno de temas das atividades não agrícolas e sobre novas formas de ocupação da força de trabalho do meio rural (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Assim, o turismo rural é decorrente e está envolvido em uma série de acontecimentos políticos, econômicos e sociais, dentre eles a crise no setor agrícola, responsável por emigrações contínuas e conseqüente transformação da economia rural. Outro aspecto diz respeito ao crescimento desordenado das cidades e a agitação, que fazem com que seus moradores busquem o contato com a natureza (SILVA, 2000).

Segundo Teles (2006, p. 52), as atividades turísticas no Brasil levam mais tempo para se popularizar quando comparadas com outros países desenvolvidos. Isso porque, “até o início do século XX, apenas uma minoria privilegiada economicamente teve condições de reproduzir os costumes dos países europeus [...]”.

No Brasil, a atividade turística vem ganhando mais espaço dentre as alternativas viáveis para recuperar o meio rural e melhorar a condição de vida dessa população. Por isso é cada vez mais estudada pela academia e incentivada por meio de políticas públicas (ELESBÃO, 2000). Mais especificamente via Política Nacional de Turismo, de responsabilidade do Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo, através da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR.

Teles (2006) aponta, historicamente, para a criação da Combratur – Comissão Brasileira de Turismo, em 1958, como primeiro passo para a promoção do turismo no Brasil. De acordo com Etges (1998), o desenvolvimento do turismo no Brasil, particularmente no que diz respeito à atuação do Governo Federal, passou a ser sistematizado a partir de 1966, com a criação do Conselho Nacional de Turismo – CNTur, e da Embratur – Empresa Brasileira de Turismo, no mesmo ano,

centralizando o planejamento do turismo. Em 1994, a EMBRATUR lançou o Manual Operacional de Turismo, com o intuito de apresentar e sugerir modelos de funcionamento e gestão, muito devido ao crescente interesse da população urbana por atividades no meio rural. E mais debates, seminários e workshops aconteceram em 1998, devido ao crescimento desordenado (SILVA, VILARINHO e DALE, 1998).

Cabe destacar que o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo (2007, p. 18) enfatiza a necessidade de envolvimento das comunidades receptoras, pois são elas as protagonistas dessa história. O programa privilegia o desenvolvimento local, a inclusão social, a geração de renda e a preservação ambiental.

No contexto nacional, o turismo rural está inserido no Plano Nacional de Turismo 2003 – 2007, devido à sua contribuição para o desenvolvimento do meio rural. O plano aponta outras contribuições, tais como: a diversificação da oferta turística; o aumento dos postos de trabalho e da renda do empreendedor rural; a valorização da pluralidade e das diferenças regionais; a consolidação de produtos turísticos de qualidade e a interiorização da atividade turística.

O turismo rural passa, efetivamente, a fazer parte das estratégias em 2004, quando do lançamento das Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural, sob responsabilidade da Secretaria de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo. Isso porque surge como segmento promissor e com incontestável potencial. Também porque, segundo as diretrizes do plano de 2004, é relevante o número de propriedades rurais que estão incorporando atividades turísticas em suas rotinas. Assim, o turismo rural torna-se uma oportunidade de renda para o empreendedor rural e uma opção de lazer para o turista. Entre seus objetivos destacam-se: promover e estimular a eficiente comunicação no setor; promover e viabilizar incentivos para o desenvolvimento da atividade; promover e estimular a capacitação de recursos humanos; estimular o envolvimento das comunidades locais e promover, incentivar e estimular a criação e a adequação de infraestrutura para o setor.

Já o Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010 segmenta o turismo em duas linhas estratégicas: a oferta e a demanda do turismo e a estruturação dos roteiros de turismo a partir dos elementos de identidade de cada região. Tais elementos caracterizam os segmentos, a exemplo: turismo cultural, turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, entre outros. Em 2009, foi lançado o Mapa da Regionalização

do Turismo, que divide o país em 276 Regiões Turísticas, compostas por 3.635 municípios. Podemos observar mais claramente essa divisão na figura 2.

Nesse contexto, o turismo rural no Brasil pode ser considerado como uma atividade recente, haja vista que o primeiro roteiro completou, em 2012, 26 anos, apresenta características peculiares em termos de permanência e utilização de equipamentos, como por exemplo, a hospedagem em casas coloniais antigas de imigrantes ou em sedes de fazendas ou ainda em casas de engenho, entre outros (BENI, 2002).

Também Silva, Vilarinho e Dale (1998, p. 29) ressaltam que:

o turismo em áreas rurais tem sido pensado recentemente no Brasil como uma fonte adicional de geração de emprego e renda para famílias residentes no campo, à medida que vem decaindo a ocupação e as rendas provenientes das atividades agropecuárias tradicionais.

Turismo rural refere-se a atividades que são feitas no campo, seguindo os costumes e as tradições vividas em ambientes distantes das cidades e áreas industrializadas, como povoados, sítios, entre outros (OMT, 2001, p. 129).

Trigo (2011, p. 339) acrescenta que,

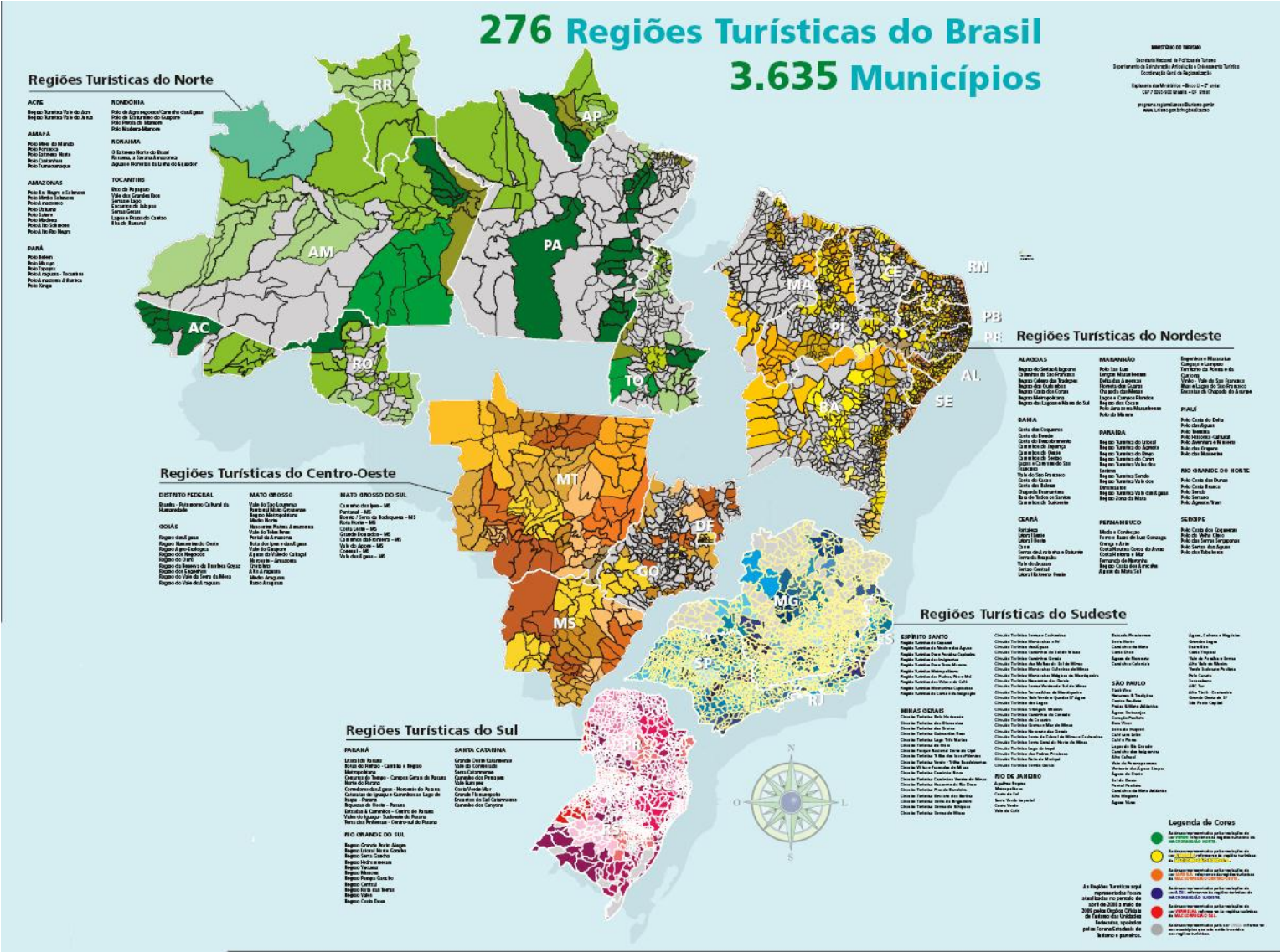
o turismo rural envolve um tipo de paisagem que não é urbana, nem tampouco natural ou selvagem, no sentido de intocada pelo ser humano e pela agricultura. O turismo rural pode envolver agricultura intensiva, familiar ou orgânica; *agro-business*; produção artesanal de alimentos e bebidas; coletivismo; comunidades rurais convencionais, étnicas ou alternativas; hospedagem e alimentação; pesquisas científicas; ou outros meios relacionados às atividades rurais.

O autor ainda ressalta que,

em todos esses casos, o meio ambiente natural e cultural é fundamental enquanto espaço físico ou simbólico e, no caso do meio natural, a paisagem significa uma compreensão especial no sentido de localizar-se na região limítrofe entre o espaço “selvagem” e o espaço urbano [...].

No entanto, devido à história do turismo rural no Brasil estar relacionada com as diversas fases do processo de ocupação do território, as paisagens se constituíram a partir dos chamados ciclos econômicos, originando um patrimônio histórico e cultural diversificado. Nesse contexto, o ciclo do gado, que ocorreu em praticamente todo o território nacional, originou grandes roteiros turísticos (TULIK, 2003).

Figura 2 – Regionalização do Turismo



Fonte: Ministério do Turismo, 2013.

O turismo rural refere-se ao conjunto de modalidades de empreendimentos e serviços turísticos oferecidos no espaço rural, como agroturismo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo gastronômico, hotéis fazenda, restaurantes, entre outros. Para Tulik (2003), o turismo rural é uma expressão empregada, geralmente, de modo extensivo a qualquer atividade turística no espaço rural. Identifica-se com Turismo no Espaço Rural e Turismo nas Áreas Rurais, termos utilizados como sinônimos.

As origens do turismo rural, segundo Beni (2002, p. 428), têm duas vertentes, nas quais, a primeira, “quando o turismo passa a ser então, a principal atividade produtiva, explicita o próprio conceito de turismo rural”, a segunda,

[...] reside nos casos de propriedades não produtivas que possuem amplas instalações receptivas, algumas de valor histórico-patrimonial e arquitetônico de época que, adaptada, permitem absorver parte de uma demanda diferenciada. Ainda nesta vertente, incluem-se modernos hotéis-fazenda e acampamentos de férias para jovens e idosos, principalmente edificadas nas áreas rurais de destacado valor cênico-paisagístico. (BENI, 2002, p. 429).

A partir de meados dos anos 1980, novas atividades foram introduzidas no campo e passaram a ser vistas como estáveis, transformando-se em estratégias de desenvolvimento. No mesmo sentido, Roque e Alencar (2002, p. 22) dizem que:

entre todas as possíveis atividades não agrícolas no mundo rural, podem-se evidenciar aquelas voltadas para o turismo e lazer, que surgiram paralelamente a um movimento mundial de utilização de novos espaços para o consumo turístico, com propostas voltadas para a valorização do turismo interno, competente e sustentável.

O turismo rural se fixa no Brasil, principalmente após a década de 1990, inicialmente nos estados do Sul e avançando rapidamente pelo Brasil. Conforme relata Rodrigues (2000), a primeira iniciativa oficial, com rótulo de turismo rural que se tem conhecimento, se deu em 1986, na fazenda Pedras Brancas, no município de Lages, em Santa Catarina. E, segundo Zimmerman (1996, p. 22), “[...] teve origem na necessidade de criar um produto turístico para o município como alternativa econômica, bem como proporcionar *uma nova fonte de renda* ao produtor rural”.

Essa atividade não agrícola pode ser compreendida como uma resposta à reestruturação da economia sob os efeitos da globalização. Sendo assim,

[...] o turismo vai além do seu estágio de apenas complementar a atividade agrícola tradicional. Atualmente ele se constitui um modelo perfeito do tradicional trinômio: viagem – turismo – lazer, envolvendo estruturas organizacionais [...] (RUSCHMANN, 1998, p. 50).

Almeida e Riedl (2000, p. 9) dão destaque ao “boom” do turismo no espaço rural brasileiro. Segundo os autores:

de fato, atualmente todos os Estados tornaram-se coadjuvantes no esforço de buscar alternativas viáveis para a reprodução e manutenção do homem no campo, dado o crescimento acelerado e seguidamente desordenado dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, o turismo rural [...] tem-se revelado como uma opção viável e de significativo retorno econômico em curto prazo.

Nesse ponto cabe destacar duas questões que merecem atenção quando falamos de turismo rural. A primeira, diz respeito aos conceitos que, segundo Rodrigues (2000), tem sua classificação equivocadamente ancorada nos parâmetros europeus, o que resulta em equívocos, pois são realidades diferentes e complexas. A segunda, refere-se à extensão do Brasil e às distintas etapas do processo de formação do território e seus muitos ciclos (gado, cana-de-açúcar, ouro, café).

Para Beni (2002, p. 428), turismo rural é a “denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para fruição dos cenários e instalações rurícolas”. Ainda para o autor:

o turismo rural tem características próprias bem definidas. Em termos de permanência e de utilização de equipamentos, tanto pode apresentar instalações de hospedagem em casas antigas colônias de trabalhadores e imigrantes dos distintos períodos agrários do Brasil, bem como em sedes de fazendas e casas de engenho dos ciclos do café e da cana-de-açúcar, que tipificam o patrimônio histórico-arquitetônico e étnico-cultural de muitos estados brasileiros, quanto também em propriedades modernas, complexos turísticos e hotéis-fazenda, particularmente voltados aos turistas que buscam lazer e recreação em atividades agropastoris.

Portanto, “o turismo proporciona às áreas rurais uma segunda chance, uma vez que a primeira muitas vezes se perdeu com a exaustão da sua potencialidade produtiva [...]” (RUSCHMANN, 1998, p. 56).

Campanhola e Silva (2000) trazem à tona alguns obstáculos que o turismo brasileiro enfrenta por ser recente. Dentre eles, a falta ou a precariedade de infraestrutura, a carência de pessoal treinado, a falta de quadro institucional e o desinteresse das agências e dos operadores de turismo.

Ainda segundo os autores, os pequenos produtores rurais enfrentam mais dificuldades que os demais, sendo os principais entraves:

a) a deficiência de capacitação para desenvolver atividades não agrícolas; b) a tradição agrícola dificulta a visão e a predisposição para agregar um negócio não agrícola dentro da propriedade; c) a baixa capacidade econômica para assumir riscos; d) a dificuldade de acesso a programas de governo por, muitas vezes, não possuírem garantias suficientes para a tomada de crédito junto ao setor financeiro; e) a baixa tradição de

associativismo e cooperativismo que, para os pequenos, se torna quase uma pré-condição ao sucesso do empreendimento agroturístico, principalmente nas estratégias de marketing e comercialização; f) a dificuldade de acesso à informação mercadológica dos produtos turísticos; g) o baixo intercâmbio com agências e operadoras de turismo (CAMPANHOLA e SILVA, 200, p. 164).

Da mesma forma como ocorre no Brasil, o turismo rural surge no Rio Grande do Sul como atividade econômica, possibilitando às famílias rurais uma alternativa de renda, todavia com características peculiares de sua colonização, como veremos na sequência.

3.2 O turismo rural no Rio Grande do Sul

Alguns autores têm inferido que o turismo rural está entre os arranjos locais que mais geram emprego. Também é considerado uma das atividades que mais cria dinamismo no meio rural, além de contribuir com a conservação da diversidade e de suas consequências paisagísticas e culturais, sendo, ainda, um dos vetores da nova ruralidade (VEIGA, 2006b).

No Rio Grande do Sul, o turismo surge após um período de transformação do meio rural, que se divide em três fases: a primeira iniciou-se na década de 1970, com a modernização produtiva decorrente da transformação de regiões agrárias empreendidas pelos governos militares. A segunda iniciou-se, em 1981, com modificações nas normas financeiras, com sucessivos ajustes macroeconômicos, do qual resultou a deterioração dos aparatos institucionais vinculados ao meio rural, chegando a uma crescente incapacidade financeira do Estado em manter os incentivos do período anterior. À terceira fase foram incorporados contornos econômicos e políticos, dentre eles uma forte retração da intervenção estatal e uma liberação comercial decorrente de profundas transformações sociais e produtivas. Os efeitos sociais desses períodos variam de região para região, mas o certo é que o número de famílias no meio rural reduziu no período compreendido entre os anos de 1981 e 1997 (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Ainda segundo os autores

o processo de modernização implicou, no Rio Grande do Sul, uma visível redução dos postos de trabalho, com eliminação das formas transitórias de trabalho antes vigentes como o pequeno arrendamento, a parceria e o trabalho de agregados nas propriedades maiores [...] (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p. 20).

Todavia, permaneceram famílias no meio rural, porém algumas optaram por se ocupar com atividades não agrícolas. Dentre as ocupações que se destacam entre 1981 e 1992, está a indústria de transformação, composta por pequenas unidades semiestruturadas, processadoras de agropecuários, como aves, suínos e leite. Cabe destacar que as propriedades rurais que exercem mais de uma atividade dentro da propriedade são consideradas propriedades diversificadas (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Contudo, outra parte da mão de obra rural foi absorvida por indústrias que se instalaram nas proximidades das áreas rurais, em pequenos núcleos comunitários chamados distritos, que mais tarde se emanciparam e tornaram-se municípios. As propriedades, nas quais um ou mais membros exercem uma atividade assalariada fora do meio rural, são consideradas propriedades pluriativas (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Outro ramo que se destacou no mesmo período – 1981 a 1997 – foi o de serviços, o que, segundo os autores, indica a maior diversidade de atividades nos ambientes rurais. Esse crescimento impacta diretamente na renda das famílias rurais. Constatou-se que, nas últimas décadas, as atividades não agrícolas foram as responsáveis pela manutenção do emprego e da ocupação do espaço rural. E, dentre as atividades não agrícolas ligadas ao ramo de serviços, está o turismo. Assim, pode-se dizer que “[...] as atividades não agrícolas passam a oferecer novas alternativas aos indivíduos que habitam o espaço rural” (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p. 26).

O turismo no meio rural está relacionado a atividades de lazer realizadas nesse ambiente. Essas atividades unem a exploração econômica, a valorização do ambiente rural e a cultura do local, sendo os dois últimos, na maioria das vezes, seus principais atrativos (SCHNEIDER e FIALHO, 2000; CAMPANHOLA e SILVA, 2000; SILVA, VILARINHO e DALE, 1998).

Schneider e Fialho (2000) apontam que a transformação do meio rural no Rio Grande do Sul está correlacionada com fatores como: a ampliação e melhoria das estradas, que ligam os centros urbanos ao meio rural; o estresse, que aumenta a busca da população urbana por ambientes saudáveis; e a busca por um estilo de vida exótico, que proporciona o isolamento e a aproximação com a natureza.

Outro fator relevante para o turismo refere-se às diferentes etapas de colonização no Rio Grande do Sul, as quais constituem uma diversidade de

possibilidades. E é nessas pequenas propriedades, colonizadas por imigrantes europeus, que o turismo rural gaúcho fixa suas bases. Kageyama (2008, p. 87), aponta que:

no Rio Grande do Sul, diversamente, formava-se uma estrutura de pequenas propriedades com a imigração de colonos europeus, associada à instalação das *estâncias*, grandes fazendas de gado localizadas, sobretudo na fronteira, e que passariam a ser responsáveis pelo fornecimento de carne, antes proveniente do interior nordestino.

Devido à formação histórica, a diversidade de paisagens e culturas,

[...] o Estado apresenta muitos atrativos aos visitantes do centro do país e do exterior. Sua localização estratégica em relação aos países do MERCOSUL o coloca como receptor de um grande número de turistas, especialmente da América do Sul. Além disso, o Estado possui uma boa estrutura no que se refere a equipamentos e prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

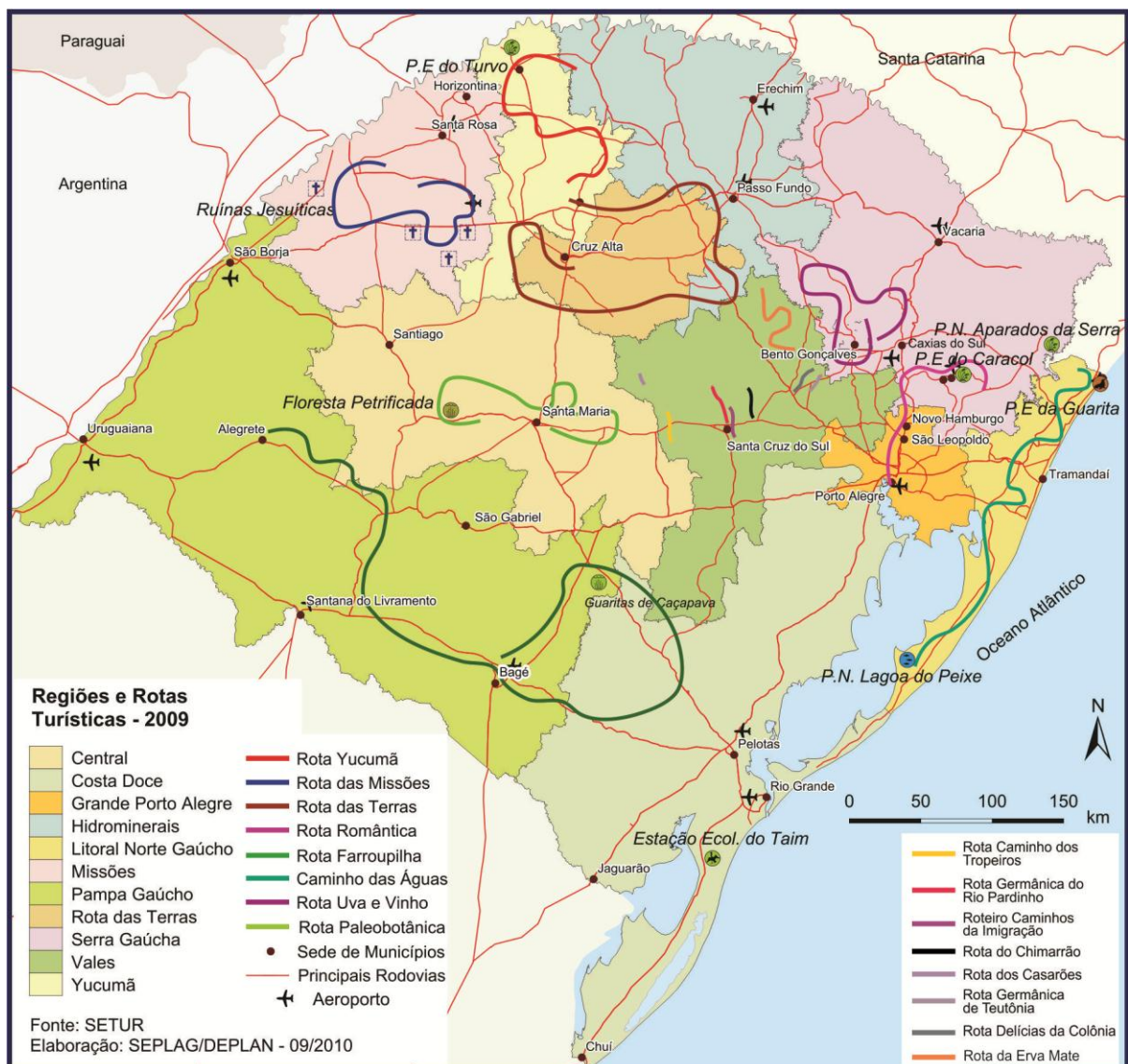
O potencial turístico do Rio Grande do Sul pode ser visualizado a partir da figura 3 – Regiões, Rotas e Roteiros Turísticas. No mapa estão realçadas as 11 regiões turísticas do estado e as oito rotas existentes em 2009 segundo a SETUR, além dos oito roteiros da região pesquisada. A disposição geográfica dos roteiros pelo estado indica uma pluralidade cultural e de paisagens. Isso porque essas regiões têm características bastante distintas, que vão do clima serrano ao pampa e do litoral às águas hidrotermais, passando pela arquitetura, gastronomia, costumes e tradições que variam de acordo com o grupo étnico que as colonizaram.

Os dados comparativos apresentados no Plano de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Sul indicam que cresceu o número de turistas que vieram ao estado. Em 2009, vieram para cá 613 mil; já em 2010, foram 654 mil – crescimento de 7%. Outro dado importante é que aproximadamente 40% dos turistas que ingressam no Brasil vêm para o estado. Também os desembarques nacionais têm crescido constantemente entre os anos de 2000 e 2010, com uma variação média de 9% (FGV PROJETOS, 2012, p. 26).

Cabe destacar que nos mesmos moldes da esfera federal, desde 2000, o governo do estado tem planejado a regionalização do turismo. Inicialmente, por ocasião do Plano Viajando pelo Rio Grande, foram criadas instâncias de governança microrregionais específicas para o setor. As regiões políticas foram agrupadas em nove zonas turísticas. Em 2007, essa denominação foi alterada para “regiões turísticas” e a Região das Missões foi desmembrada em duas, dividindo o estado em dez regiões turísticas. Todavia, as mudanças não pararam e, em 2009, foi criada a

11ª região, a partir do desmembramento da Região Central. Essas 11 regiões se subdividem em 23 microrregiões e, estas, por sua vez, movimentam 426 dos 496 municípios do Rio Grande do Sul. Ou seja, aproximadamente 86% dos municípios do estado são considerados turísticos e fazem parte de uma microrregião, exercendo alguma atividade turística que movimenta a economia local (FGV PROJETOS, 2012).

Figura 3 - Regiões, Rotas e Roteiros Turísticos



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2012, adaptado por OLIVEIRA e ZANCHI, 2012.

Em 2011, por ocasião das conferências regionais, que envolveram representantes do setor público, privado, universidades e a sociedade civil, realizadas em cada região turística, concluiu-se que cada microrregião possuía

níveis de governança e de desenvolvimento turísticos distintos. Tal constatação levou à revisão da Regionalização Turística do Estado, que buscou formas de empoderamento destas importantes instâncias de governança, adequação das atuais microrregiões e inclusão de novos municípios, além de estabelecer que as regiões poderão determinar entre si outras formas de organização para fins de promoção e comercialização do produto (FGV PROJETOS, 2012).

Na figura 4, podem ser observadas as 11 regiões turísticas do Rio Grande do Sul, que se subdividem em 23 microrregiões, entre elas o Vale do Rio Pardo e o Vale do Taquari. Cabe ainda ressaltar que, pela dinamicidade da atividade, após a elaboração da figura abaixo, alguns dos 70 municípios que, na época, não estavam inseridos em uma região turística, atualmente foram incorporados a uma delas, porque iniciaram alguma atividade turística (FGV PROJETOS, 2012).

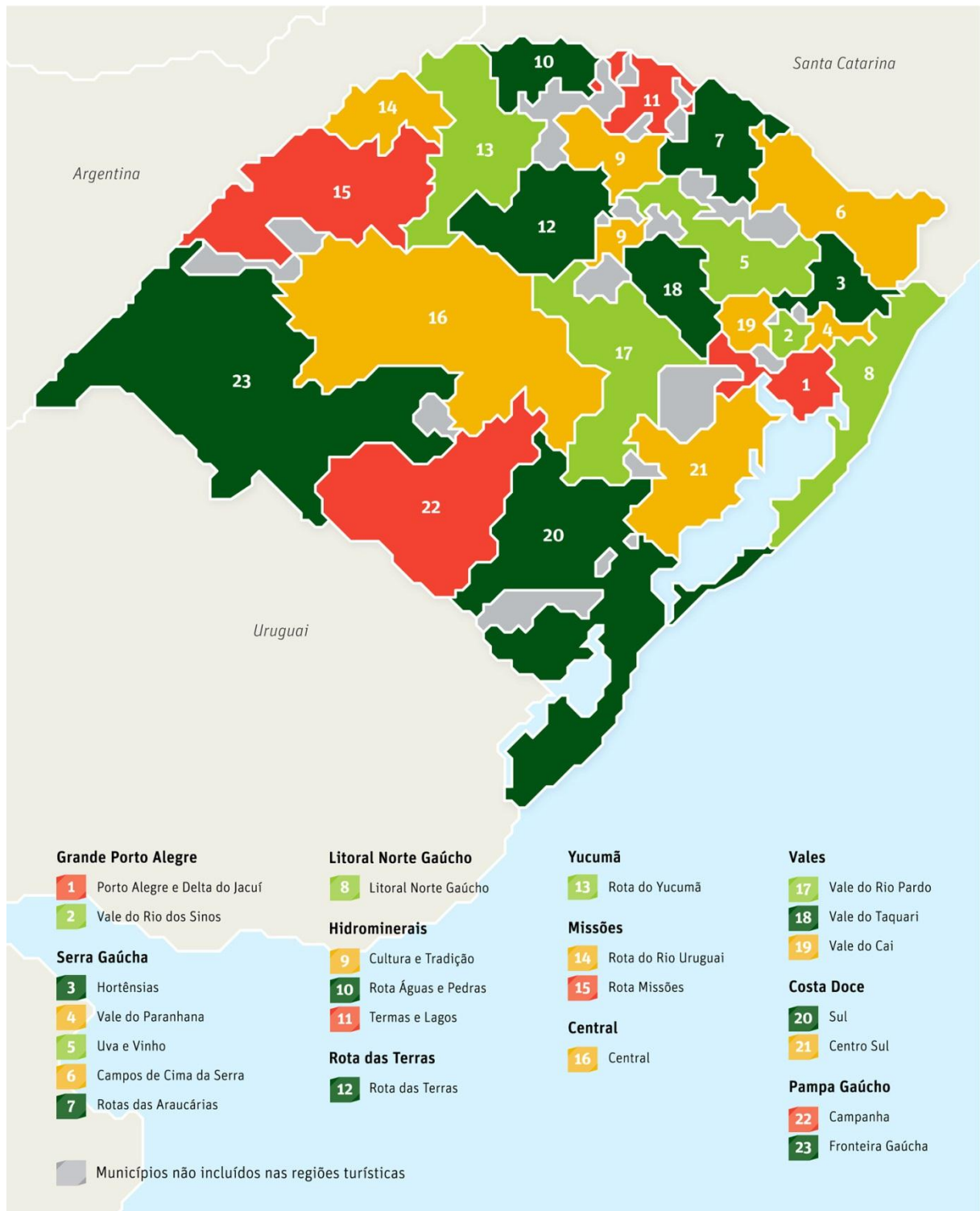
Cabe salientar que o crescimento médio de 9%, entre 2000 e 2010, do número de desembarques domésticos no estado pode ser considerado como um indicativo do potencial turístico. Esses turistas vêm principalmente de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que três destinos – Porto Alegre, Bento Gonçalves e Gramado – fazem parte dos 65 destinos brasileiros priorizados pelo Ministério do Turismo (FGV PROJETOS, 2012).

Segundo os relatórios estatísticos dos Centros de Informações Turísticas (CENINTURS), mais de 300 mil turistas visitaram as regiões das Hortênsias e da Serra entre janeiro de 2008 e julho de 2009, tendo Porto Alegre como a terceira cidade mais visitada do Brasil (FEE, 2012).

Segundo dados da FEE, aproximadamente 94% dos turistas estrangeiros que chegaram ao Rio Grande do Sul entre 2003 e 2008, eram provenientes da América do Sul. São, em sua maioria, argentinos e uruguaios, vindos principalmente entre os meses de dezembro e abril, com destino ao litoral (FEE, 2012). Segundo dados do Anuário Estatístico do Turismo, o fluxo de turistas internacionais cresceu 7% de 2009 para 2010 (FGV PROJETOS, 2012).

Outro dado importante é que 40% dos 653.662 turistas que ingressaram no Brasil entraram pelo Rio Grande do Sul. O estado é, ainda, o segundo portão de entrada brasileiro por via terrestre, o que mostra a importância do modal rodoviário para a expansão da atividade turística (FGV PROJETOS, 2012).

Figura 4 – Regiões e microrregiões turísticas do Rio Grande do Sul



Fonte: FGV Projetos, 2012.

Outro dado que confirma a forte presença e o potencial turístico do Rio Grande do Sul é a existência de 118 roteiros de turismo. Dentre estes, 36 são especificamente de Turismo Rural, cadastrados na SETUR. Dos roteiros de turismo

rural, cinco estão situadas nos Vales do Rio Pardo e Taquari, a saber: Delícias da Colônia; Rota Caminho dos Tropeiros; Rota do Chimarrão; Rota dos Casarões e Rota Germânica do Rio Pardinho (SETUR, 2012).

Contudo, outros três roteiros de turismo rural não estão definidos como tal na SETUR. São, assim, considerados pela AMTURVALES como roteiros de turismo rural: Caminhos da Imigração; Rota da Erva Mate e Rota Germânica Teutônia-Westphália. Dessa forma e após checagem da informação junto às associações de turismo dos dois vales – ATURVARP e AMTURVALES –, optamos por incluí-los nesta pesquisa por sua importância estratégica para o desenvolvimento da região pesquisada. Cabe destacar que todos os roteiros de turismo rural presentes nos Vales do Rio Pardo e Taquari foram criados a partir de 1998.

Nessas regiões, o patrimônio histórico-cultural é muito rico e os roteiros de turismo são explorados com base em diversos eixos temáticos (rural, cultural, gastronômico, histórico e religioso), dificultando, assim, sua classificação. Na maioria dos roteiros os eixos se cruzam, dando a cada um características peculiares.

O turismo rural dos vales do Rio Pardo e Taquari também é decorrente da imigração europeia, que, ao colonizar esta região, formou pequenas propriedades rurais familiares. As comunidades preservaram os costumes, a história, a cultura, a religião e a gastronomia de seus antepassados, o que dá à região características únicas. Os imigrantes que colonizaram os vales eram, ainda, empreendedores, e esta característica faz com que seus descendentes, hoje, invistam na atividade turística.

4 A FORMAÇÃO DA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E TAQUARI

Partimos do pressuposto de que cada região compreende uma determinada porção do espaço com características naturais específicas, moldada a partir de seu processo de formação histórico-cultural, do qual deriva sua identidade social, econômica e política. Assim, a compreensão das condições naturais se torna importante uma vez que é sobre ela que o homem se estabelece e impõe modificações.

Conforme destaca Etges (2001, p. 352):

originalmente, antes do processo de ocupação efetiva do território rio-grandense, era possível identificar duas regiões muito específicas: a região dos campos naturais, que correspondia à Campanha e parte da Depressão Central, e a região das matas que abrangia a outra parte da Depressão Central, a Encosta do Planalto e o Planalto propriamente dito.

À época, as condições físicas ou naturais determinavam o uso do território, de forma que “a ocupação iniciou pelo sul, pela região dos campos naturais, com a exploração da pecuária, uma vez que as condições naturais favoreciam essa atividade” (ETGES, 2001, p. 353). Desse modo, podemos afirmar que as características geográficas tiveram papel importante no processo de ocupação do estado.

Assim, no Rio Grande do Sul, o processo de ocupação se deu, inicialmente, a partir de 1626, com a fundação das reduções jesuíticas, primeiros núcleos estáveis. Após esse período, os jesuítas retornaram e organizaram uma estrutura comunitária chamada Sete Povos das Missões, que se tornaram importantes centros econômicos. Já no século XVIII, para garantir a posse e a defesa das terras, a Coroa Portuguesa instalou fortes, construiu presídios e recortou o estado em sesmarias, as quais foram entregues a pessoas de prestígio e militares. Até a metade do século XIX, o Rio Grande do Sul perpassou por um ciclo próspero, decorrente de uma pecuária voltada à produção de charque (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Nesse contexto, a porção centro/setentrional, que engloba os Vales do Rio Pardo e Taquari, ficou em segundo plano, por ser recoberta por uma floresta imprópria para a atividade pecuária (ETGES, 2001).

Após a chegada de D. João VI ao Brasil, foi iniciada, em 1808, a imigração de trabalhadores europeus. Foi um empreendimento de grandes proporções, que, dois

séculos depois de seu início, mudou profundamente a paisagem, a economia e a política do Rio Grande do Sul. Tal movimento contou com investimentos do setor privado e do setor público. Isso porque, inicialmente todo o estado era habitado por povos indígenas⁴.

Os imigrantes alemães e italianos chegaram a partir da segunda metade do século XIX, por meio da política de colonização e seus descendentes ainda são predominantes na região. Essa ocupação obrigou indígenas e caboclos a se deslocarem para outras regiões (BEROLDT, SOUZA, AGUIAR e FILIPPI, 2009).

Nesse contexto, inicialmente será abordado o processo de colonização do Estado do Rio Grande do Sul por imigrantes europeus, que muito influenciaram na formação dos vales e da pequena propriedade rural e, por fim o processo de diversificação dessa propriedade rural.

4.1 A imigração europeia e a formação da pequena propriedade rural

O processo de colonização do Rio Grande do Sul teve início com a chegada dos Açorianos, em 1752, que se fixaram nos municípios de Mostardas, São José do Norte, Taquari, Santo Amaro (próximo a Rio Pardo), Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul e Conceição do Arroio (Osório). Esses imigrantes receberam terras para desenvolver atividades agrícolas, em especial o trigo, que abastecia a Colônia. Essa forma de ocupação originou as "pequenas propriedades rurais", e também criou a base para o surgimento de inúmeros núcleos urbanos nesses locais (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

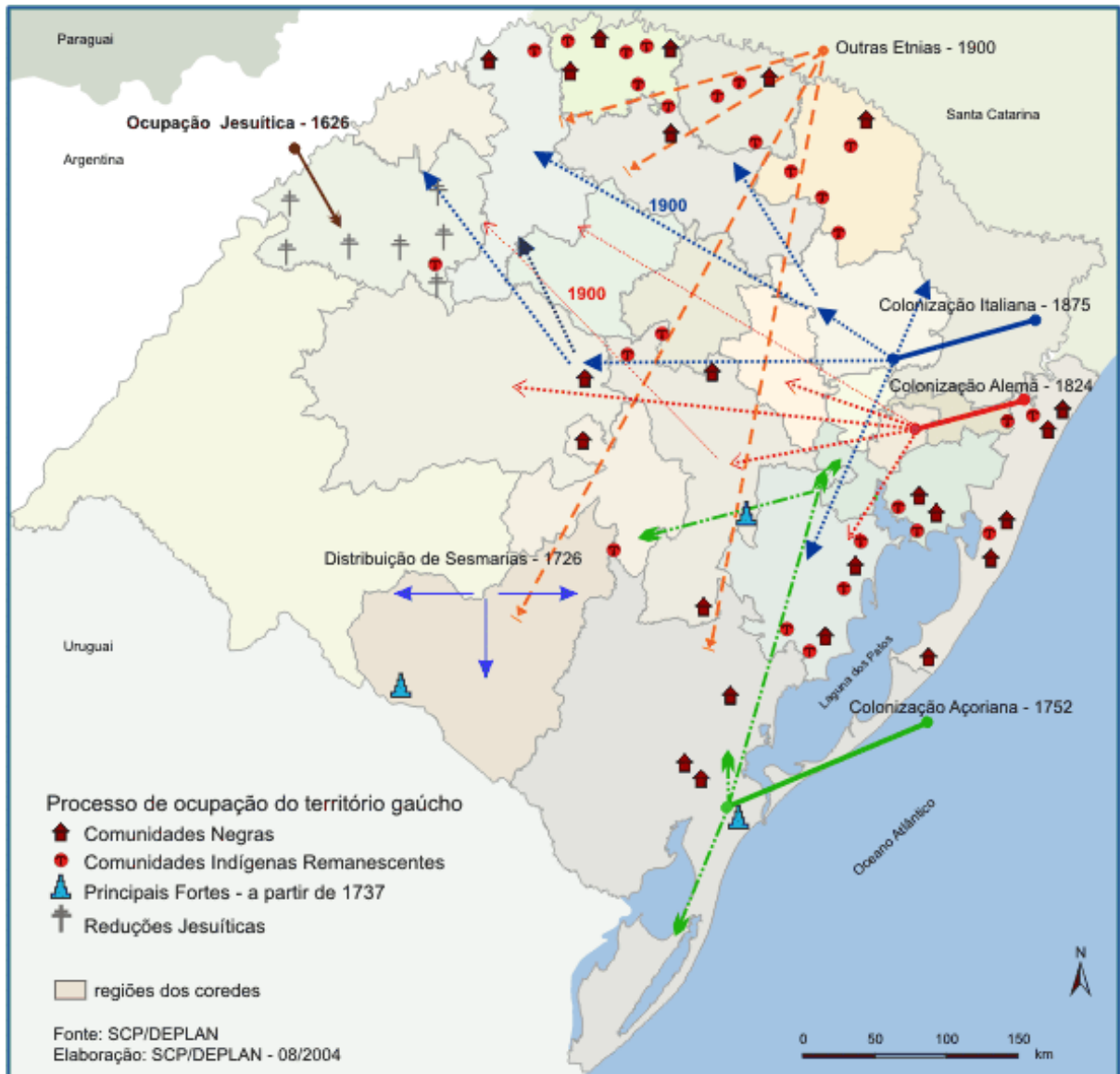
Após a independência, em 1822, devido ao eminente risco de ataques na região de fronteira, tornou-se ainda mais necessária a efetiva colonização do estado. Assim, o governo brasileiro decidiu iniciar o processo de ocupação dessas terras, com colonos cujas características "deveriam ser tanto de soldado quanto de agricultor, para ao mesmo tempo defender sua terra e cultivá-la" (WAIBEL, 1979, p. 231).

Portanto, no século XIX, o governo imperial promoveu a ocupação efetiva, incentivando a vinda em massa de imigrantes europeus. Nesse momento, as terras foram divididas em pequenas propriedades rurais, a fim de serem ocupadas e

⁴ Que na época dos primeiros contatos, eram chamados de Tapes, isso na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari.

cultivadas por estas famílias (ETGES, 2001). Chegaram, inicialmente, alemães (1824) e, posteriormente, italianos (1875). Tendo como pressuposto a divisão do estado em dois (norte e sul), o norte foi povoado basicamente por meio da expansão das áreas coloniais alemãs e italianas, e pela chegada de novos grupos étnicos. O sul permaneceu sob o controle dos grandes latifundiários.

Figura 5 – Ocupação do Território Gaúcho



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2011.

Na figura 5 – Ocupação do Território Gaúcho – Podemos identificar o processo de ocupação do Rio Grande do Sul, desde 1626, na Região das Missões; a distribuição das Sesmarias, em 1726, que abrangia as Regiões da Campanha e Sul, ao sul do estado; e a parte sul das Regiões do Vale do Rio Pardo e da Centro-Sul. É

possível perceber a chegada dos Açorianos em Rio Grande e seu deslocamento para as Regiões Sul, do Vale do Rio Pardo e Metropolitana, em 1752. A ilustração mostra a dinâmica da colonização Alemã a partir de 1824, que, após ter chegado pelo Litoral Norte, se estendeu a partir do Vale dos Sinos para outras cinco regiões, sendo elas: Nordeste Colonial, Central, Taquari, Rio Pardo e Centro Sul. A figura indica ainda o processo de colonização Italiana, deflagrado em 1875, na Região das Hortênsias e que se espalhou, posteriormente, pelo estado a partir da Serra.

Também destacado na figura 5 pode ser observada a chegada de outras etnias em 1900, que, a partir do sudeste do país, se instalaram nas Regiões Sul, Campanha, Rio da Várzea e Celeiro, bem como os fluxos migratórios entre outras regiões. Ainda estão pontuadas no mapa as comunidades negras, as indígenas remanescentes, os principais fortes, construídos a partir de 1737 e as reduções jesuíticas.

Cabe destacar que a figura 5 evidencia os principais movimentos migratórios, entretanto, o mosaico étnico-cultural que forma o estado se deve a inúmeros movimentos menores, os quais não seria possível destacar em um mapa de igual escala.

Os colonos, de acordo com Lando e Barros (1992), são filhos de pequenos camponeses que de proprietários viraram empregados e não encontraram melhor alternativa que emigrar em busca de melhores condições. Outro fator relevante é a fome, que forçou milhares de alemães a deixarem suas terras, devido às más colheitas e à superpopulação no continente europeu.

Segundo Salamoni (2001), as lutas pela unificação nacional da Alemanha, a guerra franco-prussiana e o crescimento do capitalismo industrial infringiram à Europa profundas transformações políticas e sociais. Nesse contexto, a população que se tornou supérflua lá, formada em sua maioria por pequenos camponeses, passou a encaminhar-se para a América do Sul, em especial para o Brasil. Esses camponeses encontraram no Governo Imperial o interesse em recrutar colonos, a fim de ocupar o território e promover o desenvolvimento. Conforme Lando e Barros (1992), esses imigrantes eram atraídos para o Rio Grande do Sul por políticas que pretendiam fixá-los na terra. Ao chegarem, formavam colônias e produziam, inicialmente, para o consumo interno – agricultura e suinocultura.

Giron (1992) aponta que a Itália fragmenta-se com o Congresso de Viena em 1815, após a queda de Napoleão. A Lombardia e Veneza ficam sob o domínio

Austríaco. Toscana, Parma e Módena são regidas pela família dos Habsburgos. Apenas os Estados Pontifícios, Nápoles e o Piemonte permanecem livres. E só volta a ser unificada em 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial. Contudo, após a unificação, a Itália continuava atrasada e as massas populares estavam condenadas à miséria e à fome. E foi essa miséria o principal fator de emigração italiana. Outros fatores também contribuíram para a emigração, a saber: o excesso populacional, o esgotamento da terra, as crises agrícolas, a política fiscal, o desflorestamento e a política comercial.

Correa (2002) destaca um fato que chama muito a atenção e diz respeito a uma das características dessa política de colonização, que era o incentivo à vinda de famílias. Isso porque os primeiros imigrantes, que em sua maioria era de homens, reclamavam da falta de moças.

Nesse contexto, a imigração teve três fatores principais: o primeiro, a necessidade dos fazendeiros de solucionar o problema da crescente diminuição de braços escravos, decorrente da abolição da escravatura. O segundo diz respeito ao período de profundas transformações pelo qual a Europa do século XIX e XX passava, uma época de desenvolvimento científico e tecnológico (SANOCKI, 2002, p.50). Um contexto, no qual,

a utilização das novas fontes de energia, o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte permitem um crescimento da indústria jamais visto antes. Esse novo impulso tomado pela industrialização irá se refletir na vida no campo, onde se inicia o uso de insumos e de maquinaria nas lavouras, com o desenvolvimento da produção em grandes territórios, e se acelera um processo de concentração de terras, expulsando os pequenos produtores e causando desemprego em massa nos campos em muitos países (SANOCKI, 2002, p. 50).

E o terceiro está relacionado à preocupação do Império com a defesa da região sul, que sempre foi fortemente militarizada. Isso por ser uma região fronteira (SANOCKI, 2002).

Por isso, a preferência por alemães e italianos, que não se justifica apenas pelo estado de guerra no qual se encontravam estes países, mas pelas habilidades agrícolas destes povos. Muito embora o casamento do Imperador Pedro I com a Princesa Dona Leopoldina, de origem germânica, tenha estreitado os laços e aumentado o interesse deste pelo Brasil (LANDO E BARROS, 1992).

Ao chegarem, contatavam com a administração, que distribuía as terras em forma de lotes retangulares, traçados a partir das margens de um curso d'água navegável, na direção norte-sul ou leste-oeste, até atingir um escarpado ou um

profundo precipício. Abria-se na floresta um corredor de alguns metros de largura, que servia de eixo de penetração. Os lotes eram dispostos em forma de fita e tinham entre 110 e 220 metros de frente e entre 2200 e 3200 metros de fundos. O tamanho dos lotes concedidos pela administração diminuiu progressivamente, passando para 77 hectares em 1824, para 48,4 hectares em 1851 e, a partir de 1889, não passavam de 25 hectares (ROCHE, 1969).

Contudo, os colonos imigrantes do vale do Rio Pardo ainda enfrentaram problemas com a demarcação e distribuição dos lotes, além da presença de pessoas que se apropriava da terra indevidamente. Outro problema dava conta da desigualdade social destes, o que proporcionou a venda ilegal de terras. Isso de acordo com o levantamento feito por Correa (2002) em cartas da época, enviadas ao Governo, nas quais ainda interpelavam ainda por reforço policial, devido a esses problemas e também à ocupação de terras do Governo por grupos de posseiros. Posteriormente, segundo o autor, também foram alojados alguns imigrantes holandeses e belgas, os quais, em decorrência da localização dos lotes, não permaneceram na região.

De acordo com Lando e Barros (1992, p. 30), até 1854 as terras eram doadas e, após a promulgação da lei Provincial 304, passou-se a vender as terras aos colonos, proporcionando um aumento considerável no fluxo de imigrantes. “Desta forma, criavam-se as bases da pequena propriedade rural no Rio Grande do Sul”, onde predomina a agricultura familiar.

Assim, a região do Vale do Rio Pardo⁵ tem sua origem e sua formação econômica e social, decorrente da colônia de Rio Pardo, um dos mais antigos espaços de ocupação e domínio português da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul⁶. Esta ocupação iniciou a partir da instalação, em 1754, de uma fortaleza batizada de Jesus-Maria-José, quando um grande número de pessoas passou a chegar à região. Inicialmente, em 1755, foram assentadas famílias açorianas e, com estas, africanos-escravos que realizam o trabalho manual árduo. Na mesma época, por volta de 1757, nas proximidades de Rio Pardo, foram alojadas cerca de 700 famílias guaranis, formando o núcleo de São Nicolau. Nesse contexto,

⁵ A definição regional dessa área parte de um pressuposto meramente administrativo (COLLISCHONN, 2001, p. 20).

⁶ Após a independência do Brasil, passou a se chamar de Província do Rio Grande do Sul e, a partir da Proclamação de República, passa a se chamar Estado do Rio Grande do Sul.

essas famílias açorianas, africanas e indígenas acabaram por se miscigenar (VOGT, 2001).

Cabe destacar que os comerciantes foram importantes para a região e contribuíram para o desenvolvimento inicial de Rio Pardo, que tinha como foco principal comercializar trigo, couro e charque (VOGT, 2001). Eram, em sua maioria, sócios menores ou representantes de empreendedores mais capitalizados do Rio de Janeiro, uma vez que era de lá que provinham carregamentos de secos e molhados revendidos em Rio Pardo. Isso porque, até 1780, a localidade

[...] manteve uma vida essencialmente militar, a partir de então passou a experimentar um surto de desenvolvimento econômico. Esse foi proporcionado pela expansão da agricultura e da pecuária e, sobretudo, pelo desenvolvimento da atividade mercantil, haja vista Rio Pardo ter-se tornado um importante entreposto comercial (VOGT, 2001, p. 102).

Por isso, “já em 1769 o povoado era elevado à condição de freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sendo a quarta freguesia do Rio Grande” (VOGT, 2001, p. 82). E, em 1809, segundo o autor, foi promovida à categoria de sede municipal, tornando-se uma das quatro municipalidades da época. Rio Pardo foi um município que concentrou, primeiramente, a força militar e, posteriormente, a econômica da região.

Logo, pela grande atividade comercial e como entreposto de mercadorias com Porto Alegre, via rio Jacuí, o município de Rio Pardo foi importante para a formação socioeconômica do Rio Grande do Sul. Também foi importante na formação regional, uma vez que dele se originaram outros municípios. Na figura 6 – Divisão Municipal 1809 – é possível identificar os quatro primeiros municípios (Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha), bem como suas subdivisões ocorridas até 2004 (FEE, 2012).

Já a região do Vale do Taquari havia sido habitada por nações indígenas: Guaianeses, Tupis-Guarani e Charruas, muito antes da chegada dos primeiros colonizadores, em 1747. O processo de colonização foi efetivado por pequenos núcleos familiares vindos da Ilha dos Açores, que iniciaram o cultivo de alimentos para a própria subsistência. Posteriormente, o excedente passou a ser comercializado entre as vilas próximas e mais tarde exportado para outros estados. Como esses colonizadores chegavam de barco, a ocupação se deu, normalmente, às margens do Rio Taquari-Antas (FERRI, 2000).

Figura 6 – Divisão Municipal – 1809



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2011.

Conforme Cazarotto (2011), a denominação de região do Vale do Taquari está ligada à geografia física natural, uma vez que significa “rio entre as taquaras” (vale vem do latim *vallis* – depressão entre montanhas – e taquari que vem do guarani *tebiquery* – taquaras). O vale está geograficamente localizado entre a encosta do planalto meridional e a depressão central, conforme podemos observar na figura 7.

Segundo Roche (1992, p. 325):

no Vale do Taquari, onde a colonização é contemporânea da de Santa Cruz, mas onde as terras são mais férteis, a divisão da propriedade acusa ainda maior ímpeto. Em Lajeado, passou de 25,5 para 21,4 hectares, de 1920 a 1950; em Venâncio Aires⁷, de 23,5 para 19,5. Ao cabo que de

⁷ Na época Venâncio Aires pertencia a Estrela.

menos de cem anos, a propriedade média já não representava menos a metade da primitiva área. O exemplo mais surpreendente, é o de Estrela, onde as primeiras propriedades, vendidas a partir de 1853, mediam, em média, 48 hectares. Em 1920, a divisão estava já muito avançada, porquanto a superfície média era de apenas 24,2 hectares. Em 1950, desceu para 15,7 hectares, nem mesmo um terço da primitiva área.

Assim, a colonização do Vale do Taquari ocorreu devido à necessidade dos proprietários e especuladores, em função das leis de 1850-1855, de cultivar as grandes áreas de terra que ocupavam sem explorá-las, obrigando-os a fundar colônias particulares. A característica de lotear em forma de fita, também foi utilizada nessa região. Todavia, as roças cultivadas aqui são menores que as antigas e todas justapostas. Há, nessa região, uma diferença entre as terras deste vale e as dos demais, pois, à medida que o declive aumenta, a produtividade cai para a metade (ROCHE, 1992).

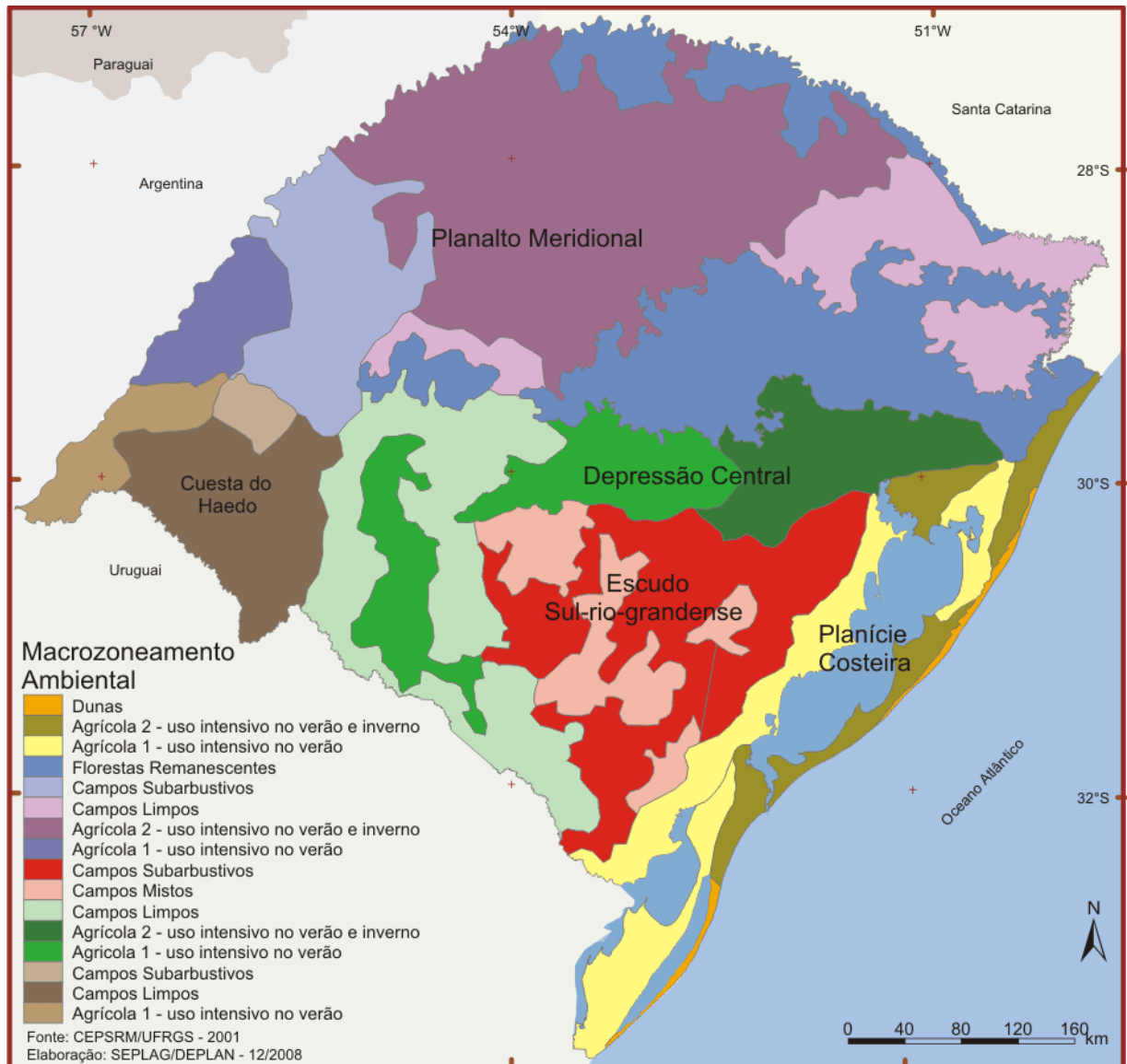
De acordo com Collischonn (2001, p. 20), a história do Vale do Rio Pardo também está relacionada às condições hidrográficas, geográficas e fisiológicas, o que significa “considerar a forma do espaço natural como uma das variáveis na formação do espaço humano, [...]” todavia, sem desconsiderar as demais. A região conserva, ainda, fortes traços da influência da imigração europeia na arquitetura, língua, culinária, usos e costumes, advindos do processo de ocupação do território.

Esse espaço natural que forma a região do Vale do Rio Pardo é formado por três grandes unidades geomorfológicas: o planalto das araucárias, a depressão central gaúcha e o planalto sul-riograndense, que podem ser observadas na figura 7. Trata-se de uma região natural bastante diversa em seu relevo, que tem formas características, desde coxilhas, passando por terminais escarpados a colinas com formas planas associadas à ocorrência de morros.

Por estar inserido em uma zona de clima subtropical sul, o Vale do Rio Pardo é quente, úmido e instável no verão e primavera, e frio e instável no inverno e outono (COLLISCHONN, 2001). O Vale do Taquari, por estar na mesma zona, apresenta características similares.

Outra característica marcante é a quantidade de rios e afluentes. Não obstante, o Vale do Rio Pardo “leva o nome do afluente do rio Jacuí que banha o território de boa parcela dos municípios que o compõem” (VOGT, 2001, 69). Cabe destacar que esta característica foi de fundamental importância durante o processo de colonização, bem como, para o desenvolvimento dos vales.

Figura 7 – Macrozoneamento Ambiental



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2011.

No Vale do Taquari as povoações se instalaram nas encostas dos morros, isso para se proteger das enchentes e, depois, nas saídas dos vales secundários. Desses povoados, os que se desenvolveram tornaram-se vilas às margens do rio Taquari, “[...] sobre o qual haviam sido dispostos os cais dos portos fluviais, logo servidos por barcos a vapor e, mais tarde, por embarcações a motor”. O Taquari foi sulcado por uma flotilha que transportou os viajantes, a madeira e os produtos agrícolas (ROCHE, 1992, p.183). Segundo o autor, as duas povoações (Estrela e Lajeado), situadas uma em frente à outra, porém em cada uma das margens do rio Taquari, tornaram-se vilas-mercados, por volta de 1950. E sua influência pode ser comparada com a das sedes distritais de outras regiões agrícolas. Uma

característica marcante diz respeito à semelhança dessas com o Vale do Garona e às vilas europeias. Roche (1992) aponta que alguns os colonos alemães abandonaram as encostas e venderam suas terras para os italianos vindos do planalto em busca de terras mais ricas. O autor cita Roca Sales como exemplo de uma colônia agrícola teuto-brasileira pujante, que se tornou um centro de convergência de população de ascendência italiana.

De acordo com Vogt (2001), a região do Vale do Rio Pardo apresenta características dos dois períodos de sua colonização: o primeiro, com a apropriação militar do território e a consequente expansão da fronteira do Império Luso, no século XVIII, cujo povoado polo era Rio Pardo; o segundo, no século XIX, com influência de alemães e italianos durante o período de colonização. Deste segundo período, de acordo com Silveira e Hermann (2001), Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires, assumiram importante papel na formação da rede urbana regional.

Nessa época, a produção diversificada das pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada, resultando uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. Esses núcleos, mais tarde, foram crescendo e se emancipando em busca de autonomia. Isso porque, muitas vezes distantes da sede do município, se percebiam excluídos da distribuição dos recursos (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Segundo Lando e Barros (1992, p. 40):

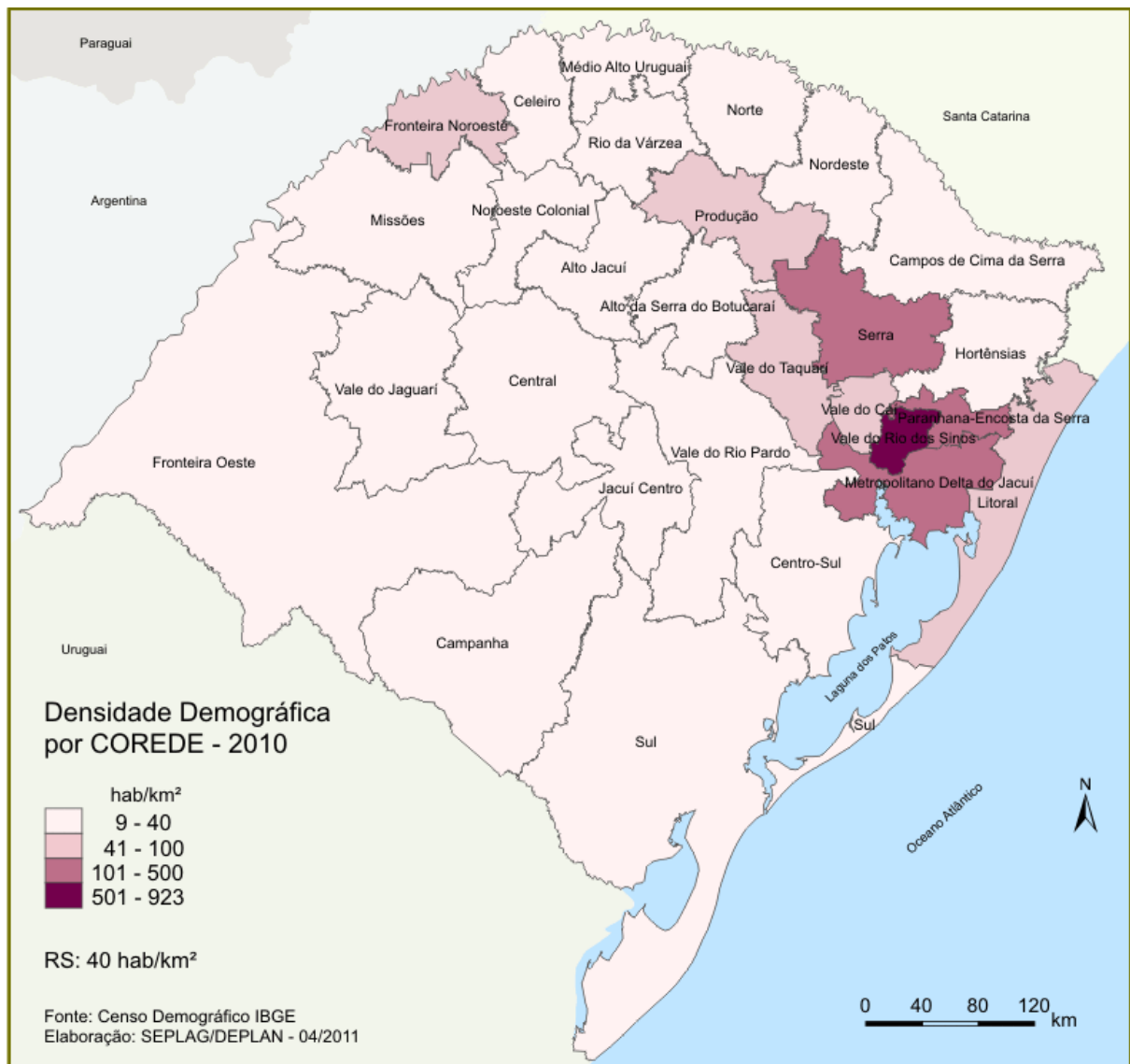
embora o surgimento da pequena propriedade possa parecer, à primeira vista, uma regressão nas relações de produção, uma vez que o Brasil se constituiu com base no latifúndio exportador, é necessário perceber as relações que se estabelecem entre estas duas formas de produção. Só assim é possível compreender por que, com o desenvolvimento do capitalismo, a pequena produção não desaparece por completo; ao contrário, se reproduz para permitir, em última instância, a permanência do próprio capitalismo.

Nesse contexto, a pequena propriedade assume um caráter complementar em relação à economia nacional, pois está voltada para o abastecimento do mercado interno. A abolição da escravatura, que afeta o latifundiário, leva todo o sistema capitalista brasileiro à crise. Isso devido à peculiaridade da estrutura econômica brasileira, que tem a agricultura como cerne (LANDO E BARROS, 1992).

A ocupação do território rio-grandense explica, em parte, as diferenças de distribuição atual da população no estado. No sul, ela está predominantemente nas cidades de porte médio, refletindo a atividade extensiva das grandes propriedades

que criaram espaços rarefeitos. E, ao norte, a formação de regiões com pequenas propriedades, o parcelamento da terra gerou uma estrutura político-administrativa mais pulverizada. Essa distribuição fundiária resulta em maior densidade demográfica no norte em contraposição ao sul, podendo ser observada a partir da divisão do estado por regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), visualizada na figura 8 – Densidade demográfica por COREDE, 2010 (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Figura 8 – Densidade demográfica por COREDE – 2010



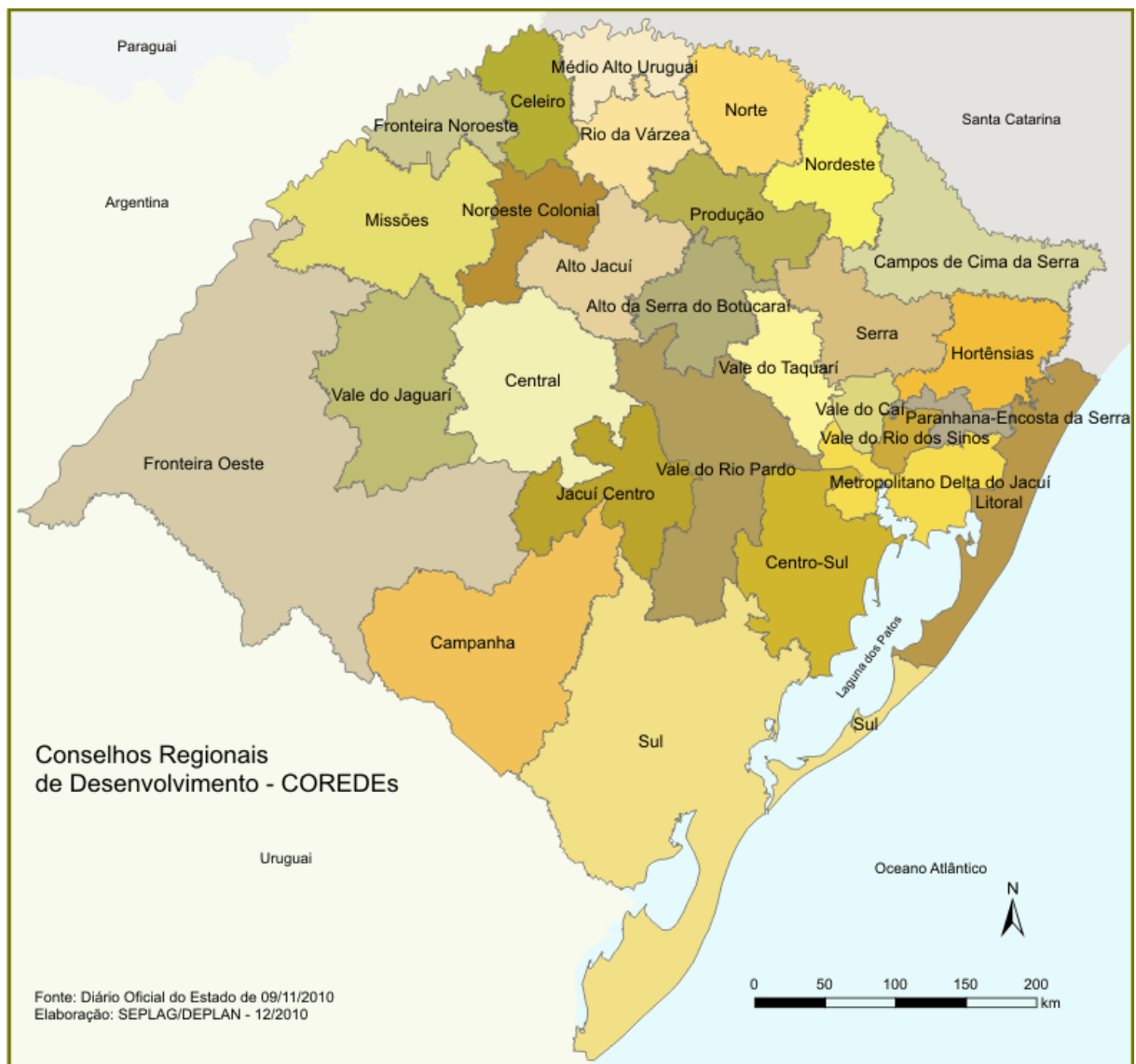
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2011.

Cabe apontar algumas características gerais. O Rio Grande do Sul está localizado no extremo meridional do Brasil, apresentando uma população de

10.735.890 habitantes, aproximadamente 6% do total da população brasileira, e uma área de 281.748,5 km², que corresponde a 3,32% do território brasileiro (FEE, 2012).

Tendo como referência os COREDES, a região do Vale do Taquari conta com 36 municípios, que politicamente correspondem a uma unidade geográfica dos atuais 28 COREDEs e a região do Vale do Rio Pardo, com 23 municípios, corresponde à outra.

Figura 9 – Regiões dos COREDES



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul, 2011.

Para melhor compreensão, todas as regiões estão identificadas na figura 9. Em conjunto, esses Conselhos constituem o Fórum dos COREDES do RS, o qual foi criado pela Lei Estadual (AL/RS) 10.283, de 17/10/1994. Sendo instâncias de

planejamento regional, têm como objetivo primordial apresentar alternativas de desenvolvimento a partir de decisões originadas localmente, em cada contexto regional. Têm, ainda, outros objetivos, a saber:

[...] a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente. (SEPLAG, 2011).

Os COREDEs são agregados, para fins de planejamento, em nove Regiões Funcionais, conforme figura 1, constituindo-se nas escalas de regionalização do Plano Plurianual 2008-2011. Já a regionalização foi definida pelo Estatuto do Desenvolvimento Regional e Logístico do RS – RUMOS 2015, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social (SEPLAG, 2011).

O estudo Rumos 2015 aponta que o Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo apresentam algumas características que justificam a elaboração de um projeto regional comum, no qual a promoção da atração industrial e desenvolvimento agroindustrial são algumas das propostas para a região, que concentra aproximadamente 700 mil habitantes.

A região do Vale do Taquari apresenta uma economia baseada na atividade primária de cunho familiar, bem como elevado desenvolvimento industrial e comercial, muito devido à sua colonização (SCHIERHOLT, 2000). O autor chama a atenção para a evolução e intensificação das migrações internas, ou seja, o êxodo rural entre os anos de 1955 e 1975, que causou, por um lado, prejuízo na produção e, por outro, a implantação de novas escolas e cursos universitários. Causou, ainda, o crescimento vertiginoso da indústria e do comércio, especialmente de alimentação, calçadista, vestuário e material de construção. No Vale do Rio Pardo, a organização cultural no entorno de cooperativas está diretamente relacionada ao profundo sentimento associativo que os colonos alemães desenvolveram, por não terem sido assistidos em termos de escolas e religião. Pode-se dizer que o “[...] quadrinômio – cooperativa, comunidade, escola e sociedade identifica o colono alemão no RS” (RADÜNZ, 2001, p. 148).

Na tabela 1, encontram-se os dados que identificam o perfil da população das regiões e as médias no estado.

Tabela 1 – População Rural e Urbana

<i>Dados/Indicadores</i>	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Região do Vale do Rio Pardo</i>	<i>Região do Vale do Taquari</i>
População Rural (2010)	1.593.638 hab	154.179 hab	85.731 hab
População Urbana (2010)	9.100.291 hab	263.962 hab	241.992 hab
População Total (2010)	10.693.929 hab	418.141 hab	327.723 hab

Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística.

Verifica-se que os dois vales detêm juntos aproximadamente 15% da população rural do estado, com destaque para o Vale do Rio Pardo, no qual a população rural representa 37% de sua população total e que, sozinha, é responsável por 9,7% desta população no estado. O estudo aponta, ainda, que 95% das propriedades agrícolas da região são constituídas por pequenos produtores. Características que pouco mudaram com o passar do tempo, conforme o estudo Rumos 2015, que reconhece as potencialidades industriais e agropecuárias apoiadas nos pequenos agricultores dos vales. Cabe destacar que são em maior número os pequenos municípios do Corede Vale do Taquari, conformando uma rede urbana mais densa e descentralizada que no Vale do Rio Pardo. E assim também, sua estrutura fundiária conta com propriedades menores (RUMOS 2015, 2005).

Outras similitudes dão conta da estrutura econômica, com primazia do setor industrial e base agrícola fundada em cinco produtos dominantes: fumo, milho, arroz, soja e mandioca. Os vales também são atravessados por importantes corredores de transportes multimodais do Mercosul (ferrovias, BR-386 e BR-290). Ambos estão próximos à Região Metropolitana de Porto Alegre e têm universidades com expressiva produção e participação regional. O bom desempenho econômico se reflete nos níveis de absorção da população por postos de trabalho e na renda (RUMOS 2015, 2005).

A estrutura produtiva regional apoia-se no setor industrial, responsável por 48% do PIB regional (10% do PIB estadual do setor). Em seguida, aparece o setor de comércio e serviços, com 32% do PIB, e o agropecuário, com 20% e forte evolução recente. O fumo manufaturado predomina na matriz produtiva regional, com 54% e está fortemente interligado à produção agrícola. O setor fumageiro responde por 57% da produção agrícola no Vale do Rio Pardo e 24% no Vale do Taquari (RUMOS 2015, 2005).

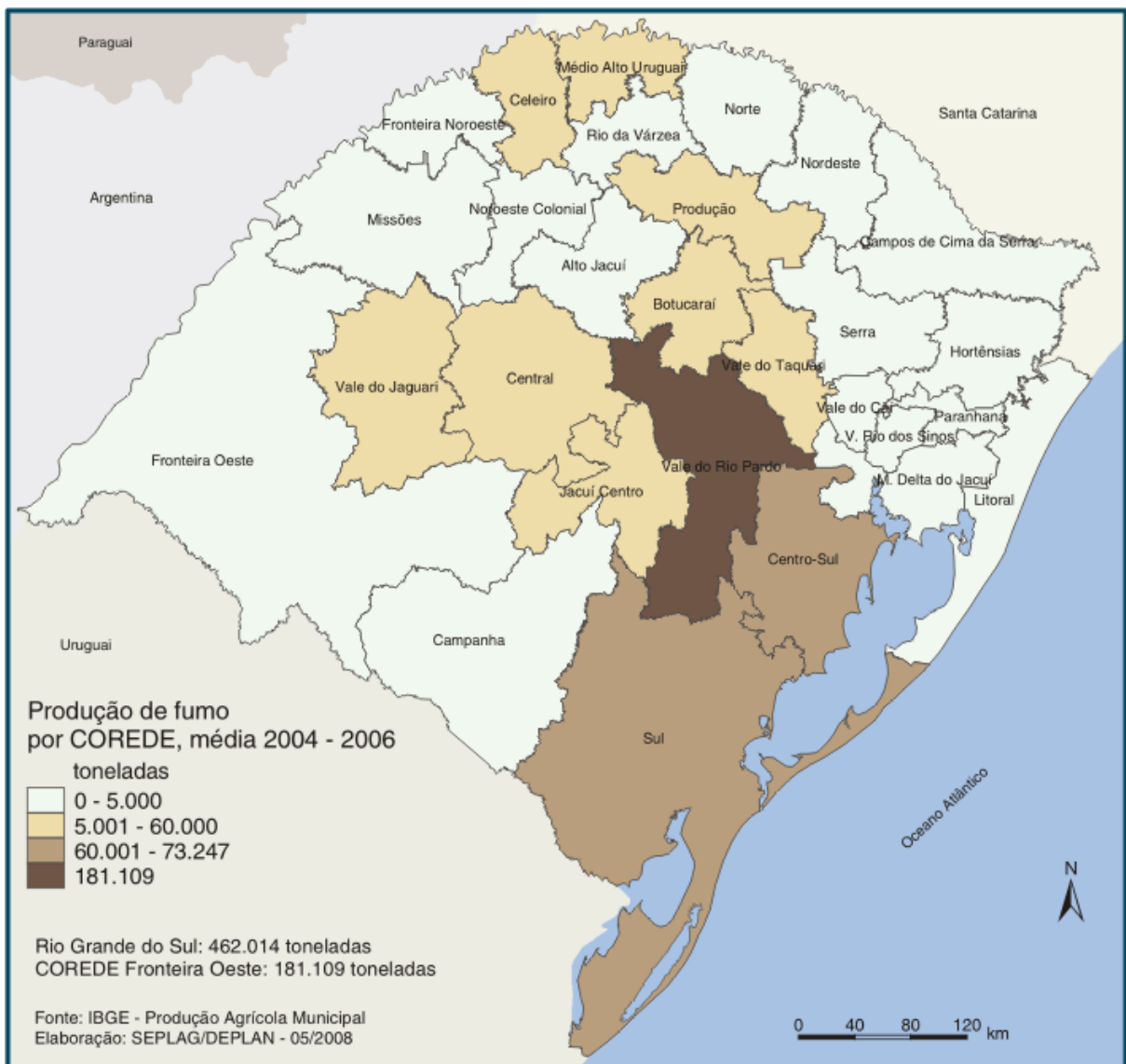
Cabe destacar que o Rio Grande do Sul é o maior produtor de fumo do Brasil, sendo responsável por 51,1% da produção. Já o Vale do Rio Pardo se destaca,

nesse cenário, com 39% da produção gaúcha e com 20%, da nacional. Além disso, o vale aumentou sua participação na produção nacional, conforme dados triangulados entre a produção nacional, estadual e regional, que apontam para uma queda na produção nacional e aumento na regional (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Segundo Etges (1998, p. 190) essa região,

[...] a partir da metade do século passado, têm sua economia voltada para a produção e beneficiamento do tabaco, constituindo-se da principal região produtora do mesmo no país. Esta atividade, realizada em regime de trabalho familiar, em pequenas propriedades rurais (média 18 ha), vem passando por sucessivas crises, o que tem contribuído ainda mais para aumentar a pobreza e acelerar o êxodo rural.

Figura 10 – Produção de fumo por COREDE



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2011.

Nesse contexto, a economia da região, especializada na produção de tabaco, está baseada na produção familiar e em grandes empresas multinacionais que beneficiam e comercializam o produto. A figura 10 evidencia a grande importância do fumo para essa região, que é a maior produtora do estado e do país.

A migração das áreas rurais para as urbanas, observada por Stülp (2001), entre os anos de 1991 e 1996, ocasionou uma diminuição das terras cultivadas. Atualmente, a produção agrícola continua sendo a alavanca da economia, com destaque para o fumo e o milho. A floricultura e os hortigranjeiros despontam, mas a principal atividade econômica ainda é a produção de tabaco (FEE, 2012).

Na tabela 2, apresenta-se um conjunto de indicadores econômicos e sociais das duas regiões e das médias estaduais.

Tabela 2 – Indicadores Econômicos e Sociais

<i>Dados/Indicadores</i>	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Região do Vale do Rio Pardo</i>	<i>Região do Vale do Taquari</i>
População Total (2011)	10.735.890 hab	419.609 hab	329.258 hab
Área em Km ² (2011)	281.748,5 km ²	13.255,7 km ²	4.821,1 km ²
Densidade demográfica (2011)	38,1 hab/km ²	31,7 hab/km ²	68,3 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	4,25 %	5,93 %	3,82 %
Expectativa de vida ao nascer (2000)	72,05 anos	70,58 anos	73,61 anos
Coefficiente de mortalidade infantil (2010)	11,20 por mil	8,57 por mil	9,21 por mil
PIB <i>per capita</i> (2010)	R\$ 23.606	R\$ 23.832	R\$ 23.915

Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística

De acordo com os indicadores, percebem-se algumas diferenças entre as regiões, especialmente nos dados referentes à área em km², em que o Vale do Taquari representa pouco mais de um terço do Vale do Rio Pardo, porém, sua densidade demográfica é 115% maior que a do Vale do Rio Pardo e 79% maior que a média do estado. Quanto à expectativa de vida ao nascer, o Vale do Taquari fica acima da média estadual, enquanto que o Vale do Rio Pardo fica abaixo. A principal semelhança encontra-se no coeficiente de mortalidade infantil, que, em ambos, está abaixo da média estadual. Já no comparativo com os dados do estado, o Vale do Taquari aparece com um índice de analfabetismo abaixo da média, enquanto que o Vale do Rio Pardo, acima da média. Outro destaque está no item renda *per capita* média, que aponta indicadores acima da média estadual para as duas regiões.

Os dados demográficos dos Vales do Rio Pardo e Taquari indicam que, em conjunto, estes possuem 7% da população estadual (Rio Pardo 3,9% - Taquari

3,1%); ocupam 6,4% do espaço geográfico (Rio Pardo 4,7% - Taquari 1,7%) e respondem por aproximadamente 7% do PIB estadual (Rio Pardo 4% - Taquari 3%) (FEE, 2012).

Alguns segmentos promissores foram identificados na região, dentre eles estão os setores industriais de fabricação de material eletroeletrônico, material de transporte, químico e papel, no Vale do Rio Pardo. E os segmentos de serraria e fabricação de artigos de madeira e mobiliário e fabricação e refino de óleos vegetais e gorduras para alimentação, no Vale do Taquari (RUMOS 2015, 2005).

Nesse contexto, o estudo Rumos 2015 (2005) definiu três estratégias de desenvolvimento para o estado: potencializar o processo de atração industrial da Região Metropolitana, promover o surgimento agroindustrial da Região Metropolitana e criar uma identidade regional em segmentos agrícolas emergentes.

Dentre elas, a terceira merece destaque neste estudo, uma vez que “objetiva disponibilizar um maior suporte para os empreendimentos nos setores alimentício, **turístico** e de pedras, além de estimular os pequenos produtores rurais” (RUMOS 2015, 2005). A criação dessa identidade regional irá oportunizar o sustento desses produtores, auxiliando sua manutenção no campo, evitando o esvaziamento rural.

Dentre os 59 municípios que compõem os Vales do Rio Pardo e Taquari, 19 participam de um ou mais roteiros de turismo rural.

Contudo,

na etapa de avaliação do Rumos 2015, o Corede Vale do Taquari foi classificado como – Dinâmico – por apresentar alto crescimento e dinamismo econômico, alta potencialidade socioeconômica e ambiental e condições sociais acima da média estadual. Já o Vale do Rio Pardo posicionou-se no grupo classificado como – Emergente – pois, apesar de contar com uma potencialidade socioeconômica e ambiental abaixo da média estadual e de apresentar baixas condições sociais, teve crescimento e dinamismo econômico quase equivalente ao do Taquari (RUMOS 2015, 2005, p. 120).

Nesse contexto, fica evidenciado que a colonização do Rio Grande do Sul, pelos imigrantes alemães e italianos é baseada na organização familiar e na pequena propriedade rural. Segundo Roche (1969), o estado deve aos imigrantes alemães e posteriormente italianos o ressurgimento da agricultura. Com um olhar mais aproximado, o turista facilmente percebe que ainda estão presentes os traços culturais, os usos e costumes da época da imigração.

Assim, a região dos vales é permeada por uma diversidade histórica e cultural decorrente da presença indígena e da colonização europeia a partir da chegada, no

século XIX, de grupos lusos, ítalos e teutos. O mosaico identitário que a forma sofre forte influência da economia baseada na produção familiar, decorrente do processo de colonização nessa porção centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul.

4.2 A diversificação das atividades no meio rural

A diversificação nas pequenas propriedades agrícolas dos vales remonta à colonização do estado pelos imigrantes alemães e italianos, que vieram com o propósito de ocupar e cultivar as terras até então recobertas pela mata nativa.

Atualmente a diversificação da propriedade pode contribuir de várias formas: no aumento e redistribuição da renda dentro da família; com a produtividade e com a segurança alimentar da família; com o meio ambiente, pela redução das práticas extrativas e com maior segurança aos efeitos macroeconômicos. Isso porque a diversificação pode reduzir seus efeitos imediatos que poderiam ocorrer caso fossem dependentes de apenas uma estratégia de renda. Autores como Almeida e Riedl (1998), Sen (2000), Brose (2001), Cristóvão (2002), Schneider (2003a; 2003b) defendem tal ponto de vista. Sen (2000) considera que a diversificação contribui com a redução da dependência das famílias de uma cultura e melhora a renda.

Segundo Cristóvão (2002, p. 81), o desenvolvimento rural está ligado à diversificação, sendo que [...] a ideia de diversificação da economia rural decorre, cada vez mais, do reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de matérias primas. É, no fundo, um espaço multifuncional.

Para Almeida e Riedl (1998), o turismo rural, enquanto atividade de diversificação da propriedade, impõe-se contra os alicerces tradicionais da agricultura, que subjugam a produção que está exposta ao risco, às incertezas e à exaustão.

Perceber o espaço rural e sua comunidade como um lugar multifuncional implica em valorizar seus recursos e reconhecer seu potencial endógeno (CRISTÓVÃO, 2002). Também Blos (2000) aponta para o desenvolvimento dos recursos endógenos, ou seja, do turismo rural, como alternativa para gerar melhoria da qualidade de vida, produção econômica e serviços.

Conforme apontado por Silva (1999), o meio rural vem se modificando devido à modernização agrícola, que traz consigo novas técnicas e métodos de plantio e colheita, inovações genéticas e melhorias na mecanização. Portanto, o espaço rural

passa a ser não só agrícola, mas cenário para o desenvolvimento de novas atividades e, neste ambiente, surge o turismo rural.

Nesse cenário,

a diversificação não implica apenas em ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos, especialmente rendas (agrícolas, não-agrícolas, outras), mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias. (SCHNEIDER, 2003a, p.1).

Também para Joaquim (1999), o desenvolvimento rural passa pela diversificação das atividades do meio rural, trabalhando com o triângulo agricultura, ambiente e turismo. Cristóvão (2000), Cavaco (1995) e Paiva (1995) asseveram o mesmo, ou seja, apostam no turismo, aliado à valorização das potencialidades locais (natureza, arquitetura, história, cultura, entre outros), como caminho na questão da diversificação.

Para Brose (2001, p. 14),

assim como uma região tem um tecido social, econômico e político diversificado, com uma diferenciação entre os diversos municípios que a compõe, o meio rural também apresenta uma composição diversificada, da qual a agricultura é apenas um dos elementos constituintes. Ele é composto por fatores sociais (educação, religião, lazer, etc.), fatores econômicos (fontes de renda não agrícola como o turismo, comércio, manufaturas, etc.), fatores políticos e outros setores diversificados, que compõe aquilo que convencionamos chamar de *meio rural* (BROSE, 2001, p. 14).

Ainda, a diversificação da propriedade pode ser entendida como uma estratégia de reprodução social e econômica para as famílias rurais, que alocam a força de trabalho em diversas atividades, explicando assim, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Os integrantes da família passam a se dedicar a um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, porém não necessariamente dentro da propriedade.

Assumir novas atividades externas à agricultura ocasiona novas funções e significações: econômicas, sociais e culturais, que refletem positivamente e/ou negativamente em todos os membros da família.

A diversificação se apresenta sob diferentes pontos de vista. Por isso, é necessário levar em conta os objetos do estudo e sua região. Para Etges (2002), o tempo livre dos agricultores familiares deve servir para o descanso, o divertimento e também para a cultura. Por outro lado, para Schneider e Fialho (2000), o turismo absorve a mão de obra excedente da produção.

Estudos apontam o turismo como expressão da pluriatividade presente nas propriedades rurais como oportunidade de incrementar o nível de ingresso econômico familiar, e mais, como meio de expansão do universo das relações sociais a que se acham submetidos agricultores e seus familiares que, em boa medida, acham-se à mercê dos caprichos da natureza e do humor dos mercados nacionais e estrangeiros (ANJOS, CALDAS e COSTA, 2006; LUNARDI E SOUZA, 2010). A pluriatividade é entendida aqui como “[...] um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção” (SCHNEIDER, 2007, p. 16).

Segundo Teles (2006, p. 64), no final do século XX, foi possível observar que áreas agrícolas cederam lugar para o turismo “gerando fluxo e renda e disseminando conhecimento, além de promover a preservação da memória e das estruturas [...], gerando uma nova forma de organização do espaço”.

Assim, a diversificação observada atualmente nas pequenas propriedades nos Vales do Rio Pardo e Taquari, é decorrente da formação dessa região, ou seja, da forma como foi colonizada. Tendo essa, reflexos no turismo, que é essencialmente rural, como veremos no capítulo seguinte.

5 O TURISMO RURAL NA REGIÃO DOS VALES DO RIO PARDO E TAQUARI – RS

A atividade turística é um fenômeno recente no meio rural brasileiro, iniciado há aproximadamente 30 anos. Com aderência principalmente dos pequenos agricultores familiares, que, devido ao tamanho das propriedades, não têm conseguido sustentar suas famílias apenas com a renda obtida com as atividades agrícolas. Torna-se, assim, imprescindível buscar novas alternativas de renda, o que leva esses agricultores a buscar na atividade turística a possibilidade de se manterem no campo.

Nos capítulos anteriores foram expostos os pressupostos teóricos que subsidiaram o estudo. E, neste capítulo, serão apresentados a metodologia, a sistematização e a análise dos dados coletados na pesquisa de campo para alcançar os objetivos propostos.

Para Demo (1985), a ciência é um questionamento sistemático, um conhecimento discutível, portanto, um conhecimento crítico e criativo, que precisa ter qualidade formal, ou seja, ordenado, argumentado e elaborado rigorosamente para que seja respeitado pela comunidade como uma forma de intervenção prática e inovadora. Nesse contexto, o método qualitativo é um tipo de pesquisa capaz de captar o sentido, o significado, as representações que os sujeitos sociais têm dos fenômenos.

Duarte (2002, p.143) afirma que:

numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori* - tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas.

Para May (2004, p. 148), nas entrevistas semiestruturadas, “as perguntas são normalmente específicas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas” para buscar esclarecimento quanto à elaboração da resposta dada. Isso que permite estabelecer um diálogo com o entrevistado.

Em conjunto com a pesquisa qualitativa, a pesquisa documental permite ao pesquisador reforçar o entendimento, fazer comparações, assim como fornecer

materiais sobre os quais fundamentar a investigação. Ao mesmo tempo, as fontes documentais podem ser utilizadas por seu próprio mérito (MAY, 2004).

Assim, essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de caráter qualitativo, sendo que a técnica utilizada para a coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada. Como instrumento de coleta de dados, para atingir os objetivos, foram elaborados roteiros de entrevistas. Além disso, foram coletados dados secundários em fontes como: documentos e fontes bibliográficas, bem como revistas técnicas e jornais.

O recorte espacial da pesquisa é decorrente da semelhança e da proximidade geográfica entre os Vales do Rio Pardo e Taquari. Assim, entendemos que a divisão dos COREDEs é a mais adequada. No mapa 1 podemos observar que, entre as duas regiões, 11 municípios são contíguos, ou seja, 19% dos 59 municípios que formam os vales fazem fronteira entre si. Com o recorte definido, procedemos a uma pesquisa documental junto à Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas a identificar os roteiros de turismo rural nos Vales do Rio Pardo e Taquari.

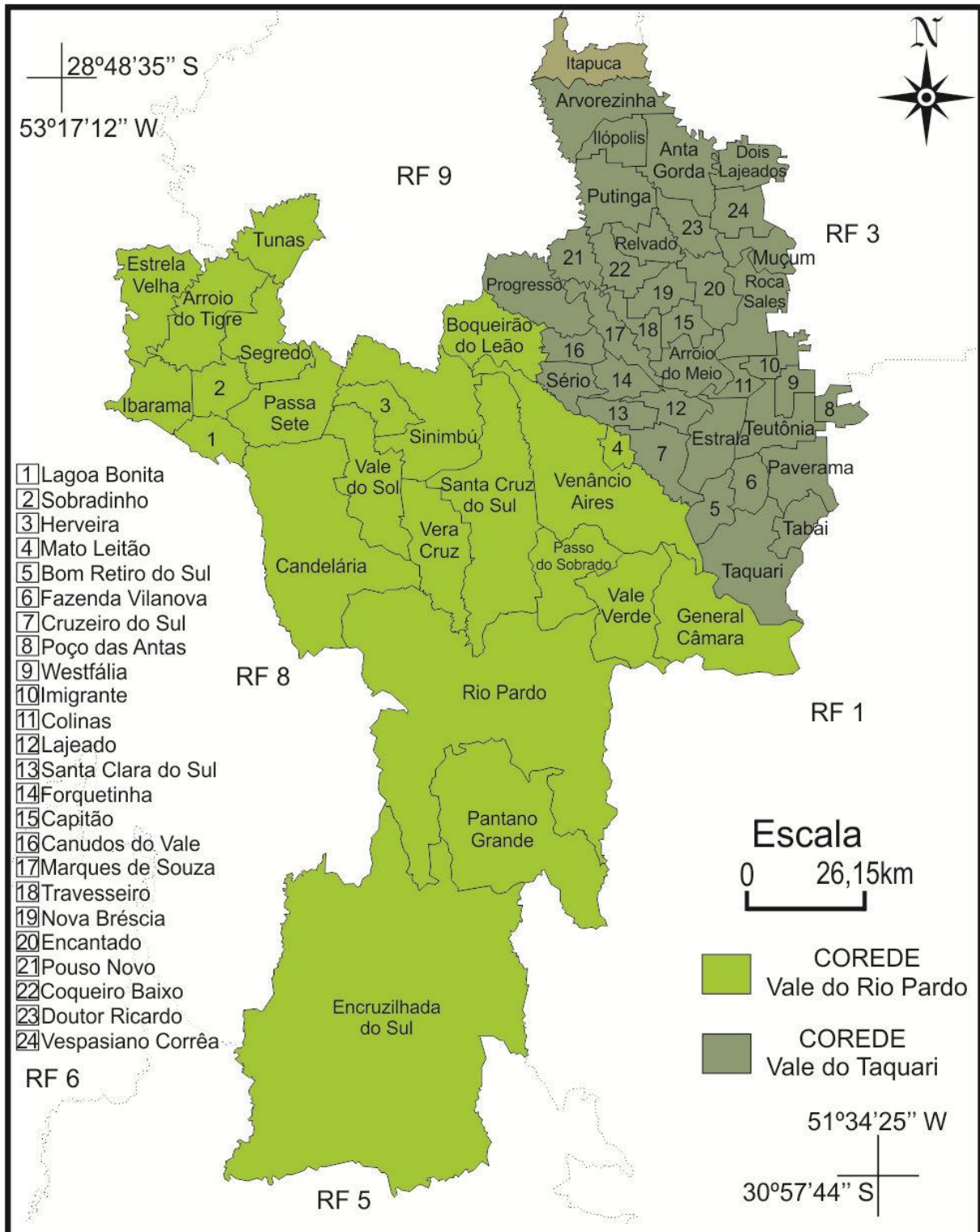
Desse modo, chegamos ao total de atrativos e empreendimentos de cada roteiro. Na sequência, selecionamos os empreendedores entrevistados, o que ocorreu com a ajuda de informantes qualificados (integrantes das associações). Durante o processo de seleção dos entrevistados, buscamos identificar quais indivíduos tinham vínculos mais significativos com o problema a ser investigado.

Com os dados bibliográficos e os levantamentos de campo, procuramos analisar a dinamização da atividade turística na região dos Vales – RS a partir da implementação de roteiros de turismo rural, objeto desta pesquisa.

A fim de caracterizar o processo de constituição dos roteiros de turismo rural da região, foram entrevistados os presidentes das associações de turismo dos Vales do Rio Pardo e Taquari – ATURVARP e AMTURVALES, os presidentes dos roteiros com associação e, nos demais casos, um dos membros mais antigos. Especificamente nos casos da Rota⁸ da Erva Mate, cuja gestão é pública, entrevistamos a turismóloga responsável e da Rota Delícias da Colônia foi entrevistado o idealizador da mesma.

⁸ Preservar-se-á o nome original de cada roteiro para manter a sua identidade construída, que em alguns casos é rota e em outros é roteiro.

Mapa 1 – Região Funcional 2 e divisão por COREDES



Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, adaptado por OLIVEIRA E ZANCHI, 2012.

Com o intuito de investigar a potencialidade de geração de renda a partir da atividade turística e outras questões relacionadas, entrevistamos os empreendedores selecionados e as respectivas associações. Outro ponto diz

respeito à caracterização destes, que foi de grande valia para identificar quais os setores envolvidos em cada roteiro, a partir das atividades desenvolvidas em cada empreendimento, e desvendar a forma como estão inseridos no contexto do turismo rural.

Com vistas a analisar o processo de territorialização dos roteiros de turismo rural na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari, analisamos os dados históricos, socioeconômicos, culturais, bem como o processo de ordenamento dos roteiros no território, haja vista que a territorialização envolve a ideia de que as inovações nascem imersas em um espaço e em relações e redes sociais locais/regionais.

5.1 O processo de implantação e caracterização dos roteiros de turismo rural na Região dos Vales

Para atingir o primeiro objetivo, ou seja, caracterizar o processo de constituição dos roteiros de turismo rural da região dos Vales do Rio Pardo e Taquari – RS, foi realizado um levantamento do número de roteiros de turismo rural, junto à SETUR. Porém, a pesquisadora, ao coletar os dados, percebeu a falta de três roteiros conhecidos por ela. Assim, buscamos conferir os dados junto às associações de turismo dos dois vales – ATURVARP e AMTURVALES. E, ao final desta pesquisa, foram identificados oito roteiros de turismo rural nos vales, sendo cinco no Vale do Rio Pardo e três no Vale do Taquari, os quais estão listados no quadro 2, bem como os municípios que abrangem. Considerando que a pesquisa abrange 60 municípios, percebemos, nesse quadro, que os roteiros movimentam 20 municípios, ou seja, 33% dos municípios.

Quadro 2 – Roteiros de Turismo Rural nos Vales do Rio Pardo e Taquari – RS

Vale	Roteiro	Abrangência em 2012
Rio Pardo	Rota Germânica do Rio Pardinho	Santa Cruz do Sul e Sinimbu
	Roteiro Caminhos da Imigração	Santa Cruz do Sul
	Rota do Chimarrão	Venâncio Aires
	Rota dos Casarões	Sobradinho
	Rota Caminho dos Tropeiros	Candelária
Taquari	Roteiro Delícias da Colônia	Estrela, Colinas e Imigrante
	Rota Germânica de Teutônia e Westfália	Teutônia e Westfália
	Rota Erva Mate	Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Itapuca, Nova Bréscia, Putinga e Relvado.

Fonte: SETUR, 2012, adaptado por ZANCHI, 2012.

É possível verificar no quadro 3 que os roteiros de turismo rural da região dos Vales do Rio Pardo e Taquari foram lançados há menos de 15 anos, sendo que um deles tem menos de três anos. Constatamos nas entrevistas que, após o lançamento dos roteiros com mais de 5 anos, houve um período de estagnação. Alguns, entretanto, foram relançados após uma reestruturação e/ou ampliação de sua abrangência, com a inclusão de um ou mais municípios.

Quadro 3 – Roteiros de turismo rural da região

Roteiro	Lançamento
Rota Germânica do Rio Pardinho	1998
Roteiro Caminhos da Imigração	2000
Rota do Chimarrão	2001
Rota dos Casarões	2002
Rota Caminho dos Tropeiros	2008
Roteiro Delícias da Colônia	2002
Rota Germânica de Teutônia e Westfália	2001
Rota da Erva Mate	2010

Fonte: ATURVARP e AMTURVALES, adaptado por ZANCHI, 2012.

Nesse contexto, a atual Rota Germânica do Rio Pardinho iniciou em Santa Cruz do Sul, sob o nome “Roteiro Rural, Colonial e Ecológico de Rio Pardinho” e, em 2007, com a entrada do município de Sinimbu, foi relançada. Também a atual Rota Germânica de Teutônia e Westfália iniciou em 2001 apenas em Teutônia e, posteriormente, incorporou Westfália. A Rota da Erva Mate, mesmo tendo menos de cinco anos, já incorporou dois municípios desde seu lançamento.

E o Roteiro Caminhos da Imigração (conhecido anteriormente como, “Caminhos Verdes de Boa Vista”, “Roteiro Rural, Colonial de Boa Vista”, “Roteiro de Boa Vista”, “Roteiro Turístico Caminhos de Boa Vista” e “Roteiro Caminhos de Boa Vista”), reconfigurado a partir de um estudo realizado pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, em parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, em 2002, dois anos após seu primeiro lançamento.

Cabe destacar que esses oito roteiros juntos disponibilizam aos turistas 142 atrativos, distribuídos por 20 municípios. Para contextualizar, a seguir apresentamos os roteiros e sua localização geográfica, características dos municípios e de alguns atrativos, ilustrados por fotografias tiradas durante a pesquisa. Assim, podemos entender a dimensão destes para a região e para as comunidades nas quais estão inseridos.

A Rota Germânica de Rio Pardinho está localizada entre os municípios de Sinimbu e Santa Cruz do Sul. Tem como finalidade manter a tradição, preservando assim os hábitos e costumes originais dos colonizadores do século XIX, a arquitetura, a gastronomia e o artesanato, característicos da colonização alemã. Dentre os atrativos oferecidos ao turista estão a vida tipicamente colonial, belas paisagens formadas por um conjunto de rios e vales, cafés coloniais, pousadas, restaurantes, lojas de artesanato, entre outros. Oferece, ainda, a oportunidade de convívio com as famílias, acompanhando o seu dia a dia nas propriedades. Oferece 18 atrativos, sendo oito no município de Santa Cruz do Sul: Restaurante Verde Vale, Cucas Gressler, Salão Waechter, Barragem Captação Lago Dourado, Mosteiro da Santíssima Trindade, Parque da Escola, Igreja Imigrante e Basteleiaus “Casa de Trab. Manuais”. E dez em Sinimbu: Igreja Evangélica de Sinimbu, Agroindústria Panke, Artehaus, Igreja Nossa Senhora da Glória, Churrascaria Brasa Quente, Gruta Nossa Senhora de Lurdes, Malharia e Artesanato Sinimbu, Pousada Engelmann, Núcleo Germano Wink e RPPN UNISC.

Fotografia 1 – Casa das Cucas Gressler e Salão Waechter



Fonte: ZANCHI, 2012.

Fotografia 2 – Salão Waechter



Fonte: ZANCHI, 2012.

Fotografia 3 – Igreja Nossa Senhora da Glória e Igreja Evangélica de Sinimbu



Fonte: ZANCHI, 2012.

O Roteiro Caminhos da Imigração tem por objetivo manter a tradição, a arquitetura, a gastronomia e o artesanato, característicos da colonização alemã do século XIX. Localiza-se no distrito de Boa Vista, distante 15 km do centro da cidade de Santa Cruz do Sul, e no distrito de Linha Santa Cruz, ambos no município de Santa Cruz do Sul. Vinte e dois atrativos compõem o roteiro: Família Fritz e Frida, Rua José Germano Frantz, Residência de José Germano Frantz, Café na Colônia, Aeroporto Luiz Beck da Silva, Escola Estadual Professor Affonso Pedro Rabuske, Cooperativa Agrícola Linha Santa Cruz, Paróquia Santos Mártires das Missões de Linha Santa Cruz, Cruz dos Assmann, Casa Comercial e Salão de Bailes Frantz – Associação de Damas, Igreja Evangélica de Alto Linha Santa Cruz, Cemitério Evangélico de Alto Linha Santa Cruz, Casa em estilo enxaimel, Mirante de Boa Vista, Centro Histórico de Boa Vista, Local da primeira missa, Sítio Sete Águas, Pousada Camponesa, Centro Esportivo Recreativo Cultural Chácara Bauermann, Pousada Recanto de Linha Nova, Capril Boa Vista e Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Linha Andrade Neves.

Fotografia 4 – Igreja Evangélica de Alto Linha Santa Cruz e Pousada Camponesa



Fonte: ZANCHI, 2012.

A Rota Caminho dos Tropeiros, no município de Candelária, tem como proposta o resgate histórico-cultural, aproveitando seus potenciais construídos,

como: a Ponte do Império, o Aqueduto e loja de artesanato no casarão da propriedade, o Engenho da Serra, o Moinho movido a água e as estradas e muros de pedra, construídos no período do império, que colaboraram para o desenvolvimento do comércio na região. Outra característica observada é o grande número de pontes pênseis que ligam as comunidades separadas pelo rio que recorta o município, usadas até mesmo por motocicletas. As propriedades encontram na atividade turística uma alternativa de diversificação, pois comercializam os produtos de suas agroindústrias. Conta com seis atrativos: Aqueduto, Horto Medicinal Girassol, Museu Rural, Agroindústria Rodeio da Figueira, Ponte do Império e o Engenho de Serra e Moinho Colonial. Breve relato da presidente do roteiro, que também guia os turistas, sobre o roteiro e a importância da Ponte do Império:

foi construída uma ponte de pedra pela importância que tinha esta estrada, para os habitantes de cima da serra, que era os campos dos ervais, Soledade, Passo Fundo, onde tinha uma produção muito grande de erva mate, então eles vinham costeando o rio e vinha passando por aqui, e como naquela época não existia carro então o transporte eram as mulas. As mulas desciam o morro e passavam pelo arroio Passa Sete. Esse arroio, quando dava enchente, ele subia muito e esses tropeiros ficavam presos muitos dias. Então eles pediram para a prefeitura de Rio Pardo – Candelária pertencia a Rio Pardo – construir uma ponte. Assim pode-se ver como era importante essa estrada, que foi feita essa ponte, construída com blocos de pedra, tiradas do local, por um arquiteto alemão – Roberto Pulmann, por volta de 1879. Antes da ponte, melhoraram a trilha que descia o morro, foi feita uma escadaria na pedra para que as mulas tivessem mais apoio por causa das cargas. Passavam pela ponte do império, pelo rodeio da figueira onde pernoitavam sob a figueira, no caminho até Rio Pardo iam trocando as mercadorias, então a barganha, o dinheiro eram as mercadorias, eles davam a erva, levavam o feijão, a banha e quando voltavam traziam o charque. Eles vinham sempre trocando as mercadorias, então por isso a importância dessa ponte. Como foi feita na época do império então deram o nome de ponte do império (Presidente da Rota dos Tropeiros).

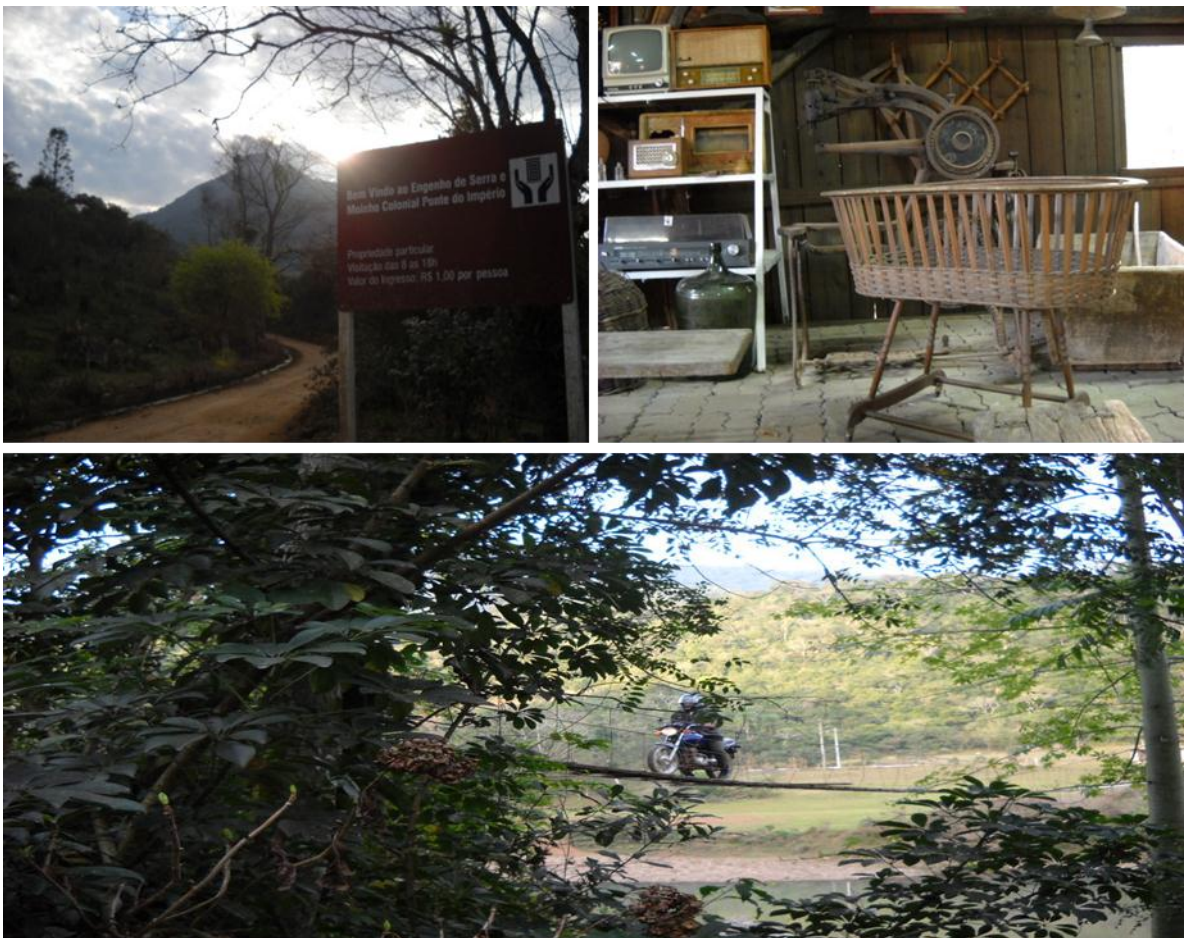
A presidente relata também a construção do aqueduto, por volta de 1870, para trazer água para movimentar uma roda d'água que fazia funcionar o moinho, o descascador de arroz e engenho de serra. Essa água vem de um córrego do outro lado da estrada, que foi canalizado por baixo da estrada. O aqueduto é um canal que tem 304 metros e 79 arcos. Foi construído por descendentes de alemães que vieram de São Leopoldo, com tijolos feitos em formas de madeira e secados ao vento, uma vez que na época não havia olaria na região. A propriedade conta, ainda, com um casarão em estilo português e um cemitério da família.

Fotografia 5 – Aqueduto e casarão da propriedade



Fonte: ZANCHI, 2012.

Fotografia 6 – Engenho de Serra e Moinho Colonial, Museu Rural e Ponte Pênsil



Fonte: ZANCHI, 2012.

A Rota do Chimarrão é composta por ervais, cascatas e balneários, e propõe um passeio pela cultura gaúcha, com traços da cultura herdada dos imigrantes alemães. Situada no município de Venâncio Aires, a rota destaca a arquitetura, o museu agrícola, que preserva peças antigas usadas na lavoura e na casa do homem da roça, e a Escola do Chimarrão, que mostra o processo de fabricação da erva mate e ensina a preparar o chimarrão. Conta com nove atrativos: Cascata do Chuveirão, Balneário Baron, Viveiro de mudas Flor da Terra e Artesanato Ideias Mil, Casa Paroquial São Martinho, Casa de comidas coloniais Chanajô, Museu da família Rural, Chácara das flores e trilha de bambus, Balneário Arenhardt e Escola do Chimarrão.

Fotografia 7 – Escola do Chimarrão



Fonte: Material de divulgação.

A Rota dos Casarões consiste em um passeio guiado pelo interior do município de Sobradinho, que mostra ao turista a influência cultural dos imigrantes italianos, provenientes da região do Vêneto, na Itália. A rota dá destaque à arquitetura, à gastronomia e à vida do campo. É composta de sete atrativos: Casarão de Nilo Puntel, Casarão de Francisco Puntel, Sementes Cereta, Casarão dos Cella, Capela

La Consolata, Casarão da Família Lago e Casarão Raminelli. A guia que acompanha o roteiro fez uma breve descrição do mesmo:

na casa Raminelli, a casa do café tem um grupo de cantoria, formado pelos donos dos casarões. A rota não é muito grande, em uma tarde se conhece tudo. A casa dos Cella é de 1900, a casa mais antiga, ali chegou o primeiro morador italiano nessa região – localidade de Campestre em Sobradinho e ali se falam 6 dialetos italianos, porque foram 57 famílias que se instalaram na região e umas vieram do Vêneto, outras do Friuli – Venetia Giulia, de diferentes regiões na Itália. A rota dos Casarões foi feita em cima do resgate da cultura italiana.

Fotografia 8 – Casarão Ramilelli e Capela La Consolata



Fonte: Material de divulgação.

O Roteiro Delícias da Colônia propõe passeios pela área agrícola, pontos históricos, gastronômicos e artesanais, como por exemplo, o alambique Berwanger, onde é oportunizado ao visitante acompanhar o processo da destilação da cachaça. A propriedade também conta com uma casa centenária em estilo enxaimel. Outro ponto é uma antiga estação de trem onde são comercializados produtos artesanais e coloniais. Ao roteiro está incorporado o maior cactário da América Latina. É composto de seis atrativos, sendo três localizados no município de Estrela (Recanto do Avestruz, Alambique Berwanger e Sirlei Chocolates), um em Colinas (Associação de Artesanato e Produtos Coloniais) e dois em Imigrante (Cactário Horst e Convento São Boaventura).

Fotografia 9 – Convento São Boaventura, Cactário Horst e Recanto do Avestruz



Fonte: ZANCHI, 2012.

A Rota Germânica de Teutônia e Westfália iniciou com a fundação da Associação da Rota Germânica de Teutônia, em 2001. Foi a primeira rota turística do Vale do Taquari, com o objetivo de proporcionar ao turista um mergulho na cultura alemã. Conta com 15 atrativos em dois municípios. Em Teutônia: Centro Administrativo de Teutônia Museu Henrique Üebel, Lagoa da Harmonia, Antick Haus Bergmann, Engenho Quatro Ventos, Artesanato Sapato de Pau, Pesque e Pague Stahlhöfer, Bella Luna Aromas, Fotos à Moda Antiga, Associação dos Artesãos de Teutônia, Granja Rickes, Restaurante Matinho e Vividiana Pedras. Em Westfália: Prefeitura Municipal de Westfália, Igreja Evangélica Sião e Paraíso Paissandu.

Fotografia 10 – Lagoa da Harmonia, Engenho Quatro Ventos e Vividiana Pedras



Fonte: ZANCHI, 2012.

A Rota da Erva Mate tem como objetivo valorizar os patrimônios culturais e artesanais de dez municípios da região alta do Vale do Taquari. A principal temática é a erva-mate, que possui elevada importância econômica para a região. Nessa rota, o turista encontra atrativos ligados à herança da cultura italiana, representada pela gastronomia, arquitetura e elementos religiosos. São 59 atrativos distribuídos entre 10 municípios. Em Anta Gorda: Monumento da Anta, Gruta Nossa Senhora de

Lourdes, Campanário da Igreja São José do Patrocínio, Cultivo de erva-mate, Agroindústria Pitol, Moinho Vicenzi e Moinho Dallé. Em Arvorezinha: Igreja Matriz São João Batista, Parque das Araucárias, Moinho Fachinetto, Museu de Cerâmica Fachinetto e Moinho Castaman. Em Coqueiro Baixo: Capitel Santa Luiza – Linha Coqueiro Alto, Capitel Santo Antônio – Linha Santo Isidoro, Capitel Santo Antônio – Centro, Capitel Santa Bárbara – Centro, Capitel Santo Antônio – Linha Coqueiro Alto, Capitel Santa Lúcia – Linha Santo Isidoro, Capitel Santo Antônio – Linha Pedras Brancas e Capitel Nossa Senhora da Saúde – Linha Pedras Brancas. Em Doutor Ricardo: Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Igreja Matriz, Propriedade e museu rural da família Zanella e Processo de produção da erva-mate na Ervateira Quinta do Vale. Em Encantado: Lagoa da Garibaldi, Vinícola Casa Rica e Casa Rica *Ristorante*, Casa do Artesão, Armazen Art, MarciArtes, Casa de Cultura Dr. Pedro José Lahude, Igreja Matriz São Pedro, com a réplica do Memorial do Santo Sudário, Memorial Gino Ferri e Parque Dália – Memorial Cosuel. Em Ilópolis: Museu do pão, Parque do Ibama, Cascata da Baleia, Santuário São Paulo Apóstolo, Lago Verde, Ervateira Ximango, Moinho Colognese, Casa típica Italiana. Em Itapuca: Igreja Matriz São Miguel Arcanjo. Em Nova Bréscia: Igreja São João Batista, Monumento ao churrasqueiro, Propriedade de Domingos Mezacasa, Santuário de Caravágio, Estádio Belvedere e Cascata Dall Oglio. Em Putinga: Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Igreja Nossa Senhora da Purificação, Barragem Santa Lúcia, Possebom pedras, Casa Henrique Pretto, Erva-mate Putingense, Meteorito, Sucos Polezi e Cascata Santa Lúcia. E em Relvado: Igreja Santo Antônio e Gruta e Cascata Nossa Senhora de Lourdes.

Fotografia 11 – Ervateira Ximango e Museu do pão



Fonte: ZANCHI, 2012.

Fotografia 12 – Igreja Matriz São Pedro e Casa típica Italiana



Fonte: ZANCHI, 2012.

O resgate das trajetórias dos roteiros nos permite conhecer melhor o processo de implementação do turismo rural nos Vales do Rio Pardo e Taquari, no Rio Grande do Sul e, para tanto, entrevistamos os responsáveis pelos roteiros.

Para conhecermos a trajetória da Rota Germânica do Rio Pardinho, entrevistamos a atual presidente, que nos informou que,

em 1998, foi lançado pela primeira vez o roteiro, foi um incentivo do governo do estado, do SETUR, eles que vieram aqui, conversar com as pessoas, ver quem tinha uma possibilidade de abrir um empreendimento, e foi com eles, fizeram um estudo com essas pessoas e aí que foi criado esse roteiro. Foi seguindo, alguns foram se retirando, desmotivando, porque foi através do governo, então não caminhavam pelas próprias pernas, foi isso que a gente sentiu, que dependia totalmente do poder público, da prefeitura, no caso de santa cruz, que apoiou essa iniciativa. E era só Rio Pardinho, naquela época. Foi feito um relançamento, em setembro de 2007, mas de novo foi meio que caído de paraquedas, porque foi através da Marla Hansen, que trabalhava na SETUR, então veio de lá novamente a questão de relançar a rota, rápido assim, a gente não estava bem preparado ainda, sem ter feito um curso, a nossa ideia era ter feito um curso, para nos prepararmos, entender o que estava acontecendo. Não estávamos maduros para pensar em abrir nossos estabelecimentos, então veio assim de novo. Então a gente começou tudo ao inverso de novo, não estávamos bem preparados. Nos esforçamos, tentamos fazer o que era possível, procuramos orientações, SEBRAE, EMATER. Mas o ideal era ter feito um curso pra se preparar bem. Nesse relançamento o município de Sinimbu já estava junto, e foi lançada com o nome de Rota Germânica do Rio Pardinho, em função de ter dois municípios. Até 2007, não faziam reuniões, cada um era por si, recebiam, mas não era organizado, não tinha uma associação naquela época mais, não estava funcionando. Estavam bem separados, desmotivados. Depois a gente se reunia mensalmente.

Entrevistamos o atual presidente da Rota do Chimarrão para conhecermos sua história. Ele começa nos dizendo que o roteiro

foi criado em 2001, mas só no quarto distrito, que seria linha travessa. [...] Mas acabou não deslançando, por alguns problemas, [...] houve visitas, mas acabou parando. Em 2008 houve um movimento por parte do pessoal

do quarto distrito, porque alguns pontos ficaram, a escola do chimarrão continuava recebendo muita visita, porque tem a sede da escola que é um instituto, uma ONG e tem a escola do chimarrão itinerante – um ônibus. Então houve um movimento de relançar a rota. [...] Em 2009, com a nova administração municipal, [...] foi onde nós começamos o movimento novamente. A convite do pessoal de lá (quarto distrito), nós do sexto distrito começamos a participar. [...] a nossa igreja, no sentido religioso, por causa do altar, importado da Alemanha, em 1926, um dos mais antigos da região do Vale do Taquari e do Rio Pardo e a casa paroquial por causa do estilo, bastante antiga, construída em 1930. Em maio de 2009, [...] foi relançada a rota, com poucos empreendedores remanescentes – do lançamento em 2001. [...] Não é uma coisa que deslanchou, ainda está devagar.

Na Rota dos Casarões entrevistamos o presidente, que nos contou que

a rota foi lançada em 23 de novembro de 2002, mais a partir do resgate da cultura italiana, [...] nos costumes, na história, nos casarões é que nós criamos aqui, [...] as famílias terem mais renda, mas não é isso que aconteceu, até hoje. O roteiro ficou mais na história, se conta a história do passado, da colonização italiana. Não deslanchou, não trouxe grandes benefícios, o mais é cultural. A renda para as famílias é pouca, nem dá pra contar, o mais é porque a gente gosta, é por amor à camiseta. Foi iniciativa nossa (dos empreendedores), sem auxílio, sem saber muito sobre turismo. Nunca parou nestes 10 anos. Não são os mesmos empreendedores que iniciaram. Desistiram porque não ganharam dinheiro. Do grupo inicial alguns desistiram, os demais se mantêm. A rota tem uma associação, a Associação de Turismo Rural do Campestre – ASTURCAMP.

Segundo a presidente da Rota Caminho dos Tropeiros, a rota foi planejada e formatada durante o curso de turismo rural dado pelo SENAR. Este curso teve duração de dois anos, no período de 2006-2007. Durante o curso passavam pelas propriedades e identificavam o que poderia ser explorado e desenvolvido. É uma rota guiada mediante agendamento prévio.

De acordo com o idealizador da Rota Delícias da Colônia, inicialmente foi feito um inventário de tudo o que poderia ser explorado turisticamente no município de Estrela. Após,

o roteiro foi formatado pelo Departamento de Turismo do município. Os primeiros processos foram de reunião com todos os empreendedores de Estrela. Contudo, durante o processo de formatação, que durou aproximadamente dois anos, foi identificada a necessidade de ampliação e assim, o roteiro passou a integrar os empreendimentos interessados dos municípios de Colinas e Imigrante. Quando o roteiro foi lançado, em 2002, os três municípios já faziam parte. Foi criada a Associação de Turística Regional Delícias da Colônia – ATURDEC, que se reúne uma vez por mês para tratar de assuntos específicos do roteiro. É um roteiro de um dia, tendo como público alvo os grupos de terceira idade, mas alguns pontos encontram-se abertos todos os dias. As zonas de minifúndios, as pequenas propriedades e boa parte do trajeto costeando o Rio Taquari, caracterizam a paisagem.

A presidente da Rota Germânica de Teutônia relatou que inicialmente

fez-se um estudo para descobrir a nossa vocação e os pontos positivos e a partir daí, foram elencadas as possibilidades de projetar um roteiro de

empreendedores. Foi criada em 26 de outubro de 2001 e, partiu da Secretaria da Cultura do município de Teutônia. Entre 2001 e 2004 andou bem, havia reuniões mensais, engajamento dos empreendedores, planejamento e movimento turístico. Depois, entre 2004 e 2008, esteve estagnada. Este período de estagnação é decorrente do fato da rota estar ligada a Secretaria de Turismo no município, uma vez que o prefeito na época não deu ênfase ao turismo. Esta ruptura fez parar tudo e houve um retrocesso. Receberam no período de um ano as visitas que eram recebidas em um mês. Nos últimos quatro anos (2008-2012), retornaram as reuniões, há engajamento, são feitas vistas a outros roteiros. Mas falta muito ainda, o roteiro deveria nadar sozinho, sem vínculo com a Secretaria de Turismo. A rota possuiu uma associação e passou a ser regional, após incluir os pontos turísticos do município vizinho de Westfália.

Entrevistamos a turismóloga da AMTURVALES, que formatou a Rota da Erva Mate. Na entrevista ela relatou que

em abril de 2009, os prefeitos do G8 (os oito municípios da região alta do Vale do Taquari – Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Ilópolis, Nova Bréscia, Putinga e Relvado) fizeram uma reunião para desenvolver o turismo. Convidaram para a reunião, o presidente da AMTURVALES e a mim. Na reunião foi falado que não havia investimento para o turismo e foi levantada a questão da Rota da Erva Mate, que há oito anos se falava da rota, mas cada município fazia ações separadas. [...]. Foi decidido que agora iriam fazer acontecer. [...]. Os municípios pagavam a associação, mas o valor era baixo e não tinha como fazer um trabalho. Ai então, em cima disso criou-se uma conta específica para o G8, na qual cada um desses municípios depositou R\$ 1.000,00, durante 6 meses. A partir daí foi possível fazer um trabalho. [...] refizemos o levantamento para conhecer e para saber se era viável ou não. Após este trabalho, o diagnóstico, foi formatado um curso de condutor local, porque os municípios precisam ter um guia. E cursos para hotéis e restaurantes se qualificarem. As prefeituras pagaram um curso aberto a comunidade (4 pessoas de cada município). Após o fim do curso, foi criado um logotipo, foi trabalhado um texto falando da cidade e dos pontos turísticos de cada município. E em março de 2010, foi feito o lançamento da Rota da Erva Mate, durante o Salão Gaúcho do Turismo, em Caxias do Sul. Existem outros atrativos, mas que ainda não estão prontos para receber os turistas. Participam de eventos para divulgação. Estão fazendo levantamento do número de turistas e catalogam os dados. Em março de 2010, o município de Itapuca entra na Rota da Erva Mate, e assim é criado o G9 e em julho de 2010, o município de Encantado soma-se ao grupo e cria o G10.

Ao analisarmos a trajetória dos roteiros a partir dos depoimentos destacados, percebemos que a implementação destes na região é um processo lento e que os resultados demoram a aparecer. Fica evidenciado que, em sua maioria, os roteiros sofrem influência direta das prefeituras e que esta ajuda financeira, quando chega, é sempre importante. Apesar de entenderem que precisam *andar com as próprias pernas*, para não ficarem à mercê das oscilações políticas, também sabem que o caminho é longo e que, por estarem no início, é imprescindível tal apoio.

Outro ponto de similitude diz respeito à estagnação pela qual passaram os roteiros mais antigos. Isso em um período muito aproximado, entre 2003 e 2008. E

em alguns casos ficou clara a influência dos prefeitos, ou melhor, a falta de apoio deste com relação aos roteiros.

A baixa renda advinda do turismo, principalmente nos primeiros anos, mostrou-se fator fundamental na desistência de alguns empreendedores. Contudo, os que permanecem relatam que, a longo prazo, é possível garantir uma renda substancial dessa atividade, como veremos na seção seguinte, na qual exporemos as entrevistas com os empreendedores e analisaremos suas correlações.

5.2 O turismo rural como potencialidade de geração de renda e qualidade de vida no meio rural da Região dos Vales

Visando investigar a potencialidade de geração de renda a partir da atividade turística entre os empreendedores rurais participantes dos roteiros, foi realizado um levantamento do número total de empreendimentos de cada roteiro. Ao final da pesquisa, foram identificados 73, sendo 36 no Vale do Rio Pardo e 37 no Vale do Taquari. Para atingir o segundo objetivo, com a ajuda de informantes qualificados (integrantes das associações – ATURVARP e AMTURVALES), foram selecionados 30 empreendimentos para serem entrevistados. Contudo, 28 empreendedores foram efetivamente entrevistados, porque um dos deles saiu do roteiro e o outro não tinha disponibilidade de horário. Destacamos que a média de tempo de cada entrevista foi de trinta minutos e todas foram realizadas pela pesquisadora.

Segundo Silva, Vilarinho e Dale (1998), “o turismo em áreas rurais tem sido pensado mais recentemente no Brasil como uma fonte adicional de geração de emprego e renda para as famílias residentes no campo [...]”. Este pensamento não perdeu sua força nos últimos quatorze anos.

Assim, a adaptação do meio rural a essa nova atividade, ou seja, o atender ao turista, “[...] comercializando sua autenticidade e originalidade, constitui-se em um desafio diante da necessidade de associar os serviços receptivos prestados aos turistas às demais atividades produtivas do empreendimento [...]” (RUSCHMANN, 1998, p. 50).

Nesse contexto, ao analisar as respostas da pergunta seis do roteiro de entrevista (Anexo 1), percebemos que as mesmas revelam que todos os empreendedores entrevistados consideraram positivas as mudanças advindas da implementação das atividades turísticas em suas propriedades. E, dentre as

mudanças que mais se destacaram, na percepção dos empreendedores entrevistados, estão o contato com outras pessoas, as mudanças na estrutura interna dos empreendimentos e o aumento da renda. Sendo assim, podemos dizer que estas três representam 54% do universo das mudanças percebidas, uma vez que foram 10 mudanças apontadas por eles.

Ao separar as mudanças em quatro categorias, Pessoal, Material, Financeira e Nenhuma, constatamos que seis estão relacionadas à categoria pessoal, ou seja, 60%, e ao compararmos por número de incidências entre os entrevistados, o percentual subiu para 65%.

Assim, como destaca Sen (2000), em termos qualitativos pode haver desenvolvimento social sem crescimento econômico, porque os indivíduos adquirem novos conhecimentos e constroem novas compreensões sobre a realidade. Dentro dessa concepção e considerando as mudanças pessoais percebidas pelos empreendedores, tais como: “uniu a família”, “melhorou a autoestima” e “os turistas motivam”, percebemos que o turismo rural, além de gerar renda, também empodera a família rural e provoca mudanças comportamentais.

Diante do exposto, verificamos que os empreendedores percebem seu desenvolvimento social, mais do que seu crescimento econômico. A atividade turística no meio rural pode ser considerada uma forma viável de enfrentamento das adversidades econômicas e sociais vividas nas localidades rurais. Isso corrobora a abordagem do capítulo 2, que trata da temática do turismo rural como estratégia de desenvolvimento regional.

Outro questionamento feito a todos os empreendedores revela o percentual da renda que vem do turismo e o que vem das demais atividades da propriedade. Para tanto, ao longo das entrevistas, foram anotadas todas as fontes de renda descritas pelos empreendedores. Contudo, dois não souberam precisar, uma vez que não fazem o controle contábil.

Por conveniência metodológica, decidimos classificar as atividades dos empreendimentos em seis categorias com o objetivo de facilitar a identificação das principais características de cada um. Adotamos como critério o agrupamento de atividades por setor produtivo. A saber: turismo, agroindústria, comércio, agricultura/criação de animais, serviços e aposentadoria e outras rendas. Dessa forma acreditamos ser possível compreender como se dá a formação de renda entre os integrantes dos roteiros investigados.

Na primeira categoria, foram agrupadas as seguintes fontes de renda: toda a receita obtida com o turista, independente do produto ou serviço oferecido ao mesmo. Na segunda, a receita da comercialização de produtos manufaturados na propriedade. Na terceira, cactos, flores, pedras e uma loja. Na quarta, avestruzes, leite, aves, arroz, gado, fumo e arrendamento. Na quinta, restaurantes e aluguel de espaços/salas para cursos, estudos, formação, encontros, eventos, treinamentos empresariais, jogos e camping. Na sexta, aposentadoria e outras fontes de renda.

A pesquisa conseguiu mensurar a fonte de renda de 92,86% dos empreendimentos entrevistados, conforme quadro 4 – Composição da renda na propriedade, por categoria. Constatamos que 100% deles, numa variação maior ou menor, têm uma ou mais atividades, além do turismo, que compõe a renda total. Entretanto, três dos entrevistados que responderam à questão, afirmam que o turismo não lhes traz nenhuma renda. Sendo assim, 89% dos entrevistados apontam que o turismo é rentável. Dos 25 entrevistados que responderam a pergunta, no entanto, 23 conseguem mensurar a renda obtida com a atividade turística. Constatamos, também, que há grande disparidade na renda advinda do turismo, pois entre os empreendedores a mesma varia de 0 a 80% na composição total.

Já quando comparamos os roteiros entre si, a representatividade da atividade turística na renda do empreendimento varia de 0,5% a 39%. Isso porque, conforme podemos ver no quadro 4, também há disparidade entre os empreendedores dentro de todos os roteiros. Constatamos que a renda da aposentadoria aparece em cinco roteiros, representando 37% do total e varia de 3% a 80%.

Cabe destacar que dentre os empreendimentos pesquisados, 12 podem ser considerados rurais, de acordo com os critérios de Beni (2002), e 16 não são considerados rurais, pois não atendem aos critérios. Alguns do segundo grupo ainda estão localizados em centros urbanos, ou seja, dos 28 empreendedores entrevistados, 43% são efetivamente agricultores familiares. Os outros 57% participantes dos roteiros rurais não são agricultores, sendo que, destes, alguns têm seu estabelecimento em área urbana.

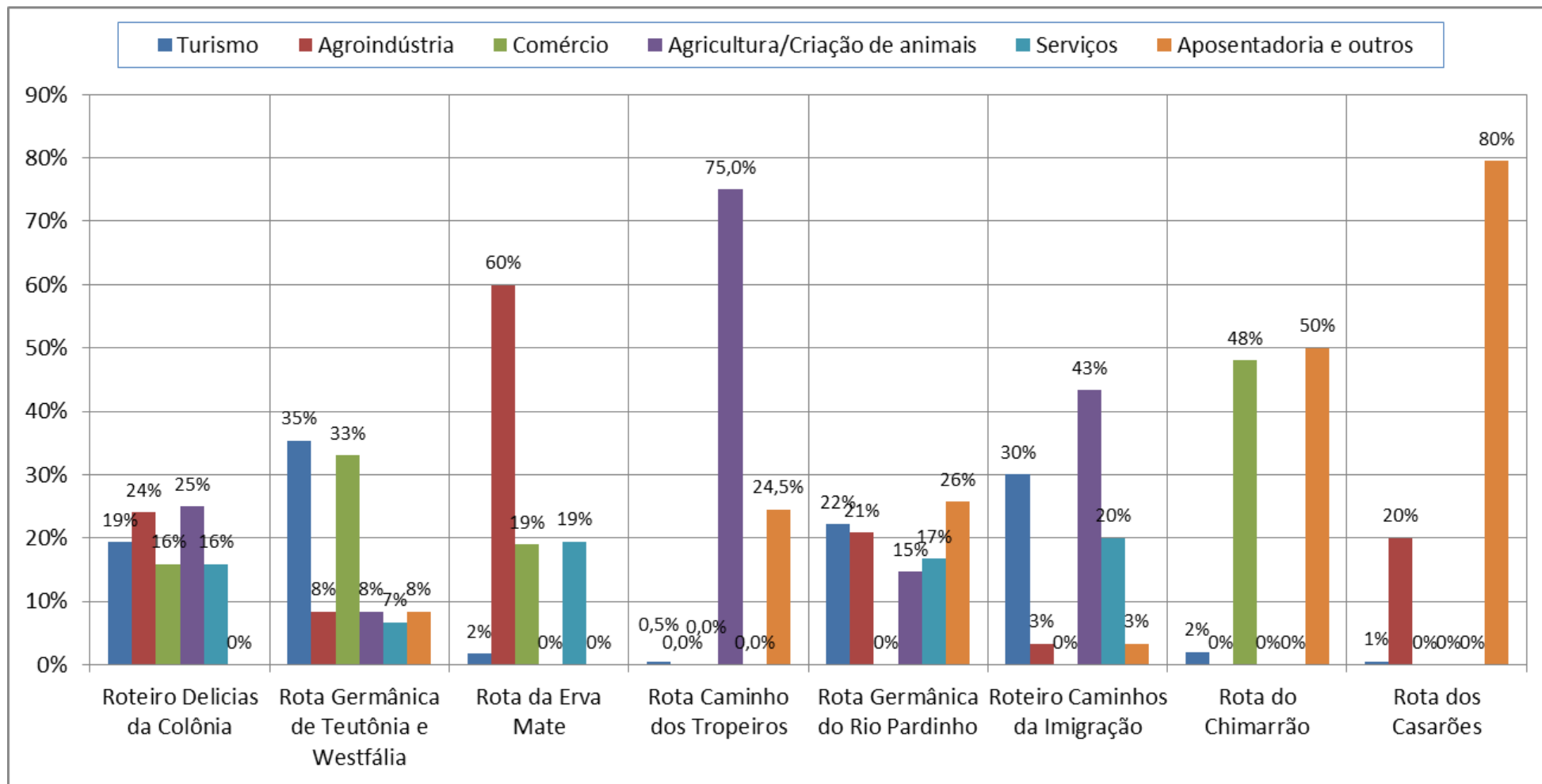
Quadro 4 – Composição da renda na propriedade, por categoria

Roteiro	Questões/ Entrevistado	Turismo	Agroindústria	Comércio	Agricultura/Criação de animais	Serviços	Aposentadoria e outras rendas.
Roteiro Delícias da Colônia	Chocolates Sirley	6%	94%	Chocolate			
	Cactário Horst	5%			95%	Cáctos	
	Recanto do Avestruz	30%				70% Avestruzes	
	Alambique Berwanger	0	20%	Alambique		80% Leite e Aves	
	Mosteiro São Boaventura	5%				95% Cursos, estudo, formação, encontros	
	Assoc. Artesãos de Colinas	70%	30%	Artesanato e Produtos Coloniais			
Rota Germânica de Teutônia e Westfália	Vividiana Pedras	1%			99%	Pedras	
	Engenho Quatro Ventos	25%	25%	Alambique		25% Leite	25% Aposentadoria
	Lagoa da Harmonia	80%	Ingressos e Aluguel de cabanas			20% Restaurante	
Rota da Erva Mate	Ervateira Ximango		100%	Erva Mate			
	Armazém Art	5%			95%	Loja com produtos diversos	
	Agroindústria Pitol	0,5%	99,5%	Nóz pecã			
	Restaurante Biolchi	3%				97% Restaurante	
	Ervateira Quinta do Vale		100%	Erva Mate			
Rota Caminho dos Tropeiros	Museu Rural *						
	Aqueduto	0,5%				75% Arroz e Gado	24,5% Aposentadoria e outros
Rota Germânica do Rio Pardinho	Cucas Grassler	20%				80% Leite e Fumo	
	Mosteiro da Santíssima Trindade *						
	Bastelelhaus: Casa de trabalhos manuais	20%					80% Aposentadoria e outros
	Restaurante Verde Vale	60%				30% Restaurante	10% Aposentadoria
	Arte Haus	2%	26%	Artesanato		8% Arrendamento	64% Aposentadoria e outros
	Agroindústria Pranke	1%	99%	Pães,ucas e bolos			
	Churrascaria Brasa Quente	30%				70% Restaurante	
Roteiro Caminhos da Imigração	Pousada Recanto Linha Nova	20%				20% Gado	60% Eventos, Treinam. Epresas, jogos, camping
	Sítio 7 águas	30%				70% Leite e Fumo	
	Pousada Camponesa	40%	10%	Geléias e ovos		40% Leite	10% Aposentadoria e outros
Rota do Chimarrão	Viveiro de mudas Flor da Terra e Artesanato Idéias Mil	2%	Flores e artesanato		48%	Flores	50% Aposentadoria e outros
Rota dos Casarões	Casarão dos Cella	0,5%	20%	Venda de vinho			79,5% Aposentadoria

* Não controla.

Fonte: ZANCHI, 2012.

Gráfico 1 – Representatividade da atividade no roteiro



Fonte: ZANCHI, 2012.

No gráfico 1, que apresenta a representatividade das atividades no roteiro, percebemos melhor uma grande disparidade entre os roteiros e as atividades. Ao cruzarmos o número total de empreendimentos com as atividades, a fim de identificarmos a representatividade geral de cada atividade, constatamos que o turismo representa 18% da renda total. Quanto aos demais, a agroindústria constitui 23%, o comércio 13%, a agricultura/criação de animais 17%, o serviço 14% e a aposentadoria/outros 12%. Detectamos, assim, que nenhuma atividade se sobressai no comparativo total entre roteiro e atividade.

Tabela 3 – Ocupação dos empreendedores

Atividade	Frequência	Percentual
Turismo + Agroindústria	6	21%
Turismo + Agroindústria + Agricultura/Animais	2	7%
Turismo + Agroindústria + Aposentadoria/outros	3	11%
Turismo + Agroindústria + Agric./Animais + Aposentadoria/outros	3	11%
Turismo + Comércio	3	11%
Turismo + Agricultura/Animais	3	11%
Turismo + Agricultura/Animais + Serviços	1	3,5%
Turismo + Agricultura/Animais + Aposentadoria /outros	1	3,5%
Turismo + Serviços	4	14%
Turismo + Serviços + Aposentadoria	1	3,5%
Turismo + Aposentadoria/outras rendas	1	3,5%
Total	28	100%

Fonte: ZANCHI, 2012.

O número total de empreendedores entrevistados foi 28, sendo que todos mantêm uma ou mais atividades, além do turismo. Deste total, 17 dedicam-se a duas atividades (turismo + uma), ou seja, 61% do total. Outros oito dedicam-se a três atividades (turismo + duas), ou seja, 28% do total. E três dedicam-se a quatro atividades (turismo + três), ou seja, 11% do total, (Tabela 3). Verificamos, assim, que a renda da maioria dos empreendedores é oriunda da combinação de duas atividades. Percebemos que alguns roteiros são mais comerciais que outros, o que também fica evidenciado na Tabela 3 – Ocupação dos empreendedores.

Quanto aos principais entraves para o desenvolvimento do turismo rural relatados pelos empreendedores, foram destacados cinco fatores: pouca divulgação e a falta de infraestrutura, com 10 referências cada; a falta de valorização da

comunidade local e o pouco investimento público, com sete referências e a falta de sinalização com seis referências. Esses cinco principais entraves representam 66% do número total mencionado.

Os presidentes da ATURVARP e AMTURVALES apontam entraves em suas entrevistas, quais sejam: a dependência e a demora na liberação das verbas estaduais, a necessidade de qualificação dos prestadores de serviços que trabalham na área, falta de sinalização, a falta de visão do turismo como possibilidade de desenvolvimento local e regional por parte dos gestores municipais, a falta de qualificação dos empreendedores, a falta de comunicação efetiva entre empreendedor e gestor municipal, a necessidade de contratação, pelas prefeituras, de profissionais qualificados (turismólogos) para desenvolver o turismo.

Verificamos, a partir da comparação entre os entraves relatados pelos empreendedores e os apresentados pelos presidentes da ATURVARP e da AMTURVALES, que a falta de investimento público é considerado o maior obstáculo para o desenvolvimento do turismo na região, e que dele derivam outros entraves.

Portanto, ficou evidenciado na pesquisa que, apesar das dificuldades enfrentadas, os empreendedores acreditam no potencial de geração de renda dos roteiros de turismo rural. Também, que os presidentes das associações de turismo de ambos os vales seguirão trabalhando para o sucesso dos roteiros e, conseqüentemente, do desenvolvimento regional.

Com vistas a alcançar o terceiro objetivo – analisar o processo de territorialização dos roteiros de turismo rural na região dos vales –, nos apropriamos dos conceitos de Barretto (2001) e Beni (2002), que classificam o turismo a partir de fatores geográficos e/ou por segmento, a saber: turismo de litoral, rural, de montanha, urbano, ou as combinações destes (BARRETTO, 2001, p. 22). Já “o turismo cultural, como elemento de atração das regiões turísticas, produz expressões e atividades que servem de motivadores aos turistas” (BENI, 2002, p. 274). Sendo algumas delas:

[...] artesanato, idioma, tradição, gastronomia, arte e música [...], história da região (incluindo monumentos, edifícios e patrimônios cultural e artesanal), [...], arquitetura que confere a uma área aparência peculiar, religião com suas manifestações habituais, [...], vestimentas: trajes típicos e atividades diferentes ou excitantes de lazer (BENI, 2002, p. 274).

Dentre os roteiros foram catalogados atrativos histórico-culturais, que são,

manifestações sustentadas por elementos materiais que se apresentam sob a forma de bens imóveis ou móveis. Para os bens imóveis deverão ser

considerados apenas aqueles ditos fixos, entendendo-se por bens móveis fixos aqueles pertencentes ou não a coleções ou acervos, que estejam em exposições permanentes no mesmo local (BENI, 2002, p. 302).

De acordo com a classificação utilizada por Beni (2002), identificamos, nos roteiros analisados, atrativos naturais, históricos, culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados.

O processo de ordenamento dos roteiros no território está identificado no mapa 2, COREDE do Vale do Rio Pardo e no mapa 3, COREDE do Vale do Taquari, nos quais também estão identificados os municípios de abrangência dos oito roteiros de turismo rural analisados nesta pesquisa.

Percebemos no mapa 2 a proximidade dos roteiros e, conseqüentemente, dos municípios. Também podemos observar que os municípios da parte sul não contam com nenhum roteiro. Já no mapa 3, verificamos a proximidade de dois roteiros, e um terceiro um pouco mais afastado. De maneira geral, entretanto, pode-se afirmar que a proximidade dos roteiros possibilita ao turista percorrer mais de um no mesmo final de semana, uma vez que alguns podem ser visitados em um dia.

Outro fator relevante evidenciado nos mapas 2 e 3 diz respeito à malha rodoviária principal, que corta os vales de norte a sul, e de leste a oeste. Uma vez que todos os roteiros iniciam ou terminam, cruzam ou estão muito próximos a uma rodovia pavimentada, há uma facilidade de acesso que permite ao turista visitar um ou mais atrativos durante um deslocamento usual do dia a dia ou de final de semana, durante uma visita a familiares ou amigos, ou com outra motivação.

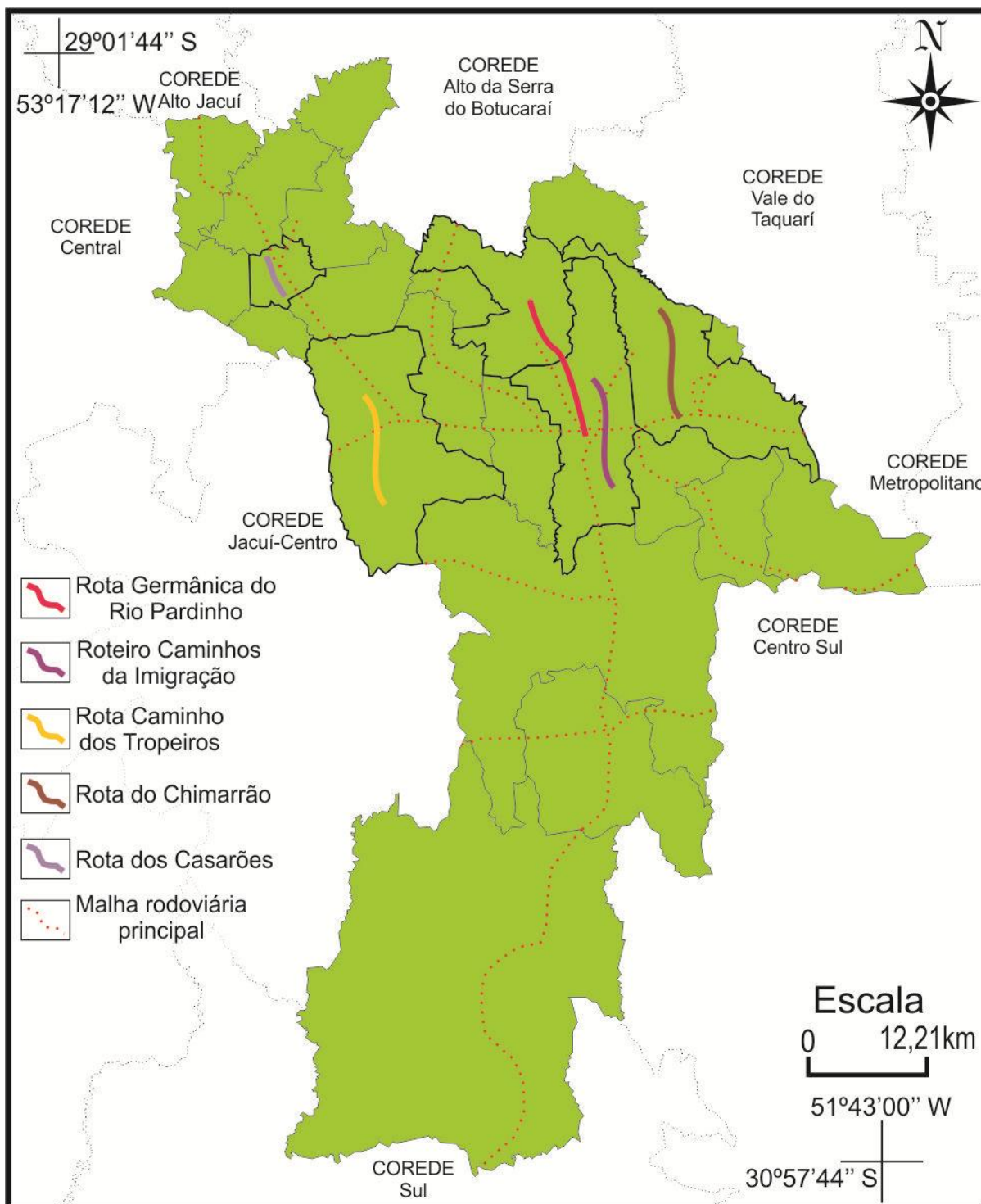
Ao observarmos o mapa 2 com maior atenção, descobrimos que três dos cinco roteiros do Vale do Rio Pardo estão localizados próximos à divisa com o Vale do Taquari.

Quando observamos o mapa 3, percebemos que o mesmo ocorre com dois dos três roteiros, o que ratifica a justificativa apresentada para a delimitação da área de pesquisa.

Ainda considerando os diversos tipos de turismo apresentados por Barretto (2001, p.17-24), podemos dizer que os roteiros de turismo rural nos Vales do Rio Pardo e Taquari são, por sua natureza, receptivos e, conforme a nacionalidade do turista, recebem tanto visitantes nacionais quanto estrangeiros. Já de acordo com o volume, os roteiros dos Vales podem ser considerados de minoria, pois sua maioria

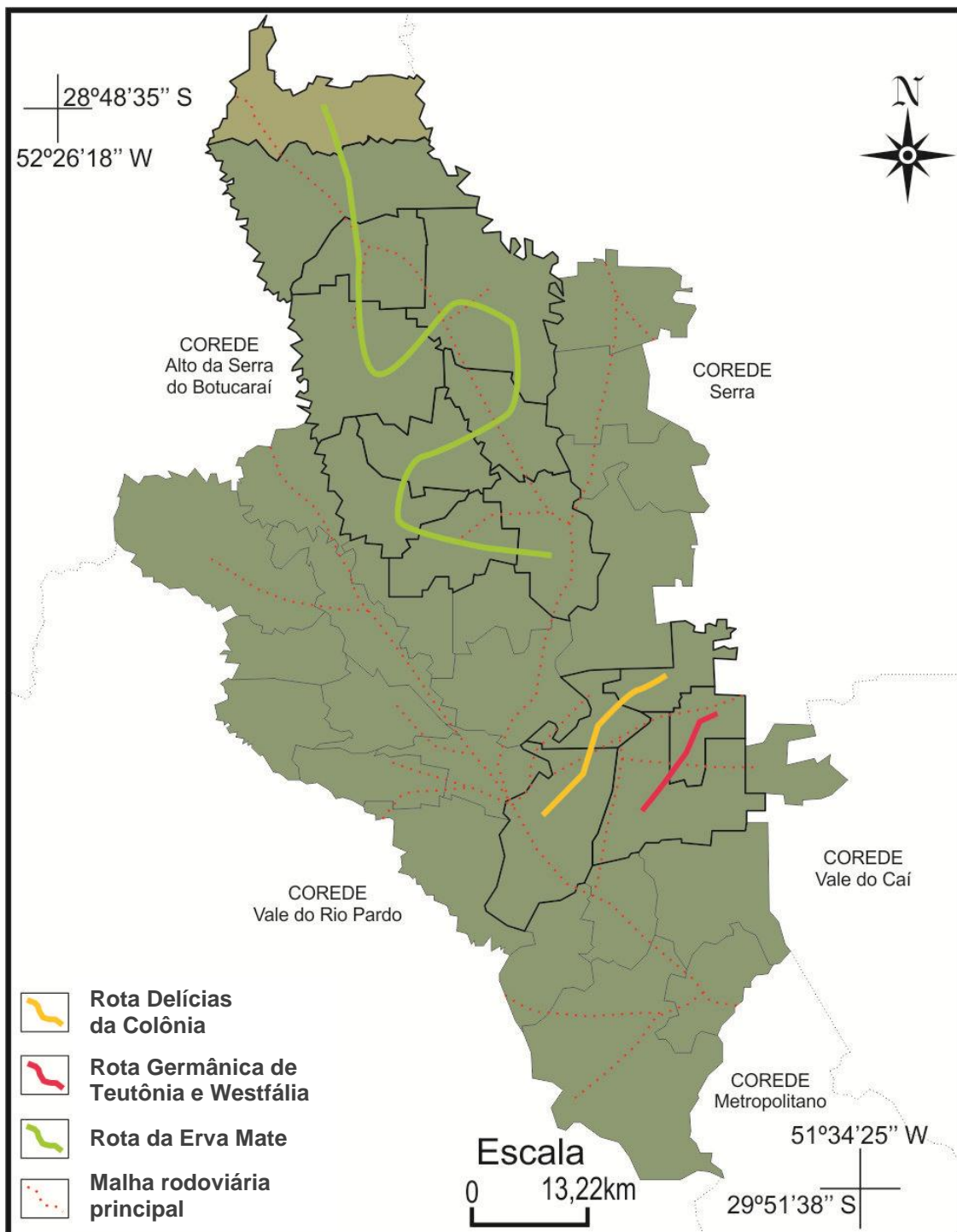
é formada por empreendimentos de pequeno porte. De acordo com as características de autonomia, os roteiros da região podem ser considerados livres e/ou dirigidos, isso porque cada roteiro tem sua particularidade.

Mapa 2 – COREDE Vale do Rio Pardo e ilustração das Rotas analisadas na região



Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, adaptado por OLIVEIRA E ZANCHI, 2012.

Mapa 3 – COREDE Vale do Taquari e ilustração das Rotas analisadas na região



Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, adaptado por OLIVEIRA E ZANCHI, 2012.

No que diz respeito à duração, têm características excursionistas e de fim de semana. Conforme o tipo de alojamento, ambos dispõem de rede hoteleira e extra hoteleira. Quanto ao objetivo e motivação, os roteiros mesclam descanso, lazer, gastronomia e cultura. Pelo modo de viajar, o turista pode acessá-los coletivamente

ou individualmente, o que também varia de acordo com o roteiro. O meio de transporte é essencialmente rodoviário. E pelo âmbito geográfico, os roteiros integrantes deste estudo são rurais.

Conforme Cristóvão (2002), quando falamos dos recursos do turismo rural,

[...] falamos de um amplo espectro de elementos, que inclui antigos, atuais e novos produtos agrícolas e agroindustriais (alimentares e não alimentares), paisagem, fauna e flora, rios e albufeiras, montanhas e vales, caça e pesca, rochas e minerais, água minero-medicinais, patrimônio arqueológico e histórico, arquitetura popular, tradições culturais, artesanato, gastronomia, linhas férreas, solares e casas rurais, miradouros, parques e reservas naturais, feiras, festas e romarias, música, teatro e poesia popular (CRISTÓVÃO, 2002, p. 82).

Percebemos que o turismo rural na região dos vales apresenta alguns dos elementos apresentados por Cristóvão (2002), dentre eles a predominância de produtos agrícolas e agroindustriais (antigos, atuais e novos), alimentares e não alimentares, paisagem, rios, montanhas e vales, pesca, patrimônio histórico, tradições culturais, artesanato, gastronomia, casas rurais e feiras.

No capítulo 4, analisamos os dados históricos, socioeconômicos, culturais, em nível estadual e regional. Nessa parte vamos aprofundar o olhar e analisar os municípios abordados na pesquisa.

Cabe lembrar que a região do Vale do Rio Pardo, pelos critérios dos COREDEs, é formada por 23 municípios. Contudo, apenas cinco participam de um dos roteiros pesquisados. Assim, no quadro 5 caracterizamos apenas estes cinco municípios. Nele estão os dados de população, área geográfica, densidade demográfica, taxa de analfabetismo, expectativa de vida ao nascer, coeficiente de mortalidade infantil, data da criação e município de origem dos municípios que integram um roteiro de turismo rural na Região do Vale do Rio Pardo.

Quadro 5 – Dados por município do Vale do Rio Pardo

Nome	Candelária
População Total (2011)	30.225 habitantes
Área (2011)	943,7 km ²
Densidade Demográfica (2011)	32,0 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	9,50%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	71,71 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	2,97 por mil nascidos vivos
Data de criação:	7/7/1925 (Decreto nº. 3495)
Município de origem:	Rio Pardo
Nome	Santa Cruz do Sul
População Total (2011)	119.057 habitantes
Área (2011)	733,5 km ²
Densidade Demográfica (2011)	162,3 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	3,37%

Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	69,68 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	3,46 por mil nascidos vivos
Data de criação:	31/03/1877 (Lei nº. 1079)
Município de origem:	Rio Pardo
Nome	Sinimbu
População Total (2011)	10.065 habitantes
Área (2011)	510,1 km ²
Densidade Demográfica (2011)	19,7 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	8,01%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	72,35 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	20/3/1992 (Lei nº. 9614)
Município de origem:	Santa Cruz do Sul
Nome	Sobradinho
População Total (2011)	14.326 habitantes
Área (2011)	130,4 km ²
Densidade Demográfica (2011)	109,9 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	6,62%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	68,51 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	12,74 por mil nascidos vivos
Data de criação:	3/12/1927 (Decreto nº. 3924)
Município de origem:	Soledade
Nome	Venâncio Aires
População Total (2011)	66.230 habitantes
Área (2011)	773,2 km ²
Densidade Demográfica (2011)	85,7 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	4,60%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	72,35 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	16,26 por mil nascidos vivos
Data de criação:	30/04/1891 (Lei nº. 371)
Município de origem:	General Câmara

Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística, 2012.

Já a região do Vale do Taquari, pelos critérios dos COREDEs, é formada por 36 municípios. Destes, 20 participam de um dos roteiros deste estudo, caracterizados no quadro 6. No qual, estão os dados de população, área geográfica, densidade demográfica, taxa de analfabetismo, expectativa de vida ao nascer, coeficiente de mortalidade infantil, data da criação e município de origem dos municípios que integram um roteiro de turismo rural na Região do Vale do Taquari.

Quadro 6 – Dados por município do Vale do Taquari

Nome	Anta Gorda
População Total (2011)	6.059 habitantes
Área (2011)	243,0 km ²
Densidade Demográfica (2011)	24,9 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	5,62%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	73,84 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	24,39 por mil nascidos vivos
Data de criação:	26/12/1963 (Lei nº. 4686)
Município de origem:	Encantado
Nome	Arvorezinha
População Total (2011)	10.236 habitantes
Área (2011)	271,6 km ²
Densidade Demográfica (2011)	37,7 hab/km ²

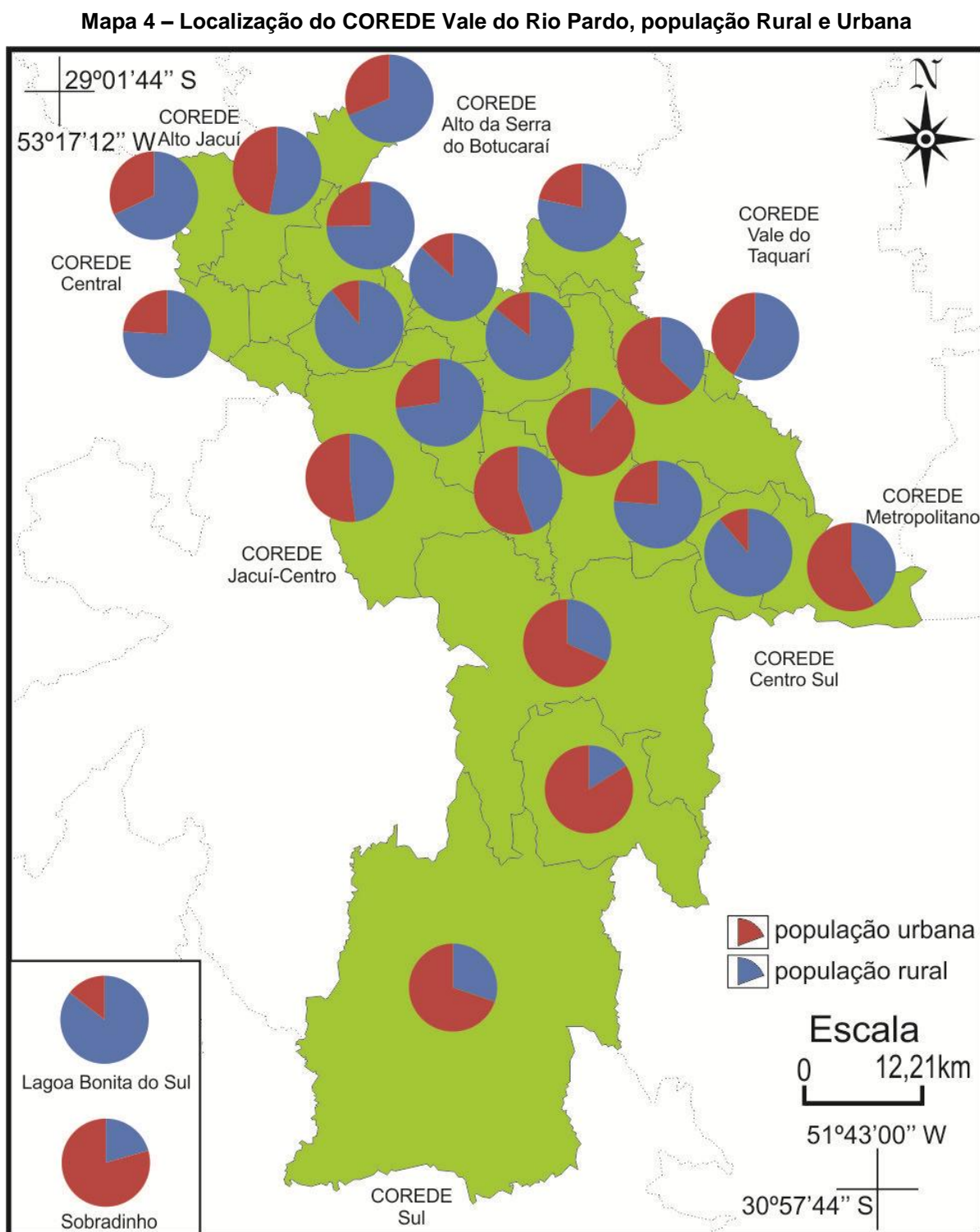
Taxa de analfabetismo (2010)	8,27%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	73,84 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	8,26 por mil nascidos vivos
Data de criação:	16/2/1959 (Lei nº. 3717)
Município de origem:	Encantado e Soledade
Nome	Colinas
População Total (2011)	2.412 habitantes
Área (2011)	58,4 km ²
Densidade Demográfica (2011)	41,3 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	2,91%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	75,56 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	20/3/1992 (Lei nº. 9562)
Município de origem:	Estrela e Roca Sales
Nome	Coqueiro Baixo
População Total (2011)	1.518 habitantes
Área (2011)	112,3 km ²
Densidade Demográfica (2011)	13,5 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	7,06%
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	16/4/1996 (Lei nº. 10765)
Município de origem:	Nova Bréscia e Relvado
Nome	Doutor Ricardo
População Total (2011)	2.024 habitantes
Área (2011)	108,4 km ²
Densidade Demográfica (2011)	18,7 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	7,19%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	74,31 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	28/12/1995 (Lei nº. 10639)
Município de origem:	Encantado e Anta Gorda
Nome	Encantado
População Total (2011)	20.610 habitantes
Área (2011)	139,2 km ²
Densidade Demográfica (2011)	148,1 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	3,26%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	74,69 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	18,78 por mil nascidos vivos
Data de criação:	31/3/1915 (Decreto nº. 2133)
Município de origem:	Lajeado e Soledade
Nome	Estrela
População Total (2011)	30.798 habitantes
Área (2011)	184,2 km ²
Densidade Demográfica (2011)	167,2 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	2,47%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	73,98 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	2,65 por mil nascidos vivos
Data de criação:	20/05/1876 (Lei nº. 1044)
Município de origem:	Taquari
Nome	Ilópolis
População Total (2011)	4.098 habitantes
Área (2011)	116,5 km ²
Densidade Demográfica (2011)	35,2 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	6,79%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	72,69 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	26/12/1963 (Lei nº. 4687)
Município de origem:	Encantado
Nome	Imigrante
População Total (2011)	3.018 habitantes
Área (2011)	73,4 km ²
Densidade Demográfica (2011)	41,1 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	1,32%

Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	75,56 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	9/5/1988 (Lei nº. 8605)
Município de origem:	Estrela e Garibaldi
Nome	Nova Bréscia
População Total (2011)	3.182 habitantes
Área (2011)	102,2 km ²
Densidade Demográfica (2011)	31,1 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	3,75%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	75,56 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	28/12/1964 (Lei nº. 4903)
Município de origem:	Arroio do Meio e Encantado
Nome	Putinga
População Total (2011)	4.121 habitantes
Área (2011)	219,9 km ²
Densidade Demográfica (2011)	18,7 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	8,80%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	73,84 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	26/12/1963 (Lei nº. 4689)
Município de origem:	Encantado
Nome	Relvado
População Total (2011)	2.143 habitantes
Área (2011)	108,5 km ²
Densidade Demográfica (2011)	19,7 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	4,70%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	70,26 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	9/5/1988 (Lei nº. 8604)
Município de origem:	Encantado
Nome	Teutônia
População Total (2011)	27.578 habitantes
Área (2011)	179,2 km ²
Densidade Demográfica (2011)	153,9 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	2,00%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	72,06 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	2,92 por mil nascidos vivos
Data de criação:	5/10/1981 (Lei nº. 7542)
Município de origem:	Estrela
Nome	Westfalia
População Total (2011)	2.800 habitantes
Área (2011)	63,7 km ²
Densidade Demográfica (2011)	44,0 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	1,95%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	N/C
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	0,00 por mil nascidos vivos
Data de criação:	16/4/1996 (Lei nº. 10754)
Município de origem:	Teutônia e Imigrante
Nome	Itapuca *
População Total (2011)	2.333 habitantes
Área (2011)	184,2 km ²
Densidade Demográfica (2011)	12,7 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010)	9,13%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)	68,73 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)	52,63 por mil nascidos vivos
Data de criação:	20/3/1992 (Lei nº. 9580)
Município de origem:	Arvorezinha

Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística, 2012.

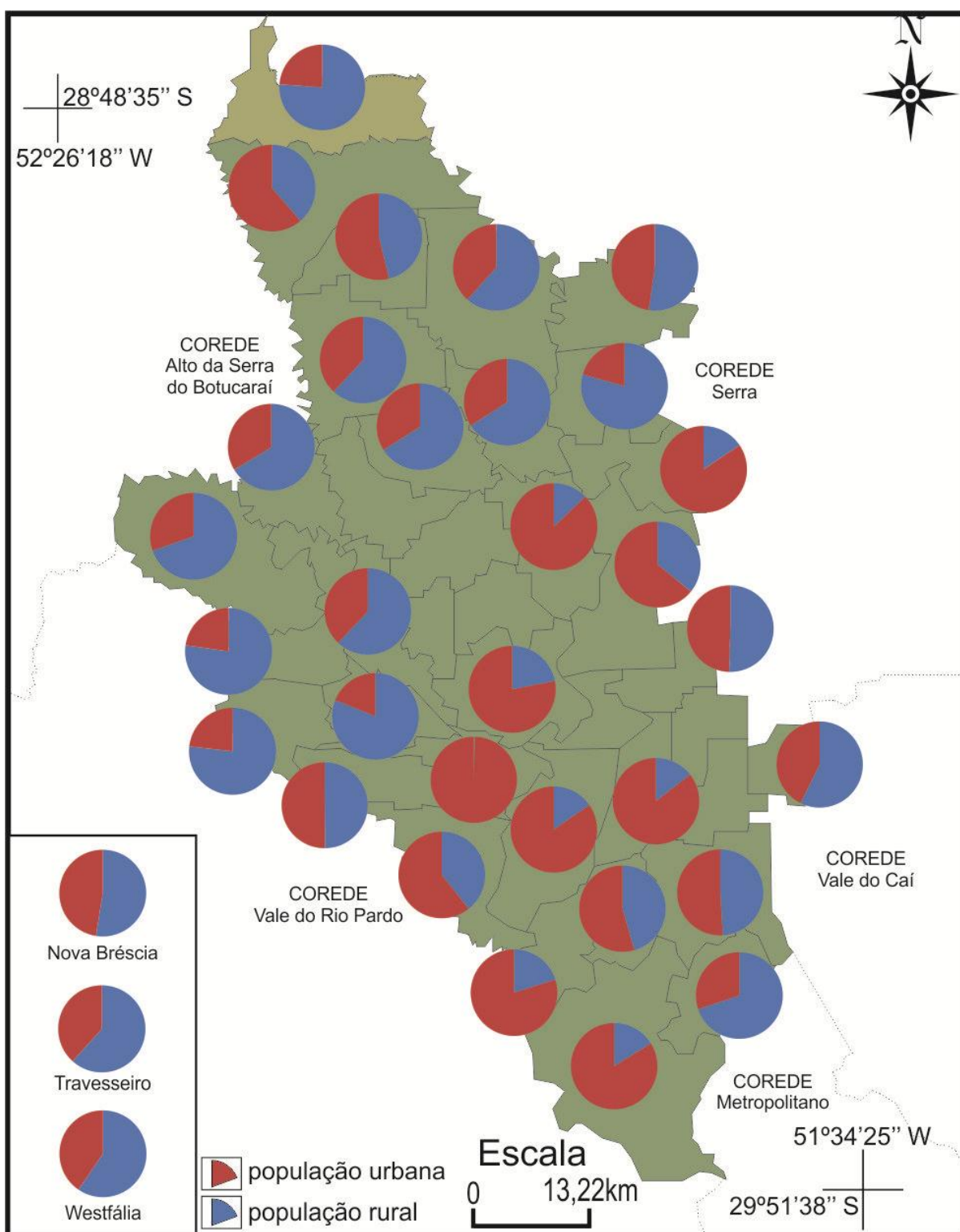
*Este município pertence ao COREDE Alto da Serra do Botucaraí, porém é integrante da Rota da Erva Mate.

Ao fazermos uma análise detalhada dos municípios e das regiões enfocadas no estudo, percebemos que ambas contam com um município polo que presta diversos serviços aos demais.



Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, adaptado por OLIVEIRA E ZANCHI, 2012.

Mapa 5 – Localização do COREDE do Vale do Taquari, população Rural e Urbana



Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, adaptado por OLIVEIRA E ZANCHI, 2012.

O mesmo modelo se repete em nível municipal, onde temos um aglomerado urbano, que presta serviços ao meio rural, concentrando os fluxos de informação, recursos e produtos.

As características históricas e culturais que forjaram esses vales ainda estão presentes nas pequenas propriedades rurais que, conforme os mapas 4 e 5, predominam em 36 dos 60 municípios que formam a região, ou seja, 60% dos municípios são mais rurais que urbanos. Cabe lembrar que o município de Itapuca foi incluído na pesquisa porque é integrante da Rota da Erva Mate.

A região do Vale do Rio Pardo reúne 23 municípios, sendo que, do total, apenas nove possuem população urbana superior à população rural, ou seja, 61% dos habitantes residem em municípios mais rurais que urbanos. A proporção no vale do Taquari é semelhante, com 59% dos municípios tendo mais moradores na área rural do que na urbana.

Percebemos, pela base econômica da região, que gira em torno de cooperativas, de indústrias alimentícias e de beneficiamento do tabaco, do comércio de eletrodomésticos, vestuário e material de construção, uma forte ligação entre o rural e o urbano. Uma vez que ambos os vales contam com uma cidade polo, a qual presta serviços às demais, ou seja, os moradores dos outros municípios se deslocam mensalmente para Lajedo e Santa Cruz do Sul, para diversos fins, dentre eles, consultas médicas, aquisição de bens de consumo, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se insere no debate do desenvolvimento regional, tendo como questão norteadora compreender o papel da implementação de roteiros de turismo rural na dinamização da atividade turística na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari. Para identificar e caracterizar as possíveis contribuições, foi preciso mapear o processo de implantação e caracterização dos roteiros, buscando verificar o seu potencial de geração de renda e de promoção de qualidade de vida no meio rural da região.

No decorrer da pesquisa de campo, além das similitudes, observamos contrastes e informações não imaginadas antes, o que contribuiu para as reflexões finais. Entre os aspectos percebidos estão um período de estagnação em quatro dos seis roteiros com mais de dez anos de existência, os quais passaram por um processo de reestruturação antes de serem relançados. Outro aspecto constatado no decorrer da pesquisa foi o fato de que, ao seguirmos os critérios de Beni (2002), quanto às características necessárias para um empreendimento ser considerado rural, concluímos que 57% dos entrevistados não são rurais, ou seja, apenas 43% são efetivamente agricultores familiares.

Na realização deste estudo buscamos, no primeiro objetivo específico, caracterizar o processo de constituição dos roteiros, tendo em vista as características históricas, socioeconômicas e culturais do estado e da região dos Vales. Obtivemos uma amostra que caracterizou os roteiros, em sua maioria (75%), com mais de dez anos e (25%), com menos de cinco anos de implementação. Esses oito roteiros contam com 142 atrativos e movimentam 20 dos 60 municípios abrangidos pela pesquisa, ou seja, 33% dos municípios da região.

No que se refere à trajetória, percebemos nos depoimentos um consenso relativo ao fato de que se trata de um processo lento, no qual os resultados demoram a aparecer. Também ficou evidenciado que os roteiros são influenciados, diretamente, pelo perfil político das prefeituras, que varia de acordo com cada gestor público, como destaca o entrevistado 18 – “o interesse da prefeitura flutua muito”, uma vez que contam com verbas públicas para melhorias na infraestrutura de acesso aos empreendimentos, para divulgação, sinalização, entre outros.

No que tange ao segundo objetivo específico, investigar a potencialidade de geração de renda a partir da atividade turística entre os participantes dos roteiros, e

considerando que conseguimos mensurar a fonte de renda em 92,86% dos casos, concluímos que o turismo é rentável para a grande maioria (89%). O que comprova a relação direta positiva entre o turismo rural e o aumento da renda dos empreendedores.

Classificamos a amostra em seis categorias funcionais, com as quais foi possível identificar as principais fontes de renda dos empreendedores. Assim, após cruzarmos o número total de empreendimentos com as atividades, concluímos que o turismo representa, em média, 18% da renda total dos empreendedores participantes dos roteiros. Essa representatividade ocorre porque o turismo, em nenhum dos empreendimentos, é a única fonte de renda, ou seja, a renda destes é uma combinação de duas ou mais atividades.

Nesse sentido, a diversificação de atividades na propriedade rural vem sendo usada como aposta para o aumento da renda dos empreendedores participantes dos roteiros. Esse acréscimo pode ser visualizado por meio de estudos feitos até o momento, os quais apontam que a diversificação das propriedades na região dos Vales tem trazido retorno a médio e longo prazo.

Além do incremento da renda, a atividade turística traz oportunidades de trocas culturais e sociais advindas do contato com os turistas.

Sendo assim, a diversificação é aqui entendida como estratégia de Desenvolvimento Regional. Essa estratégia é utilizada nas pequenas propriedades que têm como base o trabalho da família, sendo que estas, à medida que diversificam suas possibilidades de renda, elevam seus ganhos e adquirem maior estabilidade econômica e financeira, além de viabilizar uma melhor qualidade de vida.

Ainda identificamos e classificamos os maiores entraves destacados pelos empreendedores, os quais foram reafirmados pelos presidentes da ATURVARP e da MTURVALES. Nesse caso, em primeiro lugar, o pouco investimento público é considerado o maior obstáculo enfrentado pelo turismo e, em segundo lugar, a falta de sinalização, o que caracteriza a forte dependência dos roteiros das verbas públicas.

No entanto, dentre os entraves apontados pelos empreendedores há outro que se destaca, posto que não necessita de dispêndio financeiro por parte dos empreendimentos ou do poder público, trata-se da **falta de valorização pela comunidade local**. Essa indignação por parte dos empreendedores foi diretamente

manifestada por sete entrevistados, contudo, percebemos o mesmo na fala da grande maioria. Corroborando a questão evidenciada pela pesquisa, Boisier (1998) ressalta que o desenvolvimento apresenta um sério entrave, a falta de integração interna.

A pesquisa evidenciou algumas particularidades, tais como, a disparidade de informação entre os empreendedores envolvidos nas atividades de turismo rural, que aparece na falta de informações e/ou conhecimentos a respeito dessa atividade, enquanto que outros integram ativamente os roteiros, participando ainda de cursos, reuniões e feiras. Os primeiros não têm claro o que é turismo rural e por isso não compreendem a ausência de turistas, pois idealizam que o fluxo deveria ser igual ao de outros roteiros consolidados, com infraestrutura superior, como os da serra Gaúcha.

Apesar disso, percebemos que o turismo rural pode se desenvolver como uma atividade de transformação social e melhoria da qualidade de vida, o que ficou evidenciado no discurso dos empreendedores, uma vez que 100% responderam que as mudanças advindas da implementação do turismo em seus empreendimentos são positivas. Quando questionados sobre quais mudanças a atividade trouxe, responderam, “Os turistas motivam” (empreendedor 6), e “O turismo trouxe a questão de abrir a mente” (empreendedor 7), ou “Melhora a auto estima” (empreendedor 15), e ainda “Uniu a família” (empreendedor 19).

Percebemos, ainda, que o turismo tem contribuído para a manutenção das estruturas locais – tradições, costumes, artesanato, entre outros, uma vez que o poder público destina verbas para restaurações, além dos próprios empreendedores preservarem suas propriedades, moradias, métodos de produção de seus antepassados, entre outros. O turismo rural, para alguns, tornou-se o meio de se manter no meio rural após a aposentadoria.

O terceiro objetivo específico, analisar o processo de territorialização dos roteiros de turismo rural na região dos vales, permitiu identificar a proximidade dos roteiros no território, o que possibilita ao turista percorrer mais de um no mesmo final de semana, uma vez que, com exceção da Rota da Erva Mate, os roteiros podem ser visitados em um dia. Outro ponto relevante é que todos os roteiros iniciam ou terminam, cruzam ou estão muito próximos da malha rodoviária que liga os vales, o que indica que são acessíveis.

Outro fator de destaque é que a predominância dos municípios que integram os roteiros é rural, o equivalente a 60% do total. As características históricas e culturais que moldaram esses vales ainda se encontram presentes nas pequenas propriedades rurais. Os dados socioeconômicos destacam a predominância de produtos agrícolas e agroindustriais, alimentares e não alimentares. As características naturais revelam uma paisagem composta por rios, montanhas e vales.

Ambos os vales detêm municípios considerados polos em sua região. A região do Vale do Rio Pardo conta com o município polo de Santa Cruz do Sul, enquanto que a região do Vale do Taquari conta com o município de Lajeado.

Por outro lado, a falta de organização dos empreendedores, verificada no gerenciamento do empreendimento, no que tange à falta de controle financeiro, aparece nos discursos dos entrevistados. Ao questionar sobre quanto ganhavam e quanto ganham atualmente e como se compõe a renda da propriedade, respostas como “A gente não faz contabilidade” (empreendedor 15), ou “Nós não fazemos esta conta” (empreendedor 18), demonstram que o descontrole tem sido usado como subterfúgio para sustentar um contexto de incerteza quanto ao futuro do turismo.

As afirmações de alguns empreendedores apontam que os roteiros precisam de mais atrativos e empreendimentos para trazer mais turistas. Eles percebem como impacto negativo algumas deficiências em termos de agências receptoras, infraestrutura (estrada, acesso às propriedades) e a falta de sinalização. Ressaltam que falta conhecimento a respeito do que é turismo rural, tanto entre os empreendedores quanto nos órgãos governamentais. Como exemplo podemos citar que três dos oito roteiros de turismo rural investigados não estão assim classificados no site da SETUR, apenas na ATURVARP e na AMTURVALES.

Alguns empreendedores reclamam da falta de informação, outros citam como problema o descaso de empreendedores em participar das reuniões do roteiro e da associação de turismo da região.

Cabe ressaltar que, das entrevistas realizadas, 65% foram respondidas por mulheres, o que expressa a importância da participação das mulheres nessa atividade.

Ao examinar a literatura relacionada ao objeto do estudo, percebemos um consenso em torno do fato de que o turismo apresenta vantagens tais como: preservação de patrimônio histórico, cultural, natural e social. Tais características

foram encontradas nos roteiros de turismo rural analisados, onde constatamos a preservação da identidade local e a existência de empreendimentos nos quais a atividade se revelou uma alternativa de trabalho e renda.

Verificamos que esse nova atividade, que desponta no meio rural estudado, tem modificado a paisagem e estabelecido novas relações e significações sociais nesse espaço. Assim, o turismo tem se desenvolvido no território pesquisado como fonte importante de renda e de reorganização social. Isso ocorre porque as famílias rurais não querem ficar à margem da sociedade moderna e, para tanto, buscam formas alternativas de geração de renda. Essa atividade, apesar de ser considerada pelos empreendedores como um desafio, revelou-se altamente gratificante.

Percebemos que o turismo não se realizaria com a mesma frequência e intensidade se não existissem os roteiros. Alguns dos empreendimentos não teriam tanto destaque, caso não participassem de algum dos roteiros analisados, bem como, não teriam a visibilidade por meio da qual atraem turistas que buscam uma nova alternativa de lazer.

Por fim, destacamos que, levando em consideração que a realidade não é estanque, ao contrário, está em constante transformação, o tema da presente pesquisa não se esgotou. Uma nova agenda de pesquisa sobre o assunto merece ser elaborada a fim de que se aprofundem os estudos acerca do tema.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ACERENZA, Miguél Ángel. **Promoção Turística: um enfoque metodológico**. Tradução, Ângela M. M. do Espírito Santo, et al. São Paulo : Pioneira, 1991.

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. In: **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, RS, 2008.

ALLEBRANDT, S. L. Coredes e Comunes: uma nova experiência de planejamento do desenvolvimento local/regional no Rio Grande do Sul, Brasil? In: **XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Ciudad de Guatemala, 7-10 Nov. 2006.

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. Apresentação. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, CCR, 1998.

_____. (Org.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUCS, 2000.

ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO Zander. (Org.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 1998

ALVES, Heberton F. I. Turismo, identidade e valorização da produção local. In: **Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. e COSTA, M. R. C. Pluriatividade e Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar. In: **XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2006, Fortaleza.

ANTUNES, Rogéria. Desenvolvimento turístico: um olhar sobre as comunidades receptoras. In: RUSCHMANN, Doris van de M. e SOLHA, Karina Toledo. (Org.). **Planejamento turístico**. Barueri/ SP, Manole, 2006.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/>> Acesso em: ago. 2011.

BALDERRAMAS, Helerson de Almeida. Apresentação. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** (Org.). Bauru – SP, EDUSC, 2000.

BARRETTO, Margarida. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas.** Campinas, SP: Papyrus, 2007.

_____. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BECKER, Dinizar F. Os limites desafiadores do planejamento. **REDES**, Santa Cruz do Sul: v.3, n.2, p. 87-105. Dez. 1998.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira.** 3. ed., ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2011.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006.

_____. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI.** Tradução: Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BEROLDT, L.; SOUZA, O. T. de; AGUIAR, M. D. S. de e FILIPPI, E. E. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento rural em uma região de agricultura familiar modernizada: o caso do Vale do Taquari. In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P. e MALUF, R. S. (ORG). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BLOS, Wladimir. **O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural.** In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru – SP, EDUSC, 2000.

BOISIER, Sergio. ¿Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 9-42, jan./abr. 2003.

_____. *Post-scriptum* sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. Tradução: Isabel Villa-Lobos Telles Ribeiro. **Planejamento e Políticas Públicas**, LOCAL, n. 19, p. 307-343, jun. 1999.

_____. Teorías y metéforas sobre desarrollo territorial. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, Valdivia – Chile, n. 2, p. 5-18, mar./ago. 1998.

_____. Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13 (1996). Disponível em: <<http://189.21.130.9/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico.** Bauru: Edusc, 2002.

_____. **Los municipios turísticos**. México: Trilhas, 1990.

BRAMBATTI, LUIZ E. Roteiros de Turismo e Patrimônio Histórico. In: BRAMBATTI, LUIZ E. (org.) **Roteiros de Turismo e Patrimônio Histórico**. Porto Alegre, EST Edições, 2002.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda de desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Integração. **No Projeto: Diretrizes para formulação de políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território Brasileiro – CEDEPLAR**, 2005. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/ExperienciaEuropeiaIIICA5aparcela.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural – Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: ago. 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo**. Coordenação Geral de Regionalização. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007.

BROSE, Markus. Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão. In: ETGES, Virginia E. **Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2001.

CALCANHOTTO, F. A.; CASTRO, C. Y. e ROSA, C. C. da. Empreendedorismo no Turismo Rural: estudo de caso da agroindústria familiar Pranke, município de Sinimbu/RS. In: **VII Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, 2010.

CAMPANHOLA, Clayrton e SILVA, José Graziano da. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru – SP, EDUSC, 2000.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, Virginia E. **Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2001.

CARMO, Evanice Silva do. O espaço do fenômeno turismo no contexto atual. In: RUSCHMANN, D. V. de M. e SOLHA, K. T. (Org.) **Planejamento Turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

CAVACO, C. Turismo Rural e Desenvolvimento Local. In: CAVACO, C. (coord.) **As Regiões de Fronteira, Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, p. 351-401, 1995.

CAZELLA, A. A., BONNAL, P. e MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre o território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P. e MALUF, R. S. (ORG). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COLLISCHONN, Erica. O espaço natural na região do Vale do Rio Pardo – algumas considerações. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

COOPER, Chris, et al. Tradução: Roberto Cataldo Costa. **Turismo: princípios e práticas**. 2.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A tradição Geográfica. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, Silvio M. de S. A escrita da história local a partir de algumas tendências historiográficas. In: CORREA, Silvio M. de S. e ETGES, Virgínia E. (Org.). **Território & População: 150 anos de Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

CRISTÓVÃO, Artur. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, Mário, ALMEIDA, Joaquim A., Viana, Andyara L. B. (Org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

_____. Ambiente e Desenvolvimento de Áreas Rurais Marginais. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, Vol. 1, Jan/Mar., p. 46-55, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DESLANDES, Suely F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato social. In: MINAYO, M. C. de Souza. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DURTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

ELESBÃO, Ivo. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho – SC. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUCS, 2000.

EMBRATUR. **Turismo-Visão e Ação** (Glossário), ano 2 – n.4 – p. 09-30 – fev.2000.

ETGES, Virginia E. Turismo rural: uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades locais. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ETGES, Virginia E. O lazer no contexto das múltiplas dimensões do desenvolvimento regional. In: MÜLLER, Ademir.; COSTA, Lamartine P. da. (Orgs). **Lazer e desenvolvimento regional**. EDUNISC, 2002.

_____. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p. 47-55. set./dez. 2005.

_____; FERREIRA, Marcos A. F. (orgs.) **Produção do tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2006. 248 p.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Economia. Agricultura. Milho. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

FEGER, José Elmar. **Regionalização do turismo na área de influência dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC)**. 2010. 165 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul.

FELIPPI, Angela. **Processos de construção de identidades regionais**. Notas de Aula, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, RS, 3º trimestre, 2011.

FERRI, Genuíno. Rio Taquari-Antas – influência no povoamento e colonização. In: **Anais do I e II Simpósios “Raízes do Vale” 1997 – 1998**. O resgate de raízes históricas e culturais dos municípios do Vale do Taquari, 2000, Lajeado.

FRANZOTTI, Agnes Jaloto. Ambiente e desenvolvimento rural: um estudo sobre o turismo de natureza no Parque Natural de Montesinho. In: **Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

FUNK, Fabiana. **Agricultura familiar diversificada e qualidade de vida: o caso do município de São Pedro do Butiá - Rio Grande do Sul**. 2008. 197 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José H. (Org.). **RS: Imigração & colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

HEVIA, Antônio E. **Planificación estratégica territorial y políticas públicas para El desarrollo local**. (Serie Gestión Pública, n. 29). Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, febrero de 2003.

JOAQUIM, G. Turismo e Mundo Rural: Que Sustentabilidade? In: CAVACO, C. (coord.) **Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, p. 305-312, 1999.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993. 336 p.

LANDO, Aldair M. e BARROS, Eliane C. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. (Org.). **RS: Imigração & colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

LENCIONE, Sandra. Região e Geografia – a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

LUNARDI, Raquel e SOUZA, Marcelino de. Diversificação do espaço rural no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) a partir da inovação sócio-produtiva do turismo rural: reflexos e ações dos atores locais. In: **IV Congresso de Estudos Rurais**, Aveiro, Portugal, 2010.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Arned, 2004, 288 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de Souza. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOLINA, Sergio. **Turismo: metodología para su planificación**. México: Trilhas, Universidad Anáhuac, 1997.

MÜLLER, Ademir. Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma ideia. In: MÜLLER, Ademir.; COSTA, Lamartine P. da. (Orgs). **Lazer e desenvolvimento regional**. EDUNISC, 2002.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: Os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo** – USP, v. 16, n.23, p.83-100, Dez. 2001.

PAIVA, Maria das Graças V. **Sociologia do Turismo**. Campinas: Papiros, 1995.

Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul 2012 – 2015 / FGV Projetos – Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012.

PRIEB, Rita Inês Pauli. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. 195 p.

RADÜNZ, Roberto. A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução, Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Adry Balastrieri. Turismo Rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J.A., RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP. EDUSC, 2000.

ROQUE, Andreia M. e ALENCAR, Edgard. Turismo nos espaço rural: um estudo multicaso nas regiões sul e sudeste de Minas Gerais. In: **Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

RUSCHMANN, Doris van der M. O turismo rural e desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, CCR, 1998.

SALAMONI, Giancarla. **A imigração Alemã no Rio Grande do Sul** – o caso da comunidade Pomerana de Pelotas. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_07_Giancarla_Salamoni.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2011.

SANOCKI, Márcia. A importância da Estrada Rio Branco para o desenvolvimento da Colônia. In: BRAMBATTI, LUIZ E. (org.) **Roteiros de Turismo e Patrimônio Histórico**. Porto Alegre, EST Edições, 2002.

SANTOS, Milton. O Papel ativo da Geografia – um manifesto. In: **XXI Encontro Nacional de Geógrafos**. Florianópolis – Julho de 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2011.

_____. **A natureza do espaço** – técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHIERHOLT, José Alfredo. A imigração italiana no Vale do Taquari. In: **Anais do I e II Simpósios “Raízes do Vale” 1997 – 1998**. O resgate de raízes históricas e culturais dos municípios do Vale do Taquari, 2000, Lajeado.

SCHNEIDER, Sergio. **A dinâmica das atividades não agrícolas no novo rural brasileiro**: elementos teóricos para a análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/iisemina/sergio.htm>>. Acesso em: 01 out. 2011.

_____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista Política Agrícola**. Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007. Disponível em: <www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/409.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: **Seminário de Desenvolvimento Rural: tendências e desafios contemporâneos**, UFSM, Santa Maria, 2003a.

_____. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. v.18, no. 51, p. 99-122, 2003b.

SCHNEIDER, Sergio e FIALHO, Marco A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru – SP, EDUSC, 2000.

_____. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 205p.

SCHNEIDER RUDNICKI, C. **Agricultura Familiar e Empreendedorismo**: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo/RS. 2008. 208p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. et al. Turismo Rural e Diferentes Apropriações: uma tentativa de comparação entre Brasil e Holanda. In: **VII Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, 2010.

SELLTIZ, WRIGHTSMAN e COOK. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: Pedagógica Universitária. 1987.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAG. **Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã**. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br>>. Acesso em: Junho de 2010.

SETUR. **Turismo Rural/Rotas e Roteiros**. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br>>. Acesso em: Junho de 2010.

SILVA J. Graziano da e CAMPANHOLA, C. **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional**. Campinas, EMBRAPA/UNICAMP. (4 volumes), 2000.

_____. e CAMPANHOLA, C. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: Turismo no espaço rural brasileiro**, Piracicaba. Anais... Piracicaba: FEALQ, p. 9-42, 1999.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia & agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

_____; VILARINHO, C., DALE, P. J. Turismo em áreas rurais – suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A., FROEHLICH, J. M., RIEDL, M. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, Santa Maria: UFSM, CCR, 1998.

SOUZA, Marcelino de, ELESBÃO, Ivo. A Introdução de uma Inovação Social entre Agricultores familiares: o turismo rural em dois roteiros do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: **VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: Cultura, Inovação e Territórios**. Coimbra, Portugal. 2008.

STÜLP, Valter José. O setor primário da região do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

TELES, Reinaldo M. de Sá. A importância do território na prática do planejamento turístico: reflexões acerca do Brasil. In: RUSCHMANN, Doris van de M. e SOLHA, Karina Toledo. (Org.). **Planejamento turístico**. Barueri/ SP, Manole, 2006.

TRIGO, L. G. G. Prefácio. In BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

TULIK, Olga. **Turismo rural**. 2. ed. São Paulo: Roca, (Coleção ABC do Turismo). 2003.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Edufrgs, 2000.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo: v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001.

_____. **Desenvolvimento Sustentável** – O desafio do Séc. XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo: Senac, 2006a.

_____. Nascimento de outra ruralidade. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 20, n. 57, 2006b.

VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org). **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização europeia no sul do Brasil. In: **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

WORKSHOP INTERNACIONAL. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Cone Sul**. Porto Alegre. 2007.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Disponível em: <http://www.zimmermann.com.br/turismo_rural_um_modelo_brasileiro.pdf> Acesso em: 21 nov. 2012.

ZINGONI, Patricia. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MÜLLER, Ademir.; COSTA, Lamartine P. da. (Orgs). **Lazer e desenvolvimento regional**. EDUNISC, 2002.

ANEXO A – Roteiro de entrevista – Empreendedores

1. Quando começaram a pensar no turismo e por quê? O que os motivou?
2. Alguém influenciou na decisão de iniciar uma atividade turística? Quem? Parentes, vizinhos, amigos.
3. Como começaram a atividade turística? Quem tomou a frente?
4. Como é a distribuição das atividades na família? Quem faz o quê?
5. Breve descrição do tipo de atividades desenvolvidas (condições de estrutura, facilidade e/ou dificuldade de acesso).
6. Que mudanças a atividade turística têm acarretado na vida da família? Positivas e/ou negativas.
7. Tem perspectiva de dedicação exclusiva às atividades de turismo.
8. O que faziam antes? Mantém outra atividade propriedade?
9. Porque permanecem com algumas atividades e pararam com outras?
10. Como é feito o planejamento? Por quem? Recebem ajuda externa? De quem?
11. Como se informam sobre o mercado turístico?
12. Tem acompanhamento de algum órgão de turismo? Municipal, estadual ou federal? São sócios da associação do roteiro e/ou regional? Qual? Participam das reuniões da associação do roteiro?
13. Houve aumento na renda familiar a partir da implementação da atividade turística na propriedade? Em caso positivo, poderia precisar em reais.
14. Quanto ganhavam e quanto ganham atualmente? Como se compõem a renda na propriedade hoje? Em %.

Ex.:Turismo – x%

Leite – x%
15. Quais são os maiores entraves hoje?

ANEXO B – Roteiro de entrevista – Entidades (AMTURVALES E ATURVARP)

1. Nome : _____
2. Cargo/função: _____
3. Formação: _____
4. Telefone contato: _____
5. Como a entidade apóia o turismo rural?
6. Que tipo de apoio? Financeiro, técnico, planejamento, outro (qual).
7. Há verba? De onde vem? Do município, estado, união.
8. Quanto e quando vêm? Como são repassadas? Quais os critérios para a distribuição?
9. Há planejamento para ajudar o turismo a se desenvolver, na região?
10. Tem dados regionais e por roteiro, organizados? De onde são extraídos? Quem organiza?
11. Como e onde são divulgados os dados? (mensal, trimestral, semestral, anual).
12. Você conhece ou participou do Programa Nacional de Municipalização do Turismo? Se sim, quais ações foram desenvolvidas nos municípios da sua região? Que resultados foram obtidos? Se não, qual a razão?
13. Você conhece ou participa do Programa de Regionalização do Turismo? Se sim, qual a razão principal para que os municípios façam parte desse processo de regionalização? Se não, qual a razão da não participação?
14. Caso participe das atividades de regionalização do turismo, quais ações estão sendo planejadas com o envolvimento dos demais municípios e com o estado? Quais resultados já foram alcançados? Essas atividades estão surtindo os efeitos esperados nos municípios? Quais são? Os municípios participam com frequência de reuniões para definir projetos regionais de turismo?
15. Na sua visão, quais os atrativos turísticos estão sendo explorados? Como?

16. Na sua visão, existem entraves ao desenvolvimento do turismo na região?
Quais?
17. Na sua visão, qual a principal razão da vinda de visitantes à região?
18. Na sua visão, o turismo tem contribuído para o desenvolvimento da região, dos municípios e dos atrativos envolvidos?